



Número: 66

Horta, Terça-Feira, 29 de Novembro de 1983

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

D I Á R I O

DA ASSEMBLEIA REGIONAL

II Legislatura

IV Sessão legislativa

Presidente: Deputado Fernando Faria

Secretários: Deputados Fernando Dutra e Emílio Porto

S U M Á R I O

Os trabalhos iniciaram-se às 15.05 horas.

1. Período de Antes da Ordem do Dia:

Pelo Sr. Presidente foi referida a correspondência e o expediente, tendo sido lido um requerimento apresentado pelos Srs. Deputados do PSD, pelo círculo eleitoral do Pico, bem como respostas do Governo Regional a anteriores requerimentos.

Ainda neste período intervieram, a diverso título, sobre assuntos de interesse político relevante para a Região, a Sra. Deputada Conceição Bettencourt (PS), o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria, (Natalino Viveiros), Os Srs. Deputados Emanuel Carreiro (PSD); Carlos César (PS), Vasco Garcia (PSD), Renato Moura (PSD) e Nuno Bettencourt (CDS).

2. Período da Ordem do Dia:

- Continuação dos debates sobre as Propostas do Orçamento e Plano da Região Autónoma dos Açores para 1984.

Intervieram nos debates, a diverso título, o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt (PS), o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais, (Costa Neves), o Secretário Regional do Trabalho (Octaviano Mota), os Srs. Deputados Alvarino Pinheiro (Ind.), Dionísio de Sousa (PS), Castanheira Cruz (PSD), Carlos Mendonça (PS), Nuno Bettencourt (CDS), Vasco Garcia (PSD), o Sr. Secretário Regional das Finanças (Álvaro Dâmaso), Pacheco de Almeida (PSD), o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino Viveiros), Carlos César (PS), Borges de Carvalho (PSD), o Sr. Secretário Regional da Administração Pública (Botelho Neves), Conceição Bettencourt (PS), Manuel Goulart (PS), Martins de Freitas (PSD) e Mário Silveira (PSD).

Os trabalhos terminaram às 21.00 horas.

Presidente: Vamos dar incício aos nossos trabalhos, para tal vamos proceder à chamada.

(Eram 15.05 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: **PSD** - Adelaide Teles, António Silveira, Carlos Teixeira, Carlos Bettencourt, Regina Ribeiro, David Santos, Fernando Faria, Fernando Dutra, Renato Moura, Borges de

Carvalho, Pacheco de Almeida, José Ribeiro, Mário Freitas, Mário Silveira, João de Brito, Jorge Cruz, Manuel Valadão, Manuel Melo, Emanuel Carreiro, João Soares, Fátima Oliveira, Melo Alves, Vasco Garcia, Joaquim da Ponte; **PS** - Jesúno Facha, Carlos Mendonça, Emílio Porto, Conceição Bettencourt, Dionísio Sousa, Carlos César, Roberto Amaral; **CDS** - Nuno Bettencourt; **Independente**

Alvarino Pinheiro).

Presidente: Estão presente 33 Deputados. Temos quórum, declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Período de Antes da Ordem do Dia: Expediente:

- Um telegrama do Conselho Diocesano da Legião de Maria que diz o seguinte:

"A Legião de Maria-Açores, deliberou por unanimidade, na reunião geral anual do movimento, manifestar a V. Ex^a o nosso repúdio pela tentativa de despenalização do aborto, pois o consideramos como uma violação criminosa dos direitos humanos. Respeitosos cumprimentos".

- Da Comissão Organizadora do 1º Encontro de Jornalistas Açorianos, um ofício, convidando o Presidente da Assembleia Regional a estar presente na sessão de encerramento do mesmo encontro, que terá lugar no anfiteatro da Escola de Enfermagem de Ponta Delgada, no próximo dia 3 de Dezembro pelas 16.00 horas.

- O Sr. Deputado, do Partido Social Democrata, Emanuel Carreiro pede a suspensão do seu mandato, ao abrigo do nº 2 do artigo 3º do Estatuto dos Deputados, a partir do dia 1 de Dezembro próximo. Já foi deferido e penso que comunicado ao Grupo Parlamentar do PSD:

- Por indicação dos serviços administrativos, encontram-se aprovados, porque não houve quaisquer reclamações, os Diários da Assembleia Regional números 19, 20, 21, 58, 59, 60, 61 e 62 que foram presentes na Sessão do passado dia 24.

- Temos um requerimento, subscrito pelos Srs. Deputados do PSD, Fernando Dutra, Mário Freitas e Mário Silveira que diz o seguinte:

(Foi lido)

O requerimento será endereçado ao departamento competente do Governo Regional, através da Presidência.

Respostas a requerimentos - todas elas provêm do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, através do Gabinete do Sr. Presidente do Govern-

no -:

- Ao Sr. Deputado do Partido Social Democrata, Manuel da Costa Melo sobre "Anomalias na Residência da Nordela em S. Miguel":

(Foi lida)

- Aos Srs. Deputados Mário Freitas, Fernando Dutra e Mário Silveira, relativa à "Fortaleza de Sta. Catarina ou Castelo de Santo António nas Lajes do Pico":

(Foi lida)

- Ao Sr. Deputado Manuel Goulart, sobre o "Castelo de S. Sebastião na Baía de Porto Pim":

(Foi lida)

De requerimentos e resposta era o que tínhamos.

Documentos entrados:

- Da Assembleia da República, e dirigido

à Assembleia Regional dos Açores, um ofício que eu passo a ler: -

"Nos termos e para os efeitos constitucionais, junto envio a V. Ex^a fotocópia do processo respeitante à Proposta de Lei nº 45/III sobre a "Lei Quadro dos Municípios", já discutida e aprovada na generalidade pela Assembleia da República, a qual baixou à Comissão da Administração Interna e Poder Local, para apreciação da discussão e votação na especialidade".

Mereceu o seguinte despacho - que ainda não deve ter sido comunicado à Comissão -:

"A Comissão dos Assuntos Políticos e Administrativos para, nos termos do artigo 195º do Regimento, emitir parecer até 15 de Janeiro de 1984".

Também foi presente o relatório, referente ao Ante-Período Legislativo de Novembro de 1983, da Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros.

Ainda dentro do Período de Antes da Ordem do Dia, vamos passar às intervenções de interesse relevante para a Região, a fazer pelos Srs. Deputados.

Dou a palavra à Sra. Deputada Conceição Bettencourt.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que aqui me traz a usar do tempo regimental de antes da Ordem do Dia poder-se-ia classificar como o interesse específico e não geral da Região, porque incide muito especialmente sobre a minha ilha - a ilha que represento, independentemente de representar toda a Região -. No entanto, satisfaz-me a ideia de que, ao falar em determinados problemas que afligem neste preciso momento a ilha de Sta. Maria, igualmente indirecta, problemas das ilhas pequenas, trato, duma forma, com dificuldades de comunicação e de abastecimentos.

Sta. Maria agora sofre de carências de abastecimento - e sofre-as desde, mais ou menos, Outubro até Março ou Abril - de uma forma muito flagrante e dolorosa para as gentes que lá vivem.

Ouvi - embora já esperasse essa notícia porque, aquando da minha vinda aqui para a Horta, já se fazia anunciar essa carência - que já falta em Sta. Maria a gasolina, super e normal, para além do gaz. Dir-se-á que isto não está no chamado "cabaz dos stocks mínimos". O que acontece é que, pelo menos em relação a Sta. Maria, não se poderá dizer que a culpa é dos utentes, quanto ao gaz, uma vez que é exigida, pelo distribuidor, a apresentação de uma garrafa vazia para lhe ser vendida uma cheia.

E portanto uma questão a considerar, se em relação a distribuidores que assim procedem e que podem, em cada momento, fornecer o stock de garrafas cheias e vazias, se não seria também de, em relação a esses distribuidores, dar-

lhes umas certas facilidades - fazê-los abranger naquele número de comerciantes que se interessaram pela armazenagem de bens essenciais não perecíveis -

Quero dizer que a medida dos stocks mínimos tem produzido os seus efeitos benéficos. Não venho aqui criticar no sentido de que imprestável, que não produziu efeito, que não tem o seu mérito. Evidentemente que tem, mas, como é natural, uma medida isolada - no sentido de facilitar quanto a crédito para a stockagem dos géneros de primeira necessidade perecíveis - é uma medida incompleta.

Porque, mesmo os chamados géneros perecíveis, não são eternos. Porque, mesmo esse crédito, também não pode ser eliminado - é de acordo com um certo critério de tempo, de demora em novos fornecimentos e, para além dele, de um x de dias ou meses de segurança -.

O que acontece é que uma medida destas, isolada, embora tenha produzido alguns frutos apreciáveis, não é suficiente; porque, como se podem calcular stocks mínimos sem se calcular a periodicidade de transportes?

Dá que alguns géneros, relativamente imperecíveis, comecem a faltar, mesmo daqueles que fazem parte do "cabaz dos stocks mínimos".

Nós vemos que, quanto a transportes, não há de facto aquela previsão. O Governo Regional não agarrou o problema como devia ser.

Nós estamos por vezes mais de dois meses sem transportes e a política dos stocks mínimos só será frutuosa e capaz se for complementada por uma periodicidade que vá de 20 a 30 dias imperiteráveis, para a chegada de transporte e víveres a Sta. Maria.

Casos têm havido, e posso referir um, de há dois ou três meses, em que houve uma quadra de mau tempo no dia previsto para vir um navio descarregar a Sta. Maria numa Quinta ou Sexta - mas já no Sábado estava bom tempo, no entanto, porque não se estava na Quinta ou na Sexta, o navio zarpu para as ilhas do Oeste, podendo deslocar-se a Sta. Maria e então fazer carreira para a Terceira. E para estes aspectos que eu chamo a atenção do Governo Regional.

Não há medidas de stocks mínimos ^{tenham} que êxito - na medida em que o êxito se computa pela satisfação das necessidades essenciais numa ilha e por se ter atingido o fim que se propunha alcançar - se não houver uma periodicidade de transportes que assegure essa stockagem e que assegure o fornecimento de géneros perecíveis.

Nós em Sta. Maria sofremos imensamente os custos da inter-insularidade.

Ao comerciante que tem uma barraca de fruta, mais ou menos higiénica, a monte e a tresmonte, não importa muito este problema dos géneros perecíveis porque - só normalmente a fruta,

só normalmente o leite em pacote - são daqueles géneros cuja necessidade é tão imperiosa de adquirir que justifica até o custo do transporte aéreo a que, e sobre o qual, lançam o lucro que mais lhes convém.

Por outro lado, há de facto umas centenas de pessoas em Sta. Maria - para 6.500 da população - que dispõem de um alto poder de compra. Como se sabe - é da nossa prática e não é preciso ser grande economista - os preços tendem a nivelar-se pelo escalão mais alto, e o que acontece é que as pessoas de fracos recursos se compram uma peça de fruta é para matar um desconsolo - porque não a têm uma por dia e muito menos uma a cada uma das refeições principais -.

Quer para complementar essa política dos stocks mínimos, quer para abastecer Sta. Maria de combustíveis - quer venham a estar ou não estejam no cabaz que compõe os stocks - urge que o Governo Regional tenha mão nos transportes. Isto é: esteja, permanentemente, informado e actue no sentido de não ser mais permitido o desvio, por causa de 24 horas, numa escala que só será contemplada para o mês seguinte, ficando nós dois e três meses sem reabastecimento normal.

Por outro lado, o posto de intervenção de preços - se bem que tenha até à frente, desse posto, um rapaz com iniciativa e com vontade de bem servir - tanto quanto me parece, não está suficientemente instruído quanto à sua actuação. Deu-se, por exemplo, o seguinte:

- Por duas vezes, esse posto teve batata à venda, mas relativamente pouca. De uma vez a população acorreu em bandada, não havia em mais parte nenhuma; e, doutra vez, antecipou-se, inclusivamente, um comerciante - dessas tais barracas - que comprou a totalidade e depois aplicou-lhes os seus 30%. Porque não. Se lhe aplicasse 50% ou 100%, até vendia tudo porque as pessoas estão a pensar nas criancinhas que estão em casa sem batata e não querem, eles próprios, passar pelo odioso numa ilha onde todos se conhecem - não é? - e não têm essa coragem, infelizmente, de denunciarem esses indivíduos por especulação.

Creio que, portanto, como medida complementar dum saneamento na vida comercial da ilha, essas instruções deveriam ser dadas: que, em ocasiões de dificuldades de abastecimento, não se permitisse uma venda assim em bloco, numa quantidade que é para toda a população e não para favorecer um indivíduo - o dono numa barraca de frutas e legumes, etc., etc. -.

Como é do conhecimento geral - e já há quatro ou cinco casos até de hepatites em Sta. Maria - as águas estão absolutamente inquinadas - não inquinadas à nascença, mas inquinadas no percurso -. Não há possibilidade alguma de remendar a rede de abastecimento de água a Vila

do Porto. A rede está podre - se podre se pode chamar a canalização -. Quer dizer, é absolutamente imprestável; é, em vários troços, infiltrada por germes, por águas, por lamas, por dejectos, etc..

Não é uma obra que possa estar ao alcance das magras finanças da Câmara de Vila do Porto, como não poderia estar - penso eu - se esse caso se passasse numa ilha pequena, numa câmara mais pobre, e as nossas câmaras de terceira, pois, não abundam em dinheiro.

Tanto quanto parece, e ontem também ouvi, o Orçamento Geral do Estado agrava a situação financeira das Câmaras, na magreza da distribuição dos fundos de compensação.

Presidente: Sra. Deputada, dá-me licença, o seu tempo chegou ao fim.

A Oradora: Era só uma ideia que queria deixar ao Governo Regional.

Sabendo nós que estará a firmar-se o acordo das Lajes, sem querer que o facto do aeroporto de Sta. Maria ser complementar do aeródromo militar das Lajes na política norte americana, também sem querer com isso tirar proventos - porque eu acho, que as necessidades, quando são graves, são acudidas em toda a Região, de onde quer que as receitas se originem, senão não éramos uma região - se também atendermos a que vão entrar numa fase intensiva as negociações para a contrapartida da base de rastreio francesa nas Flores, de que Sta. Maria também é complementar, eu punha simplesmente a questão - como digo, faltam-me argumentos jurídicos, faltam-me argumentos até humanos, no sentido de que sou açoriana duma região, mas parece-me que me sobram argumentos de oportunidade e necessidade premente - de aplicar o resultado e as acções, ou o dinheiro - parte, a que seja precisa - na remodelação da rede de distribuição de água de Sta. Maria - sem o que já não é uma questão de comodidade, ir outra vez com a bilha à cabeça, é uma questão de saúde pública das mais graves - que já se está começando a manifestar e que se agravará com o decorrer do tempo - e tenho dito.

(Bancada do PS e Deputado Manuel Melo (PSD): Muito Bem!)

Presidente: Sr. Secretário do Comércio e Indústria pede a palavra para?

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino Viveiros): Sr. Presidente, eu pedia a palavra para - se me é permitido - completar com alguns esclarecimentos a intervenção da Sra. Deputada Conceição Bettencourt.

Presidente: Por uma questão de disciplina, eu recordo o que diz o artigo 93º do Regimento: o uso da palavra "para esclarecimentos limitar-se-á à formulação sintética da pergunta e da respectiva resposta ...".

Portanto, desde já, agradecia que cumprissemos, tanto quanto possível, o Regimento. Tem a palavra o Sr. Secretário.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino Viveiros): Como vou prestar um esclarecimento, será muito breve, apenas para me congratular com a intervenção que a Sra. Deputada Conceição Bettencourt trouxe a esta Câmara porque o seu teor foi de facto construtivo numa problemática que é para todos nós penosa - ouvir, tempos a tempos, aqui referir na Assembleia, e não só, os estrangulamentos que há nos abastecimentos em Sta. Maria e, até mesmo numa outra ilha com características idênticas, na ilha das Flores.

Nós temos feito tudo por tudo, como foi aqui referido pela Sra. Deputada, para minimizar estas situações. O facto é que ainda não conseguimos atingir o ponto óptimo. Se, porventura, nos géneros alimentares, nos géneros de primeira necessidade, é mais fácil tomar medidas, através do apoio aos stocks de emergência que foram instituídos por resolução do Governo Regional, a mesma coisa não se tem passado quanto aos combustíveis.

Isto porque apesar de existir uma portaria de 1977 que determina algumas obrigações aos agentes e distribuidores de combustíveis na região, estes mesmos agentes, limitados pelas cotas do mercado nacional, quando se trata de obrigar ao cumprimento mínimo das obrigações que lhes advêm da necessidade de haver stocks em determinadas ilhas, eles têm as suas cotas de combustíveis esgotadas no mercado nacional.

Eu próprio já dei orientações aos serviços, no sentido de se procurar uma reformulação deste esquema, de modo a que possam até ser incluídos nos stocks de bens não perecíveis os próprios combustíveis líquidos e gazosos.

Acresce um problema grave, ainda neste sector, que é a falta de condições de investimento duma empresa que tem, ultimamente, investido muito nos Açores que é a Petrogal. As condições de redução que foram impostas, através do Orçamento Geral do Estado e do governo, as estas empresas públicas, sobretudo à Petrogal, também fazem com que ela se veja na impossibilidade de cumprir um programa de investimentos - sobretudo com tarifas, cuja existência é fundamental para fazer o transporte do combustível, quer líquido, quer gazoso, para Sta. Maria - e isto vem provocar alguns problemas no cumprimento das orientações que nós tínhamos delineado.

Também há uma outra questão que gostaria de aqui deixar nesta Câmara que é, por vezes, a pouca cooperação que há entre os agentes distribuidores locais e os próprios agentes gerais, ou seja, as condições de pagamento. Hoje em dia, é tudo muito caro. Manter um stock é caríssimo e, portanto, muitas vezes o pagamento dos com-

bustíveis que vão para as diversas ilhas não se faz atempadamente aos agentes gerais, o que provoca retenção nas encomendas.

E uma das coisas que temos que procurar, também através dos agentes económicos, resolver porque sem este meio ultrapassado não é possível nós exigirmos, atempadamente dos agentes gerais, a colocação de combustíveis nessas ilhas.

Devo também acrescentar que com os problemas de transporte - e ainda há dias, com uma alteração que houve no transporte dos "Pareces" que são os barcos que servem frequentemente Sta. Maria - verificaram-se muito maiores estrangulamentos nos abastecimentos àquela ilha.

Devo dizer que o Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo e eu próprio temos diligenciado no sentido de colocar neste momento as gasolinas que faltam em Sta. Maria, utilizando os meios ao dispôr do Governo, designadamente o rebocador "S. Miguel". Estamos a tratar disto para que se possam colmatar as falhas que existem.

Era apenas este esclarecimento que eu queria prestar. Muito obrigado.

Presidente: Não ultrapassou os cinco minutos. Também a Sra. Deputada tem cinco minutos para intervir. Tem a palavra.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

E também para um esclarecimento. E sobre o mito "Pareces".

Os "Pareces" sempre se serviram a eles próprios. Os "Pareces", é quando a carga lhes convém. Os "Pareces" não servem regularmente Sta. Maria, mesmo com bom tempo. Mesmo que assim fosse e que estivessem cheios de boa vontade, os "Pareces" não podem atravessar o canal, mesmo que porto houvesse.

Portanto, essa história de termos os "Pareces" como barcos de cabotagem tem estas limitações. Oxalá os "Pareces" resolvessem ou aparecessem em qualquer outro lado, menos em Sta. Maria, porque eles realmente têm facilidade de encostar àquele cais e descarregar, mas nem o transporte é sensivelmente mais barato.

Nós lá, para comermos qualquer coisa, veja só o preço Sr. Secretário. As coisas vão para S. Miguel, são descarregadas, são transbordadas, chegam a Sta. Maria ao largo do que vai passar a porto, embora a sua execução esteja bastante atrasada, e depois desse barco, donde fundiou, para terra são 40% sobre o custo total.

Quer dizer, de Leixões a S. Miguel são 100 contos, depois pagamos o transporte de S. Miguel para Sta. Maria e sobre esse total lança-se 40 contos. Isso é o mínimo, porque já aconteceu o transporte desde Leixões, ou Lisboa, até ao fundiouro de Sta. Maria ser de 50 contos, e do funciouro até ao cais ser de 60 - mas,

a coisa toca, não toca, rés - rés Campo de Ourique, 50/40, 60/40, e nós cá estamos nisto-.

Quanto aos "Pareces", entendem que, se os outros ganham, eles também não-de ganhar. Portanto a coisa nunca sai muito mais barata e é quando eles querem, quando o canal está bom, se a carga lhes convém e se eles podem pedir aquilo que entendem.

De maneira que os "Pareces" nunca constituiram, nem nunca constituirão, solução para Sta. Maria, quer com porto, quer sem ele.

Tenho dito.

Presidente: Dou agora a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Emanuel Carreiro.

Deputado Emanuel Carreiro (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e restantes Membros do Governo Regional:

Tem esta Câmara sido lesta na crítica à qualidade da informação que, na Região, produzem os jornais, a rádio e a televisão. Crítica que, embora lhe competindo, tem talvez extravasado a dose que, adentro da multiplicidade e talvez maior premência de outros temas, caberia ao Parlamento Regional: sobretudo a televisão tem sido o principal bombo da festa, o que me leva a supôr que, também aqui, tem funcionado, um pouco, a regra da procura de um bode espiatório para muitas tensões e insatisfações acumuladas por diversos motivos. Se metade dessas críticas à informação que nos Açores é produzida por profissionais e amadores, é justa, quem está minimamente por dentro da sua problemática não pode deixar de considerar a outra metade dessa crítica, injusta. Injusta por variados motivos, situados na impossibilidade humana e técnica de fazer melhor, por parte de quem faz informação, injusta por desconhecimento de causa da parte de quem, regra geral, faz a crítica.

Que se critique, absolutamente de acordo mas, com conhecimento de causa.

A maioria das críticas assenta numa alegada falta de qualidade da informação produzida. Com efeito, algumas vezes não é preciso ser-se perito para concluir da má qualidade de muitos trabalhos que vêm a público. Quanto maior expansão tem o órgão de comunicação social em causa, maior é o impacto da asneira que faça. É assim que se explica porque parece que a televisão, por exemplo, só faz asneiras. Em contrapartida, não me recordo de jamais alguém ter aqui vindo expressamente para elogiar alguma emissão, ou programa televisivo, produzidos na Região. Também não se espera que isso aconteça porque, afinal de contas nesse campo, praticamos aquilo de que muitas vezes acusamos os jornalistas - de só abordarem o que está mal, uma vez que do que está bem, por estar bem, não será preciso.

Preocupa-me Sr. Presidente, Srs. Deputados,

que muitos de nós, efectivos e potenciais críticos da comunicação social regional, não tenhamos ainda sequer posto o pé nas ^{suas} redacções e observado os seus meios operacionais.

No entanto não é da quantidade de meios humanos e técnicos dos jornais que se lêem, ouvem e vêem nos Açores, de que vou falar. É apenas da qualidade dos seus meios humanos. Qualidade, que não traduz só intuição para a notícia, jeito para a escrever, boa voz para a dizer. Qualidade que traduz - ou não - saber - formação -. Formação que tem escasseado, sobretudo nos privados, uma vez que nos estatizados tem havido alguma.

Sem formação como têm então aprendido os nossos profissionais da notícia o seu ofício? Respondo já: à sua custa, com todos os erros e defeitos que isso implica.

Que não passe pela cabeça de ninguém que a formação no jornalismo é um luxo. É uma necessidade, porque a elaboração de uma notícia, de uma entrevista, ou de uma reportagem, exige uma técnica própria que é diferente até, conforme se destinem a serem lidas, ouvidas ou vistas. O "know how" do jornalismo moderno não se esgota no "lead" (regra simples) da notícia!

Até lá os Órgãos da Comunicação Social terão de continuar a lutar com as dificuldades que em muitos casos os impedem até de proporcionar essa formação aos seus profissionais ou colaboradores, mesmo apesar dos apoios já criados por esta Assembleia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente:

O Sr. Deputado Carlos César pede a palavra para?

Deputado Carlos César (PS): Para um pedido de esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra, dentro dos limites regimentais.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Fiquei surpreso com a intervenção do Sr. Deputado Emanuel Carreiro - a segunda, ao que julgo, a tocar de leve o problema da Comunicação Social nesta Assembleia, proferida por ele -.

Fiquei com a sensação de que de facto estávamos em presença não dum deputado mas dum jornalista, o que no fundo é verdade. Mas, fiquei também com a terrível sensação de - não menosprezando em nada o conteúdo da intervenção do Sr. Deputado Emanuel Carreiro, nem sequer o seu sentido crítico que, de resto, existe - estar a ouvir o tempo de antena do Dr. Oliveira Casca.

(Risos)

O Orador: Pés nas redacções e conhecimento dos meios técnicos têm de facto muitos dos deputados desta Câmara, nomeadamente aqueles que se têm debruçado sobre a problemática da Comunicação Social nos Açores e, em especial, por essa empresa

pública fantasmagórica que é a Rádio Televisão Portuguesa que consome, nas suas emissões diárias, 90 e tais por cento de produção da RTP-Lisboa e que consome 5 a 6 % em matéria de produção regional.

Se faltam meios humanos, angariem-se esses meios humanos, conjugem-se vontades através da RTP, do Governo da República e do Governo Regional, lance-se a cota parte de responsabilidade no estado de coisas actual que cabe ao Governo Regional dos Açores, que cabe ao Conselho de Gerência da Rádio Televisão Portuguesa e que cabe aos Administradores da RTP-Açores e que cabe também, fundamentalmente, àqueles que, mercê duma duplicidade de funções, abdicam, pelos vistos, de, no jornalismo, ser jornalistas e, na Câmara, de ser deputados.

Quando essa problemática os atinge de facto e quando essas pessoas têm responsabilidade de trazer aqui todas essas carências, afinal vêm aqui fazer um elogio atrasado, visto que algumas delegações já têm o seu chefe nomeado.

Além disso Sr. Deputado, eu gostaria que me desse uma ideia precisa sobre a sua opinião, em relação à carência de meios humanos nos Açores da Rádio Televisão Portuguesa e à necessidade de, com o aval do Governo Regional, persistirem à frente dos destinos da Rádio Televisão Portuguesa nos Açores pessoas agregadas a outros interesses que não os interesses da Região Autónoma dos Açores, quer ao nível da sua administração, quer ao nível da chefia da sua intervenção.

Como o Sr. Deputado neste momento é Deputado, talvez fosse curioso saber a sua opinião sobre a justeza ou a necessidade da nomeação, por exemplo, do chefe do sector de informação da RTP, vindo e importado de Lisboa - eu também sei ser autonomista nestas coisas e é preciso que se seja autonomista em tudo -.

Gostava de saber a sua opinião sobre isso e gostava de saber a sua opinião sobre a manutenção da actual administração à frente dos destinos do Centro Regional dos Açores da RTP?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Emanuel Carreiro para responder.

Deputado Emanuel Carreiro (PSD): Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos César:

É apenas para dizer que não me sinto obrigado, de maneira nenhuma, a dar a minha opinião sobre essa matéria.

É uma matéria que respeita à televisão. Eu, nem faço parte da hierarquia responsável pela televisão, nem faço parte do Governo Regional que, aí, também tem uma palavra a dizer, sou um mero funcionário da televisão. Portanto, não me sinto, de maneira nenhuma, obrigado a comentar publicamente essa questão.

Deputado Carlos César (PS): Já o esperava!

Presidente: O Sr. Deputado Vasco Garcia também tinha pedido a palavra para intervir sobre esta matéria. Tem-na para o efeito.

Deputado Vasco Garcia (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tive a sorte - quando a Rádio Televisão Portuguesa iniciou as suas emissões - de ser vizinho paredes-meias, na medida em que o Laboratório de Ecologia Aplicada nasceu na Estação Agrária de Ponta Delgada, muito próximo do sítio onde também se iniciaram as primeiras acções da RTP-Açores.

Pude constatar nessa altura o espírito verdadeiramente de sacrifício do pessoal que trabalhou naquela casa.

Eu lembro-me ainda daquelas primeiras emissões com uma máquina que era até designada, muito comicamente, pela "maria maluca" que deve hoje estar nalgum museu de televisão, mas que nessa altura prestou excelentes serviços. Não há dúvida nenhuma que - embora muito criticada; embora muito vilipendiada - é a Rádio Televisão dos Açores o meio mais poderoso de comunicação que temos e aquele que, realmente, mais serviços presta no quebrar do isolamento destas ilhas.

A propósito disso, acho que devo deixar aqui uma palavra no que respeita - já não falo na qualidade do pessoal visto que, evidentemente, isso levar-ncs-ia muito longe, mas; pelo menos - às possibilidades técnicas de trabalho.

Quem tiver ocasião de visitar ^{as} ante-diluvianas e extremamente decrépitas instalações da RTP-Açores na Horta, tem ocasião de ver o esforço que os profissionais sérios da RTP fazem para nos manter informados.

Eu recordo, por exemplo, que um profissional de S. Miguel que veio trabalhar à RTP na Horta trouxe um carregador de baterias que rebentou várias vezes, a tal ponto que esgotou o stock de fusíveis disponível.

Por outro lado, equipamento no valor de seis mil e poucos contos da sala de montagem - aliás, equipamento moderno e de qualidade - não possui ar condicionado e já avariou duas vezes por causa da falta desse mesmo ar condicionado.

Por outro lado, as sonorizações da sala de montagem são feitas, tendo por vezes, como acompanhamento o galo do Sr. Padre Júlio da Rosa, que eu tive ocasião de ver alegremente empoleirado nas traseiras das instalações, ou até, eventualmente, outros ruídos ainda piores, isto por falta de isolamento acústico.

Por outro lado, também fui informado, e parece-me de facto ser verdade, que existe em S. Miguel determinado equipamento já adquirido para a delegação da Horta que é de alta qualidade e que tem dificuldade em vir porque as instalações são más.

Portanto, evidentemente nós também sabemos que se elas não são melhores é porque concerteza o dinheiro actualmente é pouco e não dá para tudo, e deixo aqui esta minha intervenção como uma homenagem aos profissionais sérios que também nós temos - evidentemente sem discorar o esforço que deverá ser feito em proporcionar-lhes os meios para melhorarem a qualidade da sua acção, mas, sem dúvida nenhuma, que eles merecem uma grande parte do nosso respeito -.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: O Sr. Deputado Carlos César pede a palavra para?

Deputado Carlos César (PS): E para fazer uma precisão sobre o conteúdo do meu pedido de esclarecimento que não foi respondido, mas, enfim, é das tais coisas...

Presidente: Tem a palavra.

O Orador: ...e é só o seguinte:

Eu não desgosto de jornalistas. Não sou uma pessoa que tenha em relação aos jornalistas algum sentimento sádico e, de resto, acho que nesta balança, em termos regionais, de jornalistas e políticos, os jornalistas têm, enfim, um peso que excede o próprio peso das instituições políticas e, portanto, se da minha intervenção se deduzisse alguma má vontade nem sequer equilibrava a balança.

No entanto, todo o conteúdo que precedeu a formulação do meu pedido de esclarecimento não tem, rigorosamente, nada a ver com a condenação do trabalho daqueles que, com imenso esforço, com Câmaras obsoletas, com material obsoleto, com insuficiências de instalações, etc. procuram, com a utilização desses meios, fazer um trabalho que seja apreciável e que seja apreciado.

A questão não é esta. Eu não a coloquei a esse nível, nem me preocupei em dizer que os jornalistas e os trabalhadores que temos são bons, ou maus, com o objectivo de os desgostar ou de os tornar simpáticos perante a minha pessoa.

O que eu disse foi uma coisa completamente diferente e nem neguei sequer - aliás também sou capaz de prestar essa homenagem - o trabalho inicial de instalação da RTP nos Açores, desenvolvida pela actual administração da RTP, que foi um trabalho difícil, em condições muito especiais e com um carácter reivindicativo que implicou muita coragem, em relação à RTP em Lisboa. Nada disto está em causa.

O que está em causa é o momento que nós atravessamos. O que está em causa - não querendo puxar coisas para aqui que pouco têm a ver - é um certo conceito progressivo das nossas instituições e das instituições que nos servem, e nunca se pode dizer que as coisas estão bem.

A verdade é que neste momento, o serviço prestado pela RTP aos Açores é péssimo, porque não é um serviço de valorização dos recursos

regionais, não é um serviço de informação dos Açores, nos Açores. Basta ver, por exemplo, o que nós temos em matéria de telejornal, o tempo que existe de informação regional no telejornal, a tal ponto que, por uma mera questão de critérios acertados, há tão pouco que dizer no telejornal sobre a Região que até já se começa pela página internacional, depois vai-se para a página nacional e depois lá aparecem umas notícias de agenda sobre o que se passa na Região Autónoma dos Açores.

Isso, com os meios humanos que existem, com os meios técnicos que existem hoje, é muito menos do que se fez nos primeiros tempos de existência da RTP nos Açores, onde havia programas de produção regional, onde havia programas culturais, onde havia debates em matéria de informação, o que hoje não existe.

Isto significa que cada pessoa, à frente duma instituição, tem o tempo em que é bom e depois é vítima do princípio de Peter: não pode ir mais além, e é, neste momento, o Governo Regional que permanece na cobertura duma administração e a um conjunto de responsáveis que fazem a RTP estacionar a um nível que é o actual e que é degradante.

Quando se instauram inquéritos, por exemplo, sobre essa empresa pública em que - esta nossa justiça é muito independente, mas - esta nossa justiça também é capaz de concluir, através dum inquérito, como concluiu, que ninguém tinha entrado no Centro Regional dos Açores da RTP, para o seu serviço e para o seu quadro, sem concurso, sabendo toda a gente - mesmo aqueles que nunca viram nem a redacção, nem os serviços administrativos, nem os meios técnicos - que montes e montes de gente estão na Rádio Televisão Portuguesa sem concurso, e isso eu provo.

Portanto, as minhas palavras devem ser deduzidas num sentido que não tem a ver nada com condenações pessoais ou com a desvalorização do trabalho desenvolvido, por esta, aquela ou outra pessoa, mas sim pela condenação do estado actual de coisas que não podem, em circunstância nenhuma, justificar uma intervenção na Assembleia Regional dos Açores em que se sobrevaloriza os empenhamentos humanos dos jornalistas ou dos trabalhadores, quando o único facto de relevo em relação, por exemplo, à Radio Televisão Portuguesa é o que ela nos apresenta de deficiente, de degradante, de má administração e até de desrespeito perante o território que serve, em todas as circunstâncias e até nestas circunstâncias em que nós estamos aqui hoje.

Basta saber, por exemplo, que é obsoleto ter-se o critério de, quando se discute na Região Autónoma dos Açores o Plano e o Orçamento, transmitir-se em directo ou diferido, a discussão do Plano e Orçamento na Assembleia da República

e fazerem-se apenas referências ocasionais num telejornal desta discussão.

Mais do que isto, não pode comprovar, de maneira mais evidente, o que é que significa a política da RTP nos Açores, e era só.

Presidente: Para uma intervenção, e é o último Sr. Deputado inscrito, dou a palavra ao Sr. Deputado Renato Moura. Tem a tribuna à sua disposição.

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu, no outro dia, quando aqui vim numa intervenção, tive ocasião de falar no mau período que neste momento se atravessava nos Açores. Falei então de Açores que estavam fustigados pelo mau tempo.

Hoje aqui venho outra vez porque o tema ainda continua sendo actual. Efectivamente os problemas agravam-se, as situações cada vez mais se complicam. Parece que continua a ser altura de abordar esse mesmo tema.

Apesar de estarmos perseguidos pelo vento, pela chuva, pelo mau tempo, pelo mar mau, estamos perseguidos por mais coisas também - por coisas que são humanas por acção, ou humanas por esquecimento -. Nós, a partir de agora, também passamos a estar perseguidos por gente que, vivendo nas próprias ilhas, talvez delas próprias se esqueça.

Vou referir-me, digo-o desde já, e vou fazê-lo numa intervenção de carácter puramente pessoal, a estivedores desta Região.

Poderá parecer incrível, mas, a verdade é esta: numa ilha como é neste momento a das Flores, fechada há quinze dias pelos transportes aéreos, onde a fome já se sente - a fome verdadeira, a fome do pão - ainda continuam os estivedores, sem ceder a projectos que me parecem ir muito mais longe do que eles próprios, em projectos de greve que procuram manter, prejudicando ainda mais, através de greves de zelo ou seja através daquilo que for, o que seria viabilizar uma operação naquela ilha.

Talvez não o façam só aí porque o projecto é geral, porque o projecto é comum, e por isso me parece valer a pena abordá-lo também aqui.

Na Ilha das Flores, neste momento, não há pão e não o há desde Quarta-Feira. Neste momento, na Ilha das Flores, também não há farinha com que se o possa fazer. Neste momento, nas Flores, a crise de combustíveis é enorme. Neste momento, nas Flores, mesmo que se quisesse fazer pão, também não há sementes, porque a bordo dos navios estão, para o fazer.

Parece-me que a situação deveria motivar um entendimento do que é uma realidade por parte de quem vive nas ilhas, abdicando talvez de projectos que, repito, estarão por detrás deles próprios, para reconhecerem a realidade que é a dos seus concidadãos e procurarem colaborar

num projecto, mas é bom que se esclareça, e gostaria de fazê-lo porque gosto que a minha actividade seja sempre límpida e clara.

Gostaria de explicar que neste momento aqui levantar a voz e referir este aspecto não significa necessariamente estar contra os trabalhadores porque, afinal, para mim próprio, trabalhadores são aqueles que trabalham, gente que tem direito a exigir um justo salário. E uma luta com a qual concordo, mesmo que para ela seja preciso recorrer à greve.

Para mim, no entanto, trabalhador, e trabalhador de salário a tempo inteiro e de mês inteiro, terá de ser, só e tão justamente, quem possa trabalhar durante o mês inteiro.

E por isso que me parece que é nessa consideração que se tem de entender a luta; que se tem de entender a greve; que se tem de entender o trabalho e as justas reivindicações.

É evidente, que eu gostaria, desta tribuna, em representação dum povo que se sente lesado, também perguntar aos estivadores se eles acham que, para quem não trabalha a tempo inteiro, é justo o salário inteiro.

Recordando até uma situação do passado, de há muitos anos atrás já, em que, para resolver um problema de garantias nas Flores, foi preciso recorrer à intervenção das autarquias que para lá enviaram o seu próprio pessoal, descarregando o navio, gostaria de perguntar se era justo que quem nesses sindicatos trabalha - tido como estando na luta pela defesa dos trabalhadores - entendesse que, mesmo sem se trabalhar, havia direito ao salário por aquilo que não se fez.

Eu gostaria também de perguntar, aos estivadores desta Região que ainda alinham em processos dessa natureza, se realmente eles entenderiam que um trabalhador, fosse de que profissão fosse, pudesse ganhar salário de mês inteiro com um trabalho de algumas horas mensais.

É evidente que se desta Câmara se discutem as atitudes do Governo, se discutem as atitudes seja de que poder for, julgo importante também discutir-se a atitude de um poder que, neste momento, se está revelando como tal. Um poder que tem capacidade para inviabilizar tudo, que tem capacidade para se chegar à situação que neste momento se chega, na situação em que estamos. Um poder que pode matar à fome se assim quiser. Um poder que pode conduzir a uma atitude em que as ilhas fiquem mais fechadas do que elas nunca foram, mais fechadas em terra do que aquilo que elas são por via do mar, por força das nove ilhas que nós neste momento somos.

Esta intervenção, necessariamente curta e apenas para reflectir uma realidade, será talvez uma intervenção sem competência. Ela será talvez uma intervenção de pouco nível.

Seja como for - e também disto é bom que

saiba o Sr. Deputado Nuno Bettencourt - esta intervenção é uma intervenção feita com verdade!

Esta intervenção é uma intervenção feita por um representante do Povo dos Açores!

Esta intervenção é uma intervenção que reflecte um sentir do Povo Açoriano!

Esta ^{é uma} intervenção feita por um qualquer fiscal de impostos, mas esta intervenção é uma intervenção de alguém que aqui tem um mandato, há muito tempo, reconhecido pelo povo!

(Bancada do PSD, Governo Regional e o Sr. Deputado Nuno Bettencourt: Muito bem! (Palmas)).

O Orador: A intenção desta intervenção é a de trazer a esta Câmara alguma coisa que há povo que sente.

Esta intervenção será talvez uma intervenção de meia ciência.

Esta intervenção será intervenção produzida por uma cabeça, que o povo elegeu, dum pessoa que não foi às universidades portuguesas, mas, seja como for, ela procura traduzir uma realidade e procurou fazê-lo numa Câmara que não é uma consultadoria jurídica. Procurou fazê-lo numa câmara que é um órgão político, onde qualquer voz, em democracia, tem o seu lugar.

Esta intervenção pretende ser e - Sr. Deputado e V. Exa., Sr. Dr. Nuno Bettencourt era bom que o soubesse - procura traduzir, bem ou mal, seja em que circunstância for, uma realidade, e mal iria, Sr. Deputado, se não olhasse à sua volta, obviamente que não nesta Câmara onde existem honrosas excepções, sobre se ser doutor sempre é ser brilhante?

Sr. Deputado, muito mal iríamos se desta Assembleia quiséssemos fazer uma consultadoria jurídica e muito mal iria quem, por omissão ou, igualmente, por acção, pretendesse dela fazer a dita consultadoria jurídica.

O juízo crítico - Sr. Deputado e V. Exa. Sr. Dr. Nuno Bettencourt (e peço desculpa se alguma vez me esquecer de lhe atribuir tantos títulos, porque a minha intenção é tão somente essa - e julgo não o efender se, por vezes, alguma vez me esquecer -) - e de que aqui nos saibamos respeitar a todos, dentro da saudação que ontem procurou produzir - de tom alto, mas tão baixo afinal como eu estou -.

Era preciso - e afinal talvez isso lhe tenha faltado - que soubesse, Sr. Deputado, distinguir entre aqueles a quem atribuiu uma intenção e aqueles a quem se esqueceu de a atribuir.

Repere, Sr. Deputado que aqui e nesta Câmara, eu, a título pessoal, lhe queria dizer que eu aqui não estou para ser aquilo que, traduzindo noutra linguagem, alguns já chamaram de "Yes man". Eu que o tivesse distinguido. Talvez que a falta de experiência e de conhecimento, que aqui revelou, lhe pudessem ter aconselhado isso

mesmo.

Gostaria também de dizer-lhe que talvez valesse a pena ter lido os jornais. Aí teria sabido, e com antecedência, quem está para ganhar, quem está para perder, quem é por um lado ou quem é pelo outro. Esse será, talvez, um valor da tão falada comunicação social.

Eu aqui não estou para uma defesa total porque o Governo Regional dos Açores não me irá seguramente pedir que eu lhe faça um apoio cego porque um governo que pedisse um apoio cego seria, seguramente, um governo de incapazes.

Eu aqui estou numa função que lhe pode chamar como quiser - de fiscalização ou não - mas eu aqui estou no cumprimento das minhas obrigações, sem medo porque medo, em mim, nunca existiu.

Eu aqui estou sem medo de apanhar uma nota de sete, dada por qualquer professor e ser expulso porque isso não me preocupa. O meu dever está de acordo com a minha consciência.

E isso apenas que aqui pretendo fazer, em respeito pelo mandato que de um povo recebi.

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo está a chegar ao fim. Agradecia que resumisse os seus considerandos.

O Orador: Tentarei resumir as minhas conclusões, embora estivessem bem longe do fim, dizendo apenas que realmente eu não atiro palavras. Eu procuro analisar os problemas. Eu estou num partido. Eu estou cumprindo um mandato. Eu sei que estar num partido tem os seus problemas, tem as suas dificuldades, mas, de qualquer maneira, não gostaria de, nesta Câmara, nos vermos confrontados com a situação de se entender que: o estarmos num partido significava estar-se numa prisão.

Eu não abdiquei - e gostaria de aqui o voltar a afirmar - nem abdicarei da minha liberdade, porque estou no PSD, entendendo que estou num partido que defende o humanismo, que defende a liberdade e, assim sendo, é por isso mesmo que estou - porque tenho, realmente, aqui, a liberdade de expressar as minhas opiniões -.

O que nunca faria, quando aqui achasse que estava mal, era entrar para o CDS. Aliás, o Sr. Dr., na sua independência, certamente assim o entendeu, não querendo meter-se na peia que significa estar num partido que faz, nem mais, nem menos, do que seguir experiências que são muito conhecidas - experiências que são, aqui para mim, muito difíceis de recordar -.

Espero, Sr. Deputado, que aqui não se submeta a outras peias, e, ontem, quando ouvi a intervenção do Sr. Deputado Carlos César, algumas dúvidas tive - não só recordando um passado próximo - de que se efectivamente eu estaria enganado, e se a sua bancada não estaria colada a outra

qualquer. Essa foi uma dúvida que me ficou e, outra também, se, talvez, ela não estaria para aumentar.

Presidente: Sr. Deputado Renato Moura, o seu tempo terminou. Agradecia que terminasse também.

O Orador: Sr. Presidente, agradeço imenso a tolerância que V. Exa. me deu...

Presidente: de 12 minutos.

O Orador: ... porque certamente já a deu.

De maneira que terminava a minha intervenção, deixando ainda algumas notas que aqui tinha pelo meio, apenas dizendo que aqui continuarei mantendo o mandato - espero que todos assim o mantenham - num espírito de inteira liberdade, de inteira democracia e desses eu, pessoalmente, nunca abdicarei - e nunca aceitarei que seja, quem quer que for, a que pretexto for, desta Câmara, procure fazer algum órgão seja por quem, seja por quem conduzido -.

E isso, Sr. Presidente, que aqui gostaria de deixar dito. Muito obrigado.

(Palmas do Governo e da Bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Nuno Bettencourt pede a palavra para?

Deputado Nuno Bettencourt (CDS): Peço a palavra para, não digo bem um protesto porque julgo que não vale a pena protestar por tão pouco, mas, um reforço de esclarecimento à minha intervenção de ontem.

Presidente: Tem cinco minutos para o seu esclarecimento, de acordo com o Regimento.

Deputado Nuno Bettencourt (CDS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostei muito da intervenção do Sr. Deputado que acaba de falar, na primeira parte. Estava precisamente a pensar: até que enfim alguém levanta questões de trabalho, e, neste caso, o problema dos estivadores que tantos prejuízos está a causar à nossa Região.

Na segunda parte, em que eu fui centro, sem desejar, da intervenção do Sr. Deputado - visto que eu, verdadeiramente, não me considero no centro, avançado ou avançado centro, como queiram - pois, efectivamente, o Sr. Deputado extrapolou grandemente e extraiu conclusões que nunca estiveram contidas nas permissas.

Eu não diria, porque eu não faço juízos de intenção apesar dele os ter feito, que há qualquer colagem dele a qualquer grupo de pressão ou a qualquer advogado a tempo inteiro que aqui se encontre. Parece que a intervenção Antes da Ordem do dia foi, sobretudo, para esse efeito. O resto foi um aperitivo.

Ele falou aqui de colagens. Pois, devo dizer que nem eu, como independente que aqui me encontro, nem a Bancada do Partido Socialista temos colagens. Podemos ter pontos de contacto,

denominadores comuns, nada mais.

Isso são, exactamente, juízos que a maioria costuma fazer, quando as afirmações não lhes convêm.

E evidente que nós, como eu ontem afirmei, irmanados pelo amor à nossa terra e ao nosso povo, naturalmente que temos que ter muitos pontos de contacto, até mais de contacto, entre mim e todos desta Câmara, do que pontos de divergência.

O resto, o que o Sr. Deputado diz, aí, evidentemente enfiou bem o barrete. Ora, eu efectivamente não pensei nele, nem em ninguém. Gostei que um, ao menos, tivesse falado para não se dizer que um falou em nome de todos.

Ora, não me pareceu que tivessem ficado ofendidos, até porque, depois, houve ocasião de eu reforçar o meu esclarecimento. Eu, quando aqui em passividade ou em falta de nível - e realmente tive de fazer uma intervenção muito curta - pois, falei na dimensão política desta Câmara, porque, no restante, eu sei muito bem o trabalho intensivo que todos têm feito, os sacrifícios que todos têm feito, mas não basta.

Não basta porque qualquer câmara mesmo as dos chamados fascismos e ditaduras trabalharam muito. Podemos aqui até ter um testemunho: trabalharam muitíssimo! As assembleias nacionais do salazarismo, do marcelismo, as câmaras cooperativas, trabalharam imenso. Quem não sabe isso sabe pouco! Contudo, faltou-lhes a dimensão política. Foi a essa que eu me referi; porque, no restante, eu não vim para aqui trazer, nem galões, nem curriculum.

Se aqui se falou, foi exactamente porque entenderam falar e não por mim, porque, quanto ao resto, quem entendeu que era consultadoria jurídica não faz ideia do que é consultadoria, nem do que é o jurídico, porque eu estou apenas aqui numa posição política, que é a que me compete nesta Câmara.

Portanto, devolvo os juízos a quem os emitiu e reafirmo, a todos os Deputados que aqui se encontram e aos da maioria, o meu muito apreço por eles e, realmente, o meu respeito pelo seu trabalho. Quem entende o contrário, entenda à sua vontade. O problema não é meu, é deles!

Muito obrigado Sr. Presidente. Muito obrigado Srs. Deputados.

Presidente: Já dou a palavra ao Sr. Deputado Renato Moura. Só quero lembrar que a hora que temos para tratamento de assuntos de interesse relevante está quase a chegar ao fim. De qualquer forma ainda não chegou. Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, gostaria de dizer que afinal

o Sr. Deputado Nuno Bettencourt usou, hoje e já pela primeira vez, dum figura que aqui não estava à espera que utilizasse que era a de embora sem ser sobre o título de protesto, acabasse por ter sido isso mesmo.

E evidente que é assim que é o parlamentarismo. Aos poucos isso mesmo se transforma na posição e na maneira de actuar de cada um daqueles que aqui estão.

Não vou fazer qualquer referência às questões que aqui proferiu relativamente ao marcelismo e ao salazarismo, deixando-as para si próprio.

E evidente que também não as farei porque, para tal, não me sinto competente, sobre aquilo que se entende sobre a questão da consultadoria jurídica. Aí me parece, Sr. Deputado, que talvez tenha enfiado também o seu próprio barrete, e esse mesmo lho devolvo, neste preciso momento.

Contudo, é evidente que também, o que gostaria de aqui dizer é que não retiro nem uma vírgula àquilo que tinha dito na minha intervenção. É importante que esta informação lhe seja dada e é por isso que vou aqui usar da palavra.

Vou fazê-lo precisamente porque não entendo razoável que, quem quer que seja, nesta Câmara ou fora dela, possa gozar com a figura do Deputado Regional, ou mesmo com a da Assembleia Regional, porque ainda seria muito mais grave, porque no conjunto de todos os seus Deputados e porque é, indubitavelmente, o primeiro órgão da Autonomia Regional.

E evidente que o farei porque me habituei a ser desta maneira, e habituei-me a discutir com o meu próprio pai - que infelizmente neste mundo já não está - a poder assumir sempre, e em qualquer altura, uma posição que era a de estar em pé e discutir os problemas.

Isso mesmo eu farei, em qualquer altura e sempre, seja com quem for ou com que doutor for.

V. Exa. aqui ocupa a sua posição, agora de líder, talvez estranhamente, mas ainda espero ter oportunidade de o encontrar, em qualquer altura, no trabalho desta Assembleia - aquele que não tem público, mas é um trabalho sério - nas Comissões, onde, V. Exa. Sr. Dr., certamente vai demonstrar toda a sua capacidade e, talvez por via contrária, toda a incapacidade daqueles que aqui estão, daqueles que não são capazes para nada.

Nessa altura, aí veremos. Nessa altura, aí todos estaremos. Nessa altura, vai-se ver também - estou certo - quem é pelo Povo dos Açores.

Muito obrigado.

Deputado Nuno Bettencourt (CDS): Sr. Presidente, desejava usar da palavra para um reforço de esclarecimento que me é devido.

Presidente: Só um momento, Sr. Deputado Nuno Bettencourt, já lhe dou a palavra.

Agradecia que não nos dispersássemos. O Sr. Deputado José Manuel Bettencourt também já pediu a palavra e...

Deputado Nuno Bettencourt (CDS): Não...é muito pouco, Sr. Presidente.

Presidente: E porque atingimos a hora regimental que temos para assuntos de interesse relevante.

O Orador: Sim, mas eu penso que tenho direito à resposta.

Presidente: O Sr. Deputado tem sim senhor, e já lhe dou a palavra. Portanto tem a palavra para o seu reforço de esclarecimento.

O Orador: Pois, eu não vou andar à volta de consultadoria jurídica porque quem devia ter dado a definição, foi precisamente quem usou a expressão, enfim, e, realmente, o estar a falar em doutor, ou não doutor, eu até julgo que é norma desta Casa esquecermo-nos de que há doutores, engenheiros ou seja o que for.

Portanto, parece que incomoda muito ao Sr. Deputado o facto de eu ser doutor. Ora, não deve incomodar-se. Exactamente, o que deve, talvez, é pensar que realmente eu, pelo facto de o ser, tenho mais obrigações e não, propriamente direitos. Foi essa a posição em que eu sempre me coloquei.

Quanto ao resto, veremos...veremos. Não tenho qualquer receio. Continuarei a dizer o que penso aqui e agora e não lá fora, porque não é meu hábito insultar ninguém, nem fazer críticas a ninguém fora. E dentro, nos locais próprios. É um hábito que eu tenho mantido e que gostaria que o Sr. Deputado conhecesse.

Portanto, é aqui que o digo. Se porventura exagero, e quando exagerar e o reconheça, sou homem capaz de pedir as minhas desculpas. Agora não ataco ninguém pelas costas, nem pessoas, nem instituições.

É exactamente isso que eu queria que soubesse e, realmente, julgo que está a fazer uma tempestade num copo de água.

Presidente: Certo. Terminou o período e, Sr. Deputado José Manuel Bettencourt deve compreender que um pedido de esclarecimento gera mais esclarecimentos e, portanto, vamos respeitar minimamente o que está, regimentalmente, estabelecido.

Entramos, assim, no **Período da Ordem do Dia:** Continuação dos debates de apreciação das Propostas do Plano e Orçamento da Região para 1984. Nessa medida dou a palavra ao Sr. Deputado José Manuel Bettencourt para intervir nos debates.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e demais Membros do Governo:

Numa perspectiva teórica o Plano para 1984

será a finalização dos objectivos previstos no Plano de Médio Prazo de 1981/1984.

O documento agora em debate, ou seja, a Proposta do Plano para 1984, e a análise retrospectiva dos planos anuais que o antecederam e o seu enquadramento global no Plano de Médio Prazo, permitem, hoje, concluir que, na prática o que então constituiu compromisso do Governo, não foi, no essencial conseguido, e o que foi conseguido não oferece garantia de constituir os melhores resultados no campo das opções então assumidas.

Julgamos que seria incorrer-se num grave erro, concluir-se pela positividade da acção do Governo, pelo simples facto de este ter atingido determinados objectivos de carácter executório da construção civil que, sendo de importância básica - como é o caso de infraestruturas aeroportuárias, portuárias ou de carácter hospitalar - não significam, nem de perto, nem de longe, que o ponto de chegada - ou seja, o término do mandato do Governo - seja de missão cumprida.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No Plano de Médio Prazo 1981/84, a páginas 23 pode ler-se "O Governo Regional assume como prioridade fundamental deste Plano de Médio Prazo a **modernização** e o **desenvolvimento** das estruturas produtivas nos Açores"

Não tendo sido conseguido este objectivo, fundamental, para a criação de riqueza e sendo esta, indispensável à concretização de outros objectivos de carácter social; o fracasso da política governativa torna-se evidente, pela impossibilidade da introdução de condições de melhoria do nível de vida da população.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para além da fria leitura das palavras impressas nas folhas de papel - em forma de um Plano - o debate, o grande debate, que se impõe efectuar, com realismo é o da nossa vida colectiva, numa região carenciada do essencial e a forma mais correcta do aproveitamento dos nossos recursos, potencialidades e capacidade, com vista ao desenvolvimento económico e ao bem-estar social.

Quanta polémica de índole pessoal, partidárias ou parlamentar sem importância ou peso para as opções do futuro, sobe às primeiras páginas e quanto assunto essencial à vida quotidiana dos cidadãos é marginalizado por uma conspiração de silêncio?

O debate, franco, aberto e leal, obriga a que os açorianos se interroguem, hoje, sobre o estado da economia açoriana. Onde está a modernização e o desenvolvimento da estrutura produtiva dos Açores? Que medidas práticas foram tomadas, socialmente justas, à esmaçadora maioria dos

açorianos, sobretudo aos que auferem rendimentos muito baixos, nos domínios da saúde, da segurança social e do emprego? E neste âmbito as que foram tomadas serão as mais correctas, as mais adequadas, as mais convenientes?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O orçamento de despesas correntes da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais prevê um aumento de 11% relativamente ao Plano para 1984, o que significa que a preços não inflacionados é inferior ao de 1983.

Será que no final de 1984 vamos assistir à situação de ruptura financeira de um serviço tão importante como é o caso dos Serviços Médico Sociais?

Recordo que os beneficiários dos Serviços Médicos Sociais, que descontam 1/3 do seu vencimento para a segurança social, já se encontram, hoje, prejudicados no direito à saúde, pela recusa - como é o caso do Hospital de Ponta Delgada - de execução de análises clínicas e outros meios auxiliares de diagnóstico, só porque os Serviços Médico Sociais não pagam atempadamente os seus compromissos. Aliás, situação análoga acontece com as farmácias, que correm riscos de ruptura financeira se os pagamentos dos Serviços Médico Sociais não se efectuarem no prazo de 40 dias, sendo que, neste momento, são já de 75 dias os atrasos de pagamento face aos pacientes.

- Como pensa o Governo Regional resolver esse problema actual?

- Está o Governo a tomar em linha de conta a eventualidade de ruptura financeira dos S.M.S. tendo em conta que o orçamento de despesas correntes da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais para 1984, é - a preços não inflacionados - inferior ao 1983? E em caso afirmativo, está o Governo consciente das consequências daí derivadas e - nesse sentido - qual a solução do Governo com vista à resolução do problema?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este e outros factores, constituem motivo suficiente para inquirir, qual é, de facto, a política de saúde do Governo Regional.

Para além da construção de edificios hospitalares - em grande parte destinados à intervenção de medicina curativa - que projectos possui o Governo com vista à prevenção da doença e, nesse sentido, à preservação da saúde?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Somos da opinião que a saúde é, depois da vida o maior bem; e aqui se colocam diversas questões de fundo, ou seja:

Neste sector, a medicina deverá ter por ambição curar as doenças ou deverão, antes,

enveredar pela via de ajudar a população a analisar os problemas e a procurar resolvê-los? Esta é uma questão política em que as opções têm de ser tomadas sem tibiezas, nem panos quentes. Isto é, um sistema de saúde deverá ser avaliado pela sua capacidade de identificar casos patológicos excepcionais ou antes pelos resultados obtidos com vista à compreensão e à resolução dos problemas do doente comum e da sua família? Ou ainda, no sentido de que o comum deixe de ser a doença detectada - quantas vezes e tarde demais - e em alternativa dê lugar comum à saúde, através da prevenção?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não nos iludamos: o bem-estar faz, hoje, parte integrante de uma definição de boa saúde, e não apenas nos escritos da Organização Mundial da Saúde.

Acontece que a organização da saúde, nos Açores, se situa por contradição entre os nossos maiores índices de atraso e de carência.

Os profissionais da saúde são claramente insuficientes, agravam-se as condições da prestação de cuidados da saúde, com particular incidência na população economicamente mais carenciada; não se vislumbra, no Governo, a imaginação necessária com vista a um verdadeiro plano com vista à medicina preventiva; não se publicam diplomas indispensáveis e não se cumprem, de forma eficiente, os que foram publicados.

No sector da Segurança Social, reconhecemos e fazemos a devida justiça, que se deram passos positivos, no âmbito da execução das prestações pecuniárias, nomeadamente no aproximar o serviço das populações das zonas rurais. Mas pensamos que o objectivo, em matéria de Segurança Social, não se deve ficar por aí.

Aqui também se coloca a questão de se saber qual é a política de Segurança Social do Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em nosso entender, um verdadeiro sistema de Segurança Social deve assumir efectivamente a protecção dos cidadãos nas situações de quebra ou falta de rendimentos de trabalho e nas situações de falta ou insuficiência de meios de subsistência.

É verdade que só se pode dar conforme as capacidades de financiamento do próprio sistema de Segurança Social, mas não é menos verdade que este sector, na Região, poderia, em nosso entender, recolher mais receitas caso o Governo se decidisse a agir com determinação e maior intervenção fiscalizadora.

Os encargos da Segurança Social têm vindo a ser injustamente suportados, na sua quase totalidade, pela contribuições arrecadadas sobre os beneficiários e contribuintes do regime geral.

Alguma coisa está profundamente errada e há que ter a coragem política necessária para se corrigir o que está mal, chamando à responsabilidade as empresas que eventualmente não paguem atempadamente as suas contribuições ou pratiquem fraudes para diminuir os descontos a que legalmente estão obrigadas, como também relativamente aos beneficiários sempre que ocorra a urgência da solidariedade, esta bem mais difícil de compreender, como é o caso frequente das baixas por doença.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para que o sistema de Segurança Social seja um contributo essencial para uma mais justa repartição de rendimentos é imperioso que, em nome da defesa dos mais desprotegidos, se seja intransigente com os parasitas: quer os que não pagam as suas contribuições, quer os recebam benefícios indevidamente.

Há, pois, que moralizar o funcionamento do sistema no que respeita à utilização abusiva de benefícios e à fuga de contribuições, para além de se tornar indispensável uma maior racionalização e eficácia dos serviços respectivos, com vista a transformar a Segurança Social no resultado compensador de quantos fazem do trabalho o meio de estar na vida com dignidade.

Aqui se colocam também, questões de fundo.

Como estamos, nos Açores, no âmbito das condições de trabalho no que concerne, por exemplo, aos problemas de higiene e segurança no trabalho?

Apesar da praticamente inexistência de dados oficiais, nos Açores, sobre sinistralidade laboral e sobre os respectivos custos sociais, uma análise atenta dos elementos disponíveis e o conhecimento das condições efectivas de higiene e segurança dos locais de trabalho, na grande maioria das empresas, permitem caracterizar a actual situação como altamente lesiva de interesses sociais e materiais importantes, sendo determinantes, em especial, os referentes à saúde e integridade física dos trabalhadores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em nosso entender, as acções que visem a diminuição da frequência e gravidade dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais devem ter por objectivo fundamental a protecção da vida, da saúde, da integridade física e psíquica dos trabalhadores em particular, através de uma prática preventiva que actue preferencialmente sobre os riscos profissionais, procurando a sua eliminação ou significativa redução.

Isto implica uma reforma urgente e profunda, da acção até aqui exercida no domínio da higiene e segurança no trabalho, a qual só se pode efectuar

com uma vontade política forte e uma abordagem técnica adequada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O desenvolvimento dos Açores só será possível se se conseguir pôr em execução uma política correcta capaz de abrir o investimento à iniciativa privada, através de uma acção estimuladora de incentivos positivos de incidência governamental.

E neste âmbito que se resolve, fundamentalmente, as situações de desemprego e sub-emprego. Sendo o emprego, em nosso entender, das prioridades e consequentemente a luta contra o desemprego, um dos primeiros objectivos, por parte de quem - de facto - esteja empenhado na criação de condições de uma vida mais digna para todos, importa salientar que a criação de emprego depende essencialmente das soluções encontradas no domínio da política económica e não na política social.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O desemprego só se resolve, na sua raiz causal, com investimento e desenvolvimento. Esta é uma verdade de difícil refutação.

Só haverá emprego se houver desenvolvimento. E como na base do sucesso de uma política de desenvolvimento sócio-económico tem de estar a pessoa humana, uma política de desenvolvimento deve contemplar, como objectivos prioritários, a promoção e a qualificação profissional dos trabalhadores.

E por isso ^{deixa} não ~~de~~ ser preocupante, e tem um certo sabor de amargura, que sete anos após a institucionalização dos Órgãos de Governo próprio da Região, no contexto da Autonomia dos Açores, não tenha ainda sido definida uma política global de formação profissional que promova a coordenação de esforços e a possível concertação de vontades entre o Governo, as Organizações Sindicais e as Organizações Patronais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A igualdade de oportunidades, o acesso a níveis de formação na exclusiva dependência do mérito e da capacidade, não devem ser meros "slogans" eleitoralistas mas antes conceitos de profundo humanismo, caros ao socialismo democrático, que têm de ser vividos e praticados no quotidiano dos açorianos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para se encarar com alguma prioridade a criação de emprego, faz-se mister canalizar para esse objectivo alguns dos poucos meios financeiros disponíveis.

Esta prioridade, numa situação de crise

económica grave, da quase inexistência de factores produtivos com viabilidade de expansão, entre nós, do fraco progresso técnico e frustrante experiência de planificação, não pode consistir na orientação, desprogramada e indiferente a todo o meio de actividade económica para o objectivo do emprego dos recursos humanos.

Mas, poderá e deverá consistir na optimização da aplicação dos meios financeiros e outros destinados a resolver os problemas do emprego e da formação profissional, da Saúde e da Segurança Social, da habitação e das demais necessidades básicas da população dentro do contexto limitativo envolvente, caminhando-se gradualmente, e de maneira voluntarista, para a supressão das dificuldades presentes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nos Açores, na nossa terra, cabe em especial aos responsáveis políticos - que queiram ser políticos responsáveis - cuidar do presente com vista a um futuro melhor, mais digno e mais justo.

Muitas vezes confundidos com o sistema institucional e com o debate político, os jovens vivem numa profunda crise de insegurança face às dificuldades em se conseguir acesso ao primeiro emprego, primeiro passo para um futuro na vida. Quantos desses jovens, desconhecedores do imobilismo asfixiante da situação que se vive, questionam hoje com angústia o que lhes poderá estar reservado amanhã.

Para bem dos Açores, e dos Açorianos, impõe-se dar uma resposta concreta às novas gerações que reclamam da democracia, e da autonomia regional, não uma palavra, mas uma obra.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A democracia, que é o Governo do Povo, pelo Povo e para o Povo, deve ser também o bom Governo, a boa administração, a boa gestão, em suma, a boa orientação dos negócios públicos tendo em vista não interesses individuais ou de grupos, mas sim, o sentido do geral e da colectividade.

Muito obrigado.

(Bancada do PS: Muito bem!)

Presidente: Sr. Secretário dos Assuntos Sociais pede a palavra para?

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Costa Neves): É para um esclarecimento muito rápido Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Costa Neves): É só para dizer ao Sr. Deputado José Manuel Bettencourt que o esclarecimento à maior parte das questões que levanta - senão à totalidade - fará parte da minha intervenção.

Intervenção que já está preparada, está escrita, em relação à qual, portanto, não vou acrescentar nada, e em que, mais uma vez, se comprova que, quando o Sr. Deputado começa a descobrir as situações, na maioria dos casos, elas já estão resolvidas.

Tem acontecido no passado. Acontece também nesta vez. Concerteza que a deficiência é da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, ou do Governo, que não tem informado devidamente as acções que tem levado a cabo.

Muito obrigado, Sr. Presidente:

Presidente: Sr. Deputado José Manuel Bettencourt pede a palavra para?

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, se me é permitido, para agradecer a gentileza das palavras do Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Aguardarei, com muitas atenção a sua intervenção e resguardar-me-ei, na altura própria e após a mesma, para lhe pedir os devidos esclarecimentos.

Presidente: Bom, isso foi um à parte que o Sr. Deputado teve. Certo!

Eu dou agora a palavra ao Sr. Secretário Regional do Trabalho.

Secretário Regional do Trabalho (Octaviano Mota): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional:

Estou aqui não para exclusivamente levar ao conhecimento de V. Exas. do que tem sido feito no âmbito das atribuições organicamente cometidos à Secretaria Regional do Trabalho.

Não estou aqui para falar exclusivamente das medidas de política que vêm sendo implementadas no combate ao desemprego no fomento da formação profissional, na vigilância do cumprimento da legislação laboral ou ainda na mediação da contratação colectiva, na luta contra a evasão ao pagamento do Fundo de Desemprego, no esclarecimento sobre as normas em vigor respeitantes à higiene e segurança nos locais de trabalho ou, inclusivé, na vitalização do sector cooperativo.

De tudo isto vos falarei, com o imperativo constitucional, ou não constituam V. Exas. o órgão competente para exercer a função fiscalizadora sobre os actos do Governo que desta Câmara emana.

Mas, se me proponho dar a V. Exas., conta da gestão do departamento que me está confiado e anunciar as linhas de força para o próximo ano, mais do que isso assumo a intenção de partilhar com V. Exas. as minhas preocupações quanto a um futuro mais ou menos próximo.

Efectivamente, a crise internacional está ditando as suas leis: Factores como a recessão do investimento privado face à presente conjuntura sócio-económica; o avanço tecnológico em que

a máquina cada vez mais substitui o homem; e a debilidade dos orçamentos estatais para financiar grandes investimentos públicos, constituem dados adquiridos que são causa do desaparecimento de um crescente número de postos de trabalho, ameaçando com o desemprego muitos trabalhadores e tornando difícil o abrir de portas aos jovens que procuram o primeiro emprego.

Os números dão-nos uma visão sombria da realidade. Quando rebentou a crise de 1973, havia, no países da OCDE, 10 milhões de desempregados. Em 1975 eram 17 milhões, em 1982 eram 30 milhões, ou seja, cerca de 8 por cento da população activa. Para estes números concorrem os jovens com cerca de 40 por cento e os trabalhadores com mais de um ano de desemprego na ordem dos 45 por cento.

No continente português, ascendem a 253.000 os desempregados registados, 10,2% da população activa sendo 56.000 à procura do 1º emprego e 197.000 à procura de novo emprego.

Este quadro não traduz, felizmente, a realidade regional. Efectivamente, dados actuais e disponíveis indicam-nos existirem na Região 2.660 desempregados inscritos - 1.125 homens e 1.535 mulheres - dos quais 700 correspondem ao primeiro emprego. São ainda as mulheres, oriundas do sector conserveiro do pescado e também aquelas que buscam o 1º emprego, estas em número de 600, que contribuem mais largamente para o desemprego registado, o que justifica a atenção que a Comissão Regional para a Igualdade do Trabalho e no Emprego, a funcionar no âmbito da Secretaria Regional do Trabalho, tem dispensado em ordem a eliminar quaisquer discriminações que se observem no mercado de emprego, a diagnosticar situações e a colaborar na fundamentação e estudo de medidas sistemáticas de combate à discriminação.

Esta situação no nível de emprego é de certo modo confortante pelo facto de se saber que os números correspondem cada vez mais à realidade e que, por isso, traduzem um maior rigor, de ano para ano. Basta atentarmos no evoluir da distribuição da população activa pelos diferentes sectores de actividade pois que, nos últimos dez anos, saíram do sector primário onde o desemprego não é controlado mas predomina o sub-emprego, grande número de trabalhadores que se integraram nos sectores secundário e terciário, nos quais os casos de desemprego verificados são, na generalidade, efectivamente registados.

Porém, não obstante os esforços que se vêm fazendo para o evitar, os Açores não estão imunes à degradação da situação económica internacional.

Dáí que a recessão na criação de postos de trabalho e mesmo as dificuldades que as empre-

sas revelam em manter os existentes, face à escassez de encomendas e vendas resultantes da diminuição do poder de compra e das elevadas taxas de juro praticadas, comecem já a constituir motivo de preocupação.

Pesem, embora, os incentivos ao investimento, em diversos sectores criados pelo Governo Regional pela via legislativa, a verdade é que a sua utilização não tem sido susceptível de gerar os novos empregos que se desejariam ou sequer proporcionado a revitalização da economia regional na dimensão do necessário. Em boa verdade, também a esta situação não é alheia a crise sócio-económica mundial, que entrava o lançamento das mais arrojadas iniciativas e que colhe a Região em contra-pé, numa altura ímpar da sua História em que, como nunca, se encontra empenhada no desenvolvimento integral e harmónico de cada uma das suas parcelas.

Porém, o momento não pode ser de desânimo, devendo, antes, nesta adversidade, ser encontrado o lenitivo para o melhor empenhamento colectivo na resolução dos problemas com que nos defrontamos e, mais ainda, daqueles que o futuro nos possa trazer.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Chegado a este ponto da minha explanação, assim partilhadas as preocupações que me assolam, decerto ninguém terá dúvidas em aceitar que a promoção do acréscimo do nível de emprego na nossa Região não é tarefa exclusiva do Governo Regional em geral e do Secretário Regional do Trabalho em particular. Bastará dizer que, quando a um açoriano faltar o rendimento do trabalho, será uma família inteira a viver horas amargas que originarão sequelas sociais de consequências imprevisíveis.

A Secretaria Regional do Trabalho, consciente desta realidade, procurará imprimir uma dinâmica o mais actuante possível aos seus Serviços de emprego de modo a ajustar, da melhor forma, as ofertas aos pedidos de emprego. Procurar-se-á igualmente adequar os programas de formação profissional e alargar a capacidade formativa do Centro de Formação Profissional dos Açores, visando dar uma resposta cabal às exigências dos postos de trabalho existentes ou a criar. E desenvolver-se-ão esquemas concertados de apoio a empresas em situação económica difícil quando esteja em risco eminente o nível de emprego, ou ainda aquelas que se proponham criar novos empregos.

Estas medidas, sendo embora fundamentais na execução de uma equilibrada política de emprego, não são as únicas e poderão até nem ser as mais importantes em situações de crise conjuntural.

Por isso aqui trago o assunto à vossa

presença e reflexão até para que não se ouse dizer que o Governo esconde ou camufla questões de interesse geral e que a todos importa conhecer. E também para que, de tal transparência, possa surgir um empenhamento colectivo na busca das melhores soluções e um comprometimento salutar no estudo, discussão e adopção das medidas que foram escolhidas como as mais convenientes, que reunam o maior grau de exequibilidade e que se traduzam na melhoria da nossa economia e no aumento da tranquilidade, da segurança e do bem-estar das nossas populações.

Este é um desafio que aqui fica lançado, pois não ignoro que estou perante uma Assembleia constituída por açorianos com o melhor espírito de serviço à causa da comunidade e sobre os quais impendem grandes responsabilidades na definição das políticas mais convenientes e na condução dos destinos do povo dos Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Como instrumento indispensável ao planeamento, execução e acompanhamento de uma correcta política de emprego e formação profissional, manifesto desde já o meu empenhamento na criação de uma estrutura pluridepartamental, através da qual se há-de conseguir a compatibilização das políticas sectoriais naqueles domínios e ainda a sua complementariedade, preenchimento de lacunas e eventuais ajustamentos.

E ainda neste contexto que se justifica a implementação de uma Lei Quadro da Formação Profissional em cooperação, delineadora da corresponsabilização quanto à definição, coordenação, financiamento e execução da formação profissional nos mais variados sectores.

Mas a formação profissional, como instrumento de valorização dos trabalhadores em ordem a uma mais perfeita satisfação das exigências do mercado de emprego, para além de constituir para o Governo um meio de correcção das assimetrias verificadas entre a oferta e a procura, deverá também comprometer e interessar o poder local, as Associações Sindicais e Patronais e, eventualmente, organizações profissionais e empresariais, visando a transmissão mútua de informações e de pontos de vista bem como a pesquisa de soluções. Assim se justifica a criação de um Conselho Consultivo Regional para o Emprego e Formação Profissional, heterogéneo na sua composição mas uno quanto aos objectivos, o qual, irá dentro em breve, ganhar forma e conteúdo.

Com a Lei Quadro de Aprendizagem, presentemente em fase de aperfeiçoamento, dotar-se-á a economia regional de um instrumento que as empresas de há muito vêm reclamando, com o qual se contribuirá para a resolução do

problema do primeiro emprego e se colocarão ao dispôr das estruturas empregadoras mecanismos compensatórios que justificarão um retorno à formação profissional tradicional até agora cerceada pela inflexibilidade de determinadas convenções da legislação laboral.

Todas estas medidas se inserem numa estratégia de desenvolvimento global onde se tomam como objectivos, na base do incremento do emprego, a inovação tecnológica, a adaptação das pequenas e médias empresas às exigências do mercado concorrencial e à diversificação da produção, o empenhamento conjunto do poder regional e local com os parceiros sócio-económicos e ainda o estímulo ao sector empresarial para que explore os potenciais económicos de maior expressão regional. Em tudo isto se veja, como pano de fundo, a implementação de uma estratégia de emprego, nela se incluindo, como já se referiu, uma aproximação coordenada aos problemas do desemprego, à criação de novos postos de trabalho e à esquematização e execução de programas de desenvolvimento regional. Para além da já preconizada conjugação de esforços para atingir aqueles objectivos, propõe-se a Secretaria Regional do Trabalho, em tal domínio - o do incremento do emprego bem como, consequentemente da formação profissional - regulamentar legislação condizente emanada desta Assembleia Regional.

A execução de tal tarefa pressupõe, porém, um melhor conhecimento do mundo laboral, em todos os seus contornos.

Com esta finalidade se criou, na Secretaria Regional do Trabalho, um Núcleo de Estatística que, no presente ano, já lançou os seguintes inquéritos:

- Inquérito trimestral ao emprego, junto das empresas;
- Inquérito por classes de remuneração;
- Inquérito de níveis de qualificação;
- Inquérito à formação profissional.

Encontra-se, presentemente, na fase final, o inquérito ao emprego relativo ao 3º trimestre, enquanto se procede à recolha do inquérito à formação profissional e se processa o lançamento do inquérito sobre níveis de qualificação.

Em 1984, para além dos enumerados, serão ainda lançados inquéritos referentes a índices de salários convencionais, ao que acrescerá o aproveitamento estatístico dos quadros de pessoal.

O conhecimento dos dados compilados a partir destes inquéritos será precioso contributo na determinação das medidas a adoptar pelo Governo Regional no âmbito das áreas inquiridas. Mas, mais do que isso, poderão também ajudar à orientação empresarial, já que, das informações recolhidas, será feita pública divulgação através de súmulas estatísticas a publicar em tempo oportuno.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A matéria contida no Plano para o próximo ano impõe-me algumas considerações mais.

O aumento da frequência do Centro de Formação Profissional dos Açores, ditado pelas exigências do mercado, levou a que fosse encarada a decisão de ampliar a sua capacidade de alojamento.

Com o alargamento da capacidade formativa resultante da entrada em funcionamento, no próximo ano, do novo Pavilhão oficial, com o início da formação no sector terciário e bem assim, face à colaboração que vem sendo desenvolvida com outros departamentos no domínio da valorização profissional, será excedida a capacidade de alojamento do Centro. Daí que, em 1984, se reserve a fatia mais expressiva das verbas propostas para o financiamento do programa apresentado por esta Secretaria Regional, precisamente para a implantação de uma estrutura que albergue os estagiários do sexo feminino.

A itinerância de cursos de formação profissional, a prosseguir em 1984, o apetrechamento de Núcleos de formação em Angra e Horta e ainda a aquisição de equipamentos para os novos cursos a ministrar no Centro de formação Profissional dos Açores, para o que igualmente foi inscrita a verba considerada necessária, traduzem a determinação da Secretaria Regional do Trabalho em conferir à formação profissional papel relevante na valorização da mão-de-obra açoriana.

Procurar-se-á, desta forma e de igual modo, aumentar a possibilidade de correspondência dos pedidos de emprego, maioritariamente respeitantes a pessoal não qualificado onde, como se frizou, as mulheres abrangem uma faixa predominante, com relevância para as jovens à procura do primeiro emprego.

Mas foi para os jovens á procura do primeiro emprego que se desenvolveu o programa intitulado "Transição da Escola para o Mundo do Trabalho", em função do qual, alguns deles, foi dada a possibilidade de, ao terminarem os estudos secundários terem, nas empresas, a preparação que há-de adequar os seus conhecimentos ao desempenho de uma actividade profissional.

Ainda relativamente aos jovens, uma referência especial ao Programa de Ocupação dos Tempos Livres este ano levado, pela primeira vez, às diferentes parcelas do nosso território. Foram cerca de 1.000 os jovens empenhados na execução deste Programa, num total de 300 projectos de actividade apresentados por outros tantos organismos e instituições. Procurou-se, com este programa, propiciar aos estudantes o desenvolvimento do sentido das responsabilidades e o empenhamento na vivência do quotidiano das comunidades, a

isto acrescentando o que, na quase totalidade dos casos, terá sido o primeiro contacto com o mundo do trabalho através da prestação de um serviço útil à sociedade. A aderência ao Programa e os resultados alcançados, exigem a sua repetição em 1984, enriquecendo com as alterações que a experiência deste ano proporcionou.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

No campo da política do trabalho, é e continuará a ser preocupação constante da Secretaria Regional do Trabalho contribuir para o aperfeiçoamento da legislação laboral e sua respectiva adaptação às realidade sócio-político-económicas da Região, privilegiando a audição dos parceiros sociais representativos dos empregados e empregadores açorianos.

Bater-nos-emos para que toda a legislação laboral, emanada do Governo da República, seja prévia e atempadamente analisada de modo a contemplar a especificidade desta Região. A esta Câmara serão propostas alternativas adequadas às nossas realidades que em muitos aspectos são bem diferentes das do Continente.

No processo negocial entre representa es dos trabalhadores e de entidade patronais, preocupar-nos-emos em dar todo o apoio técnico-jurídico possível, a fim de facilitar a sua tramitação.

A cobertura de zonas brancas na contratação colectiva, constitui outro nosso objectivo, o qual, já começado a pôr em prática, paulatinamente irá de encontro à defesa dos trabalhadores açorianos. De todos, do Corvo a Santa Maria, dos que se inserem nas mais variadas actividades económicas.

Trabalharemos por uma cada vez maior redução da intervenção administrativa na contratação colectiva, limitando a nossa intervenção aos casos em que tarde a solução pela via do diálogo e estejam em causa os interesses legítimos dos parceiros sociais.

Também está nas nossas preocupações desenvolver um plano de acções de esclarecimento e informação, junto das estruturas empresariais, organizações de trabalhadores e população em geral, acerca dos vastos complexos problemas ligados ao mundo laboral.

Uma palavra sobre a Inspeção Regional do Trabalho:

Mau grado os esforços desenvolvidos no decurso deste ano, só agora se divisa a implementação da Inspeção do Trabalho, recentemente regionalizada. Este facto não obstou a que tivéssemos desenvolvido uma acção, com os poucos recursos humanos que detínhamos, de modo a que fosse dado cumprimento aos objectivos que lhe são atribuídos. Uma actuação visando a informação/formação, o esclarecimento e a elucidação

junto das empresas e trabalhadores, foi o que predominantemente se fez neste domínio.

Com a sua implementação efectiva e pela dotação de mais meios humanos que irão receber formação específica, em 1984 a Inspeção Regional do Trabalho irá desenvolver uma actividade em maior profundidade e abrangendo maior espaço geográfico e mais sectores de actividade.

Continuar-se-á a estabelecer o diálogo directo com os parceiros sociais, privilegiando-se a acção informativa/formativa.

Esperamos contribuir para uma maior concertação no âmbito laboral pelo conhecimento dos direitos e deveres que aos parceiros sociais são cometidos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Relacionado com o Gabinete de Higiene e Segurança no Trabalho, organismo que visa a prevenção dos riscos profissionais e a melhoria do ambiente de trabalho, propomo-nos continuar a desenvolver acções pedagógicas e formativas, que têm vindo a decorrer, e a alargá-las a outros sectores.

Estas incidirão fundamentalmente nas seguintes áreas:

- Apoio aos empresários e às estruturas de segurança das empresas;
- Formação de encarregados de segurança;
- Elaboração de estatísticas sobre acidentes de trabalho ocorridos na Região em atenção à formulação de propostas que visem eliminar as condições de risco;
- Seminários e cursos sobre:
- Alcoolismo e sinistralidade laboral;
- Higiene Alimentar;
- Prevenção de riscos e segurança no trabalho.

Paralelamente, na perspectiva de formação da futura geração de trabalhadores, decorrem acções, a diversos níveis de ensino, de modo a proporcionar à Juventude a tomada de consciência e os necessários conhecimentos em matéria de prevenção dos riscos profissionais e melhoria do ambiente de trabalho.

Quanto a este ponto, gostaria de prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado José Manuel Bettencourt. Como a leitura será um bocado fastidiosa, limitar-me-ei a focar alguns pontos fundamentais, mas gostaria de remetê-lo, em mais detalhe, para que folheasse, "A Situação Económica da Região" - Boletim do DREPA, Julho de 1983 -.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS):
Já li... já li!

O Orador: Lá se foca - nas estatísticas que são únicas no País, na área de higiene e segurança no trabalho - as diversas estatísticas

na área de acidentes no trabalho, por ilhas, e a sua evolução de 81 para 82; acidentes por grupos etários; causas materiais do sinistro; áreas mais afectadas e medidas preventivas para os mesmos.

Sr. Presidente, Srs. Deputado, Sr. Presidente e Membros do Governo:

No ano que está a findar consolidar-se-á a implementação do Gabinete Regional de Gestão do Fundo de Desemprego.

A inércia deste Serviço foi finalmente vencida, tendo-se concluído, pelos resultados alcançados face às acções de fiscalização desenvolvidas, que a fuga ao pagamento do imposto atingia montantes vultuosos.

Porque a moralidade e a legalidade têm que prevalecer, não se admitindo que os faltosos emparecem com os cumpridores, usurpando ganhos ilícitos, dotar-se-á o Gabinete Regional de Gestão do Fundo de Desemprego com os meios humanos que permitem a cobertura eficaz de todas as ilhas pela acção fiscalizadora do Fundo de Desemprego.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A finalizar, uma referência ao carinho com que se tem assistido ao ressurgimento do sector cooperativo, agora correctamente exercido dentro de um novo quadro jurídico próprio que o faz emparejar com os sectores privado e público.

O Instituto Regional de Apoio ao Sector Cooperativo, como órgão de apoio e orientação, tem-se empenhado no esclarecimento e na correcta sensibilização de quem solicitar a sua intervenção no domínio do cooperativismo.

Para além desta disponibilidade de serviço, em 1984 fomentar-se-á a formação de dirigentes e prestar-se-á apoio técnico na organização e estruturação das Cooperativas existentes e das que, entretanto, se foram criando.

Os incentivos e apoios financeiros constam dos documentos respeitantes aos diferentes sectores, consoante o ramo de cooperativismo abrangido; a adequação e compatibilização das legislações em que tais apoios se baseiam, serão tarefas a não descuidar quando as circunstâncias o aconselharem ou impuserem.

Gostaria ainda de prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado, por S. Jorge, António Silveira.

Queria esclarecer-lhe que estão previstas e serão programadas acções de formação profissional, no âmbito dos cursos do Centro de Formação Profissional dos Açores fora do Centro, sempre que localmente se justificarem, quer pela carência de mão-de-bra especializada no sector em causa, quer pelo número de estagiários suficientes, quer ainda pela possibilidade de se poderem

deslocar meios técnicos, humanos e materiais, que possibilitem, com um mínimo de garantia, a qualidade de tais acções.

Em relação a S. Jorge e ao curso de alvernia em questão, iremos fazer o levantamento necessário para possibilitar a sua realização.

Tenho dito, muito obrigado.

(Palmas da Bancada do PSD e do Governo)

Presidente: Temos várias inscrições, portanto vamos ordená-las. Há quatro Srs. Deputados inscritos para formularem perguntas ao Sr. Secretário Regional do Trabalho. Agradecia que respeitássemos hoje o que preceitua o nosso Regimento: 5 minutos, no máximo, para o perguntante; 5 minutos, no máximo, para o respondente a cada perguntante.

Portanto, posto este aviso, dou a palavra ao Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para fazer algumas perguntas, ou pedidos de esclarecimentos, ao Sr. Secretário Regional do Trabalho, o qual ouvi com muita e muita atenção. Da mesma forma que, e com a mesma atenção, escutei, em alturas anteriores, as intervenções de anteriores secretários regionais do trabalho.

Dessas intervenções resulta, de facto, um ponto comum. Dos três secretário regionais do trabalho que já conheci, as mesmas afirmações de boas intenções em relação ao futuro, expressões tais como: "procurar-se-á" "pretender-se-á", mas, na fase presente, a situação de hoje sensivelmente idêntica àquela que se verificava anteriormente.

Não tenho, no entanto, dúvidas nem pejo em afirmar que reconheço no actual Secretário Regional do Trabalho a vontade de tentar resolver problemas que se põem, de carácter grave, no âmbito da sua Secretaria Regional, mas, para além disso, gostaria de pôr algumas questões ao Sr. secretário Regional do Trabalho, que julgo que está de acordo comigo quando afirmo que sem desenvolvimento não há hipóteses da criação de postos de trabalho e que o desenvolvimento passa pelo sector económico e não pelo sector social.

Dáí que se a política do Governo, no âmbito do económico falhar, não há desenvolvimento e o Sr. Secretário Regional do Trabalho não terá oportunidade de criar postos de trabalho.

Contudo, Sr. Secretário Regional do Trabalho, há outros aspectos que, esses sim - porque são do quotidiano e traduzem a situação actual do mundo do emprego, do trabalho, da formação profissional que hoje vivemos - importam também ser levados em linha de conta.

Possuímos na Região três centros de emprego e sabemos que a função do centros de emprego constitui, neles próprios, o ponto de encontro entre a procura e a oferta de mão de obra, como

serviço grátis e facultativo que o é. No entanto, julgo não errar se afirmar que os centros de emprego dos Açores, em matéria de colocação, em matéria de efectuarem o encontro entre a procura e a oferta de mão de obra, têm uma acção muito restrita, têm uma acção quase nula, direi mesmo.

Julgo que há que encontrar, ou reformular e repensar a existência e a forma como se processa o funcionamento, em termos interventivos, dos centros de emprego que existem nos Açores, e é muito difícil a qualquer técnico de emprego hoje nos Açores, procurar motivar e estimular as entidades empregadoras privadas para que recorram aos serviços do Estado, neste caso: aos centros de emprego com a finalidade de recrutamento de mão de obra, se o sector público, neste caso: o Estado - o Governo -, não dá o exemplo e, para preenchimento dos lugares que dão origem à criação de postos de trabalho e de emprego no âmbito da sua esfera de intervenção, o próprio Governo não recorre aos centros de emprego para a colocação de desempregados ou candidatos a primeiro emprego. Esse é um facto que se tem constatado, pelo menos até ao presente.

Por outro lado, gostaria de pôr ao Sr. Secretário Regional uma última questão. Como se sabe existe legislação que obriga à presença dum médico especialista em medicina do trabalho em empresas com determinado número de trabalhadores.

Gostaria que o Sr. Secretário Regional do Trabalho me dissesse quais as empresas que estão abrangidas, no âmbito dessa legislação, e quais as que possuem, no cumprimento da legalidade e da própria legislação, o médico de medicina de trabalho.

Devo-lhe referir, por exemplo, porque conheço essa situação, que no caso dos trabalhadores por conta das Forças Armadas Americanas estacionadas na Base, e que abrangem um número superior àquele previsto na Lei, não existe um médico especialista em medicina do trabalho. No entanto, conheço na Ilha terceira, pelo menos, dois médicos com a especialidade de medicina no trabalho, e, ao que me consta, estão desaproveitados pelo Governo Regional, concretamente no caso da sua Secretaria.

Será que desconhece a existência desses dois médicos?

Presidente: Para também formular perguntas ao Sr. Secretário Regional, dou a palavra ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (Ind.): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foi com muito pesar que constatei o facto do Governo Regional continuar a ignorar a grave problemática que envolve os trabalhadores aos serviços das FEUSA-Açores na Base das Lajes.

Nem uma palavra se inscreve no Plano sobre este magno problema laboral que afecta quase 2.000 trabalhadores, com a particularidade de se tratar duma entidade empregadora que pagará ao Governo Regional uma contrapartida da ordem de 5 milhões de contos e relativamente à qual se pensa que aqueles trabalhadores não deverão nunca constituir qualquer moeda de troca. Assim, perguntava:

- Quando entrará em vigor o estatuto laboral dos trabalhadores que está para ser aprovado desde o último acordo sobre a Base das Lajes que, por sinal, já expirou?

- Que medidas estão previstas para impedir, de uma vez por todas, a gradual e permanente substituição de trabalhadores açorianos por cidadãos americanos?

- Será que desta vez se pretende assegurar que os direitos dos cidadãos portugueses possam, efectivamente, ser salvaguardados perante Lei Nacional?

Presidente: Dou agora a palavra para formular perguntas ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não vou fazer grandes considerações - estejam descansados - mas apenas 3 ou 4 perguntas, duas delas são perguntas que eu já fiz aos dois Secretários que entrevistaram neste debate sobre o Plano, e, em relação às quais, um disse que não sabia e o outro não disse coisa nenhuma.

A primeira pergunta é: qual o orçamento corrente da Secretaria? Quais as suas rubricas e as verbas por rubricas - pelo menos genericamente, para nos podermos aperceber como é que são feitas as despesas correntes na sua Secretaria?

A outra diz respeito aos pareceres dos parceiros sociais, e consiste em saber o que é que aproveitou para o Plano - ou o que aproveitará para a acção corrente da Secretaria - dos pareceres fornecidos pelos parceiros sociais, na consulta ao Plano?

As outras questões dizem respeito a algumas coisas que vêm no Plano ou no anexo. Uma é referente a uma informação que se relaciona com a distribuição sectorial da população activa. Vêm referidos os resultados do último censo, mas traz uma conclusão que não diz nada, ou muito pouco. Eu gostava de saber se, em relação a esses números - portanto que são diferentes, como é evidente, entre 81, anos anteriores e censos anteriores - a Secretaria Regional do Trabalho já tirou mais algumas conclusões, além da que aqui está, que é apenas a seguinte: "relativamente aos valores encontrados em 70, nota-se uma oscilação na distribuição sectorial da população activa, com predomínio para a fuga do sector primário".

Acho essa conclusão também muito primária.

Gostaria de saber se a Secretaria Regional tirou mais alguma conclusão além dessa?

Ouvi também, e com agrado, a referência a inquéritos sectoriais sobre emprego e desemprego. Era realmente uma coisa que eu não percebia até hoje: porque é que ocorria? Porque é que as nossas estatísticas de emprego se limitavam, enfim, a coleccionar as fichas nos centros de emprego - que sabemos que são incompletas e com pouco fidelidade -?

Agrada-me saber que se atalhou esse problema. Agrada-me saber que, pelo menos nesse domínio, não estamos no primeiro ano de Plano a Médio Prazo mas parece que estamos a chegar ao último - ao contrário do que acontece em muitos outros - mas pergunto se existe, entre esses estudos, algum sobre as situações de sub-emprego ou de emprego oculto na Região. Esta seria uma questão.

A outra diz respeito à criação de núcleos profissionais na Terceira e no Faial. Eu gostaria de saber, em relação a esses dois casos, qual é a situação exacta desses núcleos: se já estão a funcionar? Que cursos é que lá operam? etc...? Um pouco mais em pormenor do que aquilo que vem referido no Plano e que foi referido pelo Sr. Secretário na sua intervenção.

Uma última questão, pode resumir-se na seguinte pergunta:

- Existe algum conflito entre a Secretaria Regional do Trabalho e a Secretaria das Pescas?

Eu explico. Se não me falha a memória - e creio que não - ontem o Secretário das Pescas disse que a Escola de Pescas dos Açores iria ser extinta e, enfim, devido aos encargos se iria passar a promover a frequência na Escola de Pescas do Continente. Portanto, julgo que foi essa a informação do Sr. Secretário das Pescas.

Acontece que vejo aqui num programa da Secretaria do Trabalho - Programa nº 13 - uma solução contrária. Continua a dizer-se que as instalações que existem - em que já foram gastos quase 15.000 contos - continuarão a funcionar e pretende-se com elas melhorar substancialmente a formação profissional dos pescadores.

Obrigado.

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Jorge Castanheira Cruz, para formular as suas perguntas.

Deputado Jorge Castanheira Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ouvi com bastante atenção a intervenção do Sr. Secretário Regional do Trabalho, em que pôs um conjunto de cenários que procuraram retratar, com o rigor possível, a situação do sector que lhe está adstrito.

Fê-lo de forma pragmática, clara, simples e que, a meu ver, valorizou de sobremaneira a humildade com que a apresentou. Era um preâmbulo

simples que aqui queria deixar registado perante a sua primeira intervenção nesta Câmara.

Em relação ao conjunto de questões que aqui pôs, eu queria-lhe fazer duas perguntas que julgo serem, penso eu, de fácil resposta.

O Sr. Secretário Regional falou aqui em dinamização de serviços, já iniciada - e reforço o "já iniciada" e não "procurar fazer-se", como aqui o Sr. Deputado, José Manuel Bettencourt queria fazer entender a esta Câmara - nomeadamente do Gabinete de Gestão do Fundo de Desemprego, que levou ao reforço duma determinada acção fiscalizadora que o Sr. Secretário aqui deixou exposta.

Eu queria saber que resultados práticos é que essa acção fiscalizadora teve, durante o período em que ela actuou. Naturalmente, se for possível, revelar-nos verbas fruto desta acção.

Uma segunda pergunta recciona-se com o sector público regional empresarial. E a questão é a seguinte:

- Se se pensa, no decorrer do próximo ano, estabelecer critérios uniformes - e mesmo normas uniformes do Governo Regional - no sentido de permitir a actualização da massa salarial das diversas empresas públicas regionais - porquanto, à partida, umas têm determinados ordenados e regalias, outras têm outras, e, quando se estabelece negociações de contratação colectiva, dá-se determinadas orientações, penso eu, em termos de fixação de, para umas: 17%, para outras 20% ou 25% -?

Muito obrigado.

Presidente: Para formular as suas perguntas, dou a palavra ao Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional do Trabalho:

Desejaria colocar duas perguntas, a primeira, com um preâmbulo bastante curto - não pretendo exceder o tempo regimental - e que é no seguinte contexto.

V. Exa., na sua intervenção, congratulou-se com a boa evolução no sistema cooperativo - facto que registo -. Saliento que o sistema cooperativo, para ter uma completa e real concretização, se situa no âmbito de elementos de facto elementos de direito -. O suporte jurídico para o sistema cooperativo é, indiscutivelmente, o Código Cooperativo, recentemente aprovado e publicado.

Recordo a V.Exa. que numa recente reunião de trabalho que tivemos aqui na Assembleia Regional, há alguns meses a esta parte, o Sr. Secretário referiu que tinha intenção de desenvolver determinadas actividades no sentido de conseguir determinados cursos, ou reuniões de trabalho, com técnicos competentes do âmbito do sector cooperativo, por forma a esclarecer todos os

funcionários que têm que lidar com matéria registral deste foro jurídico.

Quanto é do meu conhecimento, até hoje, creio que tal facto não ocorreu, daí colocar a questão: se, efectivamente, o Sr. Secretário, no âmbito das suas competências, já desenvolveu alguma actividade nesse sentido? Essa era a primeira questão.

A segunda - à qual desejava que o Sr. Secretário me respondesse -: quais os protocolos que, neste momento, existem celebrados, através da Secretária que orienta, entre empresas, quer do sector público, quer do sector privado, no âmbito do primeiro emprego, ou chamado emprego juvenil?

Presidente: Bom não há mais Srs. Deputados inscritos para formularem perguntas, dou a palavra, para responder, ao Sr. Secretário Regional do Trabalho.

Secretário Regional do Trabalho (Octaviano Mota): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Primeiro, começaria por responder às perguntas que foram formuladas pelo Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Em relação ao Centro de Emprego, é evidente que a situação actual difere um pouco da estrutura com que foi objectivada a criação dos centros de emprego. É evidente que se pensa reformular e repensar a sua actividade, de modo a dinamizá-los e dar-lhes aquela acção que se pressupõe.

Agora, é evidente que "Roma e Pavia não se fizeram num dia". Nós estamos a trabalhar. A dinâmica que os centros de emprego neste momento têm é bastante diferente da que tinham no início do ano, como o Sr. Deputado concerteza poderá constatar, em elementos estatísticos que tenho ao meu dispôr, por meio dum boletim emitido pela Direcção de Emprego e Formação Profissional:

- Desde a troca de informações inter-centros profissionais e relatórios mensais, onde se analisa a situação e evolução do mercado em cada sector;

- Desde a tentativa de se começar com uma mobilidade geográfica que se justifica, porque enquanto em determinados centros de emprego há trabalhadores qualificados numa situação de desempregados, noutros há carência - assistindo-se ao absurdo de obras realizadas na Região serem feitas por técnicos ou por mão de obra especializada vinda do Continente, sem ter em conta a mão de obra local -.

Neste momento, nós estamos a dinamizar a situação. Estamos a tentar preencher essa lacuna, dando-lhe os objectivos que foram definidos pelos centros de emprego.

Quanto a médicos, especialistas em medicina do trabalho, que eu tenha conhecimento, só existe uma empresa nos Açores que tem medicina no traba-

lho em S. Miguel, nomeadamente uma empresa de lacticínios -. As outras empresas não o têm, umas por dificuldades económicas, outras por carência de médicos especialistas nessa situação.

Como já tive oportunidade de dizer ao Sr. Deputado José Manuel Bettencourt, eu desconhecia que existiam dois médicos de trabalho na Terceira. Registo a informação e vou tentar dar-lhes - caso mereça o acordo dos respectivos médicos - uma função adequada àquela que os nossos serviços podem desempenhar.

Ainda em relação à falta de médicos do trabalho na Base das Lajes, devo dizer-lhe que, ou no mês passado, ou ainda neste mês - não estou bem certo se foi em Outubro ou Novembro - pela primeira vez, uma equipa técnica do Gabinete de Higiene e Segurança no Trabalho esteve na Base das Lajes a verificar as condições de trabalho dos trabalhadores portugueses naquela base.

É evidente que ainda não me tinha debruçado sobre a existência, ou não, de médicos de trabalho na Base das Lajes, mas, aqui, do relatório das afirmações primárias que recebi do referido grupo que lá foi, verifico que as condições laborais são, de longe, superiores à média das existentes nas empresas açorianas. De qualquer maneira é um assunto que vou tomar em consideração e procurá-lo-ei ter atenção no próximo encontro que tiver com os responsáveis pela Base das Lajes.

Quanto à pergunta do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, sobre a Base das Lajes, gostaria de lhe dizer que a parte laboral, neste momento, está na fase última de negociação e é evidente que eu aqui não poderei divulgá-la uma vez que faz parte do acordo que ainda está por finalizar.

Posso dizer-lhe que, pela primeira vez, representantes da Secretaria Regional do Trabalho farão parte dos responsáveis pela gestão dos assuntos do trabalho na Base das Lajes. Será uma delegação tripartida de que fará parte o Comando Americano, o Comando Português e um representante da Secretaria Regional do Trabalho.

Devo-lhe dizer ainda que, directa ou indirectamente, será contemplada a audição dos tribunais portugueses em assuntos de trabalho. Portanto está salvaguardada a Lei Nacional.

Quanto ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa, em relação aos pareceres, não sei, especificamente a que é que se refere, ou se existe algum parecer concreto que gostaria que fosse analisado. Devo-lhe dizer que todos os pareceres feitos pelos parceiros sociais, em relação aos temas do trabalho sobre o Plano, são tomados em consideração, na medida em que o justificarem.

Em relação à distribuição sectorial da população activa, devo dizer-lhe que o censo de 81 reserva para o sector primário 31%, para o sector secundário 25%, e para o sector terciário

43%. Estes são os elementos que temos disponíveis.

Em relação ao orçamento da Secretaria Regional do Trabalho, proposto para 84, nós temos como despesas correntes 95.000 contos; para despesas de capital 4.000 contos e despesas do Plano 50.000 contos, num total de 149.000 contos.

Quanto ao problema do emprego e sub-emprego, é evidente que no decorrer da minha intervenção referi que no sector primário existe uma situação de sub-emprego que não é possível quantificar. Devo-lhe dizer, no entanto, que está nas nossas previsões, de lançamento de estatísticas, lançar inquéritos sobre a situação de emprego e sub-emprego.

Fara ser mais claro, poderia dizer qual o tratamento estatístico que prevemos para os próximos anos - e digo, prevemos, porque estamos a caminhar para lá -. Entre outros podia focar-lhe:

- Inquérito à mobilidade profissional;
- Inquérito sobre condições de trabalho;
- Inquérito sobre contratos a prazo e suspensões temporárias de trabalho;
- Inquérito aos trabalhadores no domicílio;
- Inquérito às empresas colocadoras de mão de obra;
- Aproveitamento de actos administrativos de trabalhadores estrangeiros;
- Aproveitamento de actos administrativos sobre prevenção de emprego;
- Aproveitamento de actos administrativos do mercado de emprego, mensal, trimestral e anual.

Perante essas estatísticas, nós pensamos ter mais alguns elementos disponíveis que permitam-nos dar orientações nestes sectores.

Quanto ao núcleo de Angra e Horta, a Secretaria Regional do Trabalho está a pensar concentrar os seus serviços num único edifício, aproveitando uma estrutura para o sector terciário. Independentemente disto, como disse na minha intervenção, sempre que se justifiquem cursos de formação profissional itinerantes, pelos quais se possam deslocar mão de obra, técnicas e materiais que assegurem um mínimo de qualidade destes cursos, serão efectuados, independentemente desse núcleo para o sector terciário.

Em relação à Escola de Pescas e à situação exposta ontem pelo Sr. Secretário da Agricultura e Pescas, eu gostaria de dizer que o Programa 3.1 recai sobre a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas e não sobre a do Trabalho.

Em relação à pergunta do Sr. Deputado Castanheira sobre acções do Gabinete de Gestão do Fundo de Desemprego, devo-lhe dizer que a acção fiscalizadora do mesmo gabinete traduziu-se nas Ilhas de S. Miguel e Sta. Maria: em 361 acções, com a recuperação de dados, que não

estavam sendo liquidados, da ordem dos 30.000 contos; nas Ilhas Terceira e Graciosa, 95 acções, com a recuperação de 14.000 contos que não estavam a ser cobrados.

Quanto ao sector público regional, a Secretaria Regional do Trabalho, neste momento, está a fazer um levantamento do clausulado das empresas públicas de modo a permitir a reflexão sobre as suas diferentes condições, dadas em cada sector.

Quanto às perguntas formuladas pelo Sr. Deputado Carlos Mendonça sobre o sistema cooperativo, devo-lhe dizer que já, aquando da estadia do Sr. Secretário de Estado do Fomento Cooperativo nos Açores, em S. Miguel tiveram lugar uns seminários, dirigidos a todos os notários, sobre o novo Código Cooperativo. Nós fizemos divulgação destes seminários e tiveram alguma participação - pouca -.

Tentámos estabelecer contactos com alguns juristas ligados a essas áreas, em outras ilhas. Alguns foram contactados, outros não o foram. Neste momento nós estamos a envidar esforços para que, novamente, seja dado um curso a nível de Ponta delgada, Angra e Horta, de modo a possibilitar esse conhecimento. Mais, penso adquirir uma edição do Código Cooperativo, fomentada pela Secretaria de Estado do Fomento Cooperativo, dirigindo-a a todos os juristas que conheço na Região para que tenham conhecimento deste facto.

Devo-lhe dizer que a sua questão é pertinente porque, neste momento, ao dirigirmo-nos aos notários para fazermos alteração de estatutos, temos tido dificuldades neste domínio. A questão já nos foi posta na semana passada em algumas ilhas, fundamentalmente na Terceira, e nós vamos ver se conseguimos, no mais curto tempo possível, fazer essa acção sensibilizadora, ou esclarecedora, das alterações resultantes da entrada em vigor do novo Código Cooperativo.

Há aqui uma pergunta que eu não percebi bem que se relaciona com os protocolos celebrados com vista ao primeiro emprego ou emprego juvenil. se é isto que eu entendo, nós temos um protocolo - A transição do Mundo para o Trabalho - em que os jovens que acabaram o 5º ano; num projecto piloto, celebrado na Escola de Ponta Delgada e na Escola da Ribeira Grande, em que duas turmas de 25 alunos, dos quais só 25, dos que chegaram ao fim, se interessaram por esse programa, estão neste momento a desenvolver um programa de transição do mundo para o trabalho.

Foram celebrados protocolos com 15 empresas, dando a possibilidade a estes jovens de adaptarem os conhecimentos adquiridos durante o programa de transição com a vida prática. E um programa experimental e pensamos que os resultados deste ano e do próximo ano, vão-nos dar lições que

permitirão prosseguir, desenvolver ou integrá-lo na nova acção do ensino técnico ou técnico-profissional.

Não sei se era esse o sentido da sua pergunta, Sr. Deputado Carlos Mendonça, e se respondi a todos?

Presidente: O Sr. Deputado Dionísio de Sousa pede a palavra, para?

Deputado Dionísio de Sousa (PS): E para repetir um pouco mais alto, duas perguntas que eu fiz, para ver se venço uma, que suponho amnésia colectiva - não sei se será um problema auditivo ou de memória - do Governo Regional.

Presidente: O sr. Deputado dá-me licença que o interrompa?

Foi distração da sua parte. Por acaso posso dizer-lhe que, na altura, até fiz sinal ao seu colega de bancada. Estava a ser respondido e o Sr. Deputado, por acaso, estava distraído por outras razões.

Presidente do governo Regional (Mota Amaral): Não é um caso de amnésia, por pouco.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Então é um caso de distração minha. Eu peço desculpa. Pode ocorrer. Aliás não foi um caso de distração, foi um problema de trocar impressões com a Direcção da Bancada do Grupo Parlamentar do PSD.

Obrigado e as minhas desculpas.

Presidente: Mas, a resposta tinha sido dada e eu até fiz sinal ao Sr. Deputado Carlos Mendonça para que isto não acontecesse.

Sr. Deputado José Manuel Bettencourt pede a palavra para?

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, era para efectuar, muito rapidamente, três ou quatro esclarecimentos ao Sr. Secretário Regional do Trabalho - se o Sr. Secretário Regional do Trabalho não vir inconveniente, nem a Mesa também - uma vez que ainda estamos no seguimento desta intervenção.

Presidente: O Sr. Deputado quer prestar esclarecimentos.

O Orador: Não...não... queria pedir.

Presidente: Quer pedir esclarecimentos...

O Orador: ...na sequência dos prestados.

Presidente: E uma figura regimental mas também está previsto que seja o mais sintético possível. Tem a palavra.

O Orador: Eu penso que, como o Sr. Presidente não me chamou a atenção na minha primeira intervenção, não excedi os cinco minutos que me foram concedidos.

Presidente: Foram exactamente cinco minutos.

O Orador: Portanto, é na base do excedente, digamos assim, que eu usaria da palavra.

Presidente: Não...não... foram cinco minutos e não há excedente.

O Orador: E muito rápido. Vou colocar quatro questões ao Sr. Secretário Regional do Trabalho.

Começaria precisamente por colocar a questão dos centros de emprego. Neste momento, tanto quanto me é possível constatar, os ficheiros existentes nos centros de emprego nos Açores, e referentes à procura de trabalho, estão superlotados por candidatos ao primeiro emprego, com forte expressão nos jovens que concluíram os seus estudos e, por outro lado, em relação a trabalhadores indiferenciados ou não qualificados.

Em relação aos candidatos a primeiro emprego, julgo que os técnicos de emprego constatarem uma dificuldade grande em conseguirem arranjar emprego para os próprios uma vez que, de uma forma geral e dado as habilitações literárias que concluíram, têm como pretensão empregos de escritório. No entanto, não têm conhecimentos de dactilografia; não têm conhecimentos de cálculo comercial; não têm conhecimentos de contabilidade e, como tal, são, de uma forma geral, candidatos indeferenciados a um primeiro emprego. Têm bases de cultura geral, mas não propriamente as bases necessários para a integração no mundo do trabalho.

Por outro lado, julgo também não falhar se afirmar que, neste momento, os centros de emprego nos Açores destinam grande parte da sua acção ao controle - se assim se pode achar - do subsídio de desemprego. Isto é, grande parte do movimento dos centros de emprego é para, periodicamente nos termos da Lei, os trabalhadores desempregados receberem subsídio de desemprego e lhes ser marcada a data da próxima ida ao centro de emprego. Julgo que, de facto, estes centros não foram vocacionados para efectuar o controle do subsídio de desemprego, mas, sim, de efectuar o encontro entre a procura e a oferta de mão de obra.

Por outro lado, o Sr. Secretário Regional falou na pretensão duma política de mobilidade geográfica dos trabalhadores. Eu estou de acordo em relação a essa pretensão, mas nós ambos sabemos que a mobilidade geográfica dos trabalhadores só é possível realizar-se se existirem, em contrapartida, ofertas em compensação.

Eu pergunto se o Governo já tem ideias concretas de forma a estimular e a provocar as ofertas em compensação - condição única e "sine qua non", para que se possa verificar mobilidade geográfica dos trabalhadores -.

Por outro lado, gostaria que o Sr. Secretário Regional me informasse, em relação a um problema que é candente e que aqui já foi trazido hoje pela voz do Deputado Renato Moura, embora incidindo em carências afilativas na Ilhas das Flores, mas, que tem a ver com a greve dos estivadores.

Gostaria que o Secretário Regional do Trabalho me informasse que acções é que o Governo já desenvolveu, ou estará a desenvolver, como mediador desse conflito e com vista à sua resolução.

Finalmente, gostaria que o Sr. Secretário Regional do Trabalho me dissesse, em relação às 15 empresas em função das quais existe um protocolo, concretamente onde é que se localizam essas 15 empresas.

Presidente: Não há mais perguntas, nem há mais inscrições para pedidos de esclarecimentos. O Sr. Secretário Regional do Trabalho tem a palavra para esclarecer o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Secretário Regional do Trabalho (Octaviano Mota) Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Quanto à acção e aos ficheiros dos centros de emprego, Sr. Deputado José Manuel Bettencourt, como membro do Centro de Emprego de Angra, talvez fosse bom que passasse também por lá algumas vezes para ver que talvez não traduz isso que agora disse.

A procura, no centro de Emprego de Angra, cifrou-se em 24 pessoas no mês de Agosto; em Ponta Delgada 136; na Horta 24; dando um total de 186 na Região Autónoma dos Açores.

Devo-lhe dizer que não é tão verdadeira a situação que põe dos ficheiros estarem carregados de pessoas à procura do primeiro emprego.

Segundo os dados estatísticos que tenho de Agosto - e terei prazer em enviar, futuramente, ao Sr. Deputado os elementos que são fornecidos mensalmente - em Ponta Delgada, nós temos, à procura do primeiro emprego 1.471 pessoas; em primeiro emprego 602; empregados que procuram novo emprego 58; portanto perfaz um total de 2.131.

Em relação a Angra, nós temos à procura de novo emprego 222 pessoas - mas devo-lhe dizer que neste números de novo emprego estão incluídos os subsidiados de desemprego - à procura do primeiro emprego 84, num total de 306 - à procura do novo emprego 19 - portanto, 325 pessoas.

Na Horta, temos à procura de novo emprego 149 pessoas; à procura do primeiro emprego 51, num total de 200; e empregados que procuram novo emprego 25; portanto, um total de 225.

No mês de Agosto, a totalidade de pessoas de subsídio registado era na Região de 2.681 pessoas.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS):
E os qualificados?!

O Orador: Dá-me licença, Sr. Deputado. Em relação a este primeiro emprego e a pessoal que existe com uma certa formação cultural mas não preparação para a vida prática, devo dizer que a função permanente dos núcleos que se vão criar em Angra e Horta é precisamente, numa primeira fase, prever essas lacunas. Serão no sector terciário, como disse, contabilidade, cálculo comercial, dactilografia, formação e qualificação.

Quanto à ocupação do controle do subsídio de desemprego, evidentemente que é uma função que compete aos centros e não se podem dissociar dela.

Quanto à mobilidade geográfica, devo-lhe dizer que é preciso criar condições e salvaguardar as condições das pessoas que se movem duma ilha para outras. É isso que vamos procurar fazer e que estamos procurando fazer. Agora, eu não entendo o que quer dizer com "ofertas em compensação".

O que quero dizer é que neste momento nós temos, em diversas ilhas, trabalhadores do continente a desempenhar funções que poderiam muito bem ser desempenhadas por naturais desta região. É isto que procuraremos colmatar, sensibilizando as empresas de fora da Região que têm obras na Região para que privilegiem, sempre que possível, a contratação de trabalhadores - e se os trabalhadores vêm do Continente com determinadas condições, os naturais da Região também se podem mobilizar e deslocar-se duma ilha para outra, uma vez que estão no seu território, na sua Região -.

Quanto ao problema do programa - Transição para o Mundo do Trabalho -, evidentemente que não tenho elementos aqui disponíveis para o efeito de saber quais as empresas. Elas localizam-se em S. Miguel, principalmente em Ponta Delgada, Ribeira Grande e na Lagoa. Elas estão dispersas por uma série de localidades que agora não posso precisar, mas podê-lo-ei facultar se assim o desejar.

Quanto à greve dos estivadores, é evidente que o Governo Regional já emitiu uma nota oficiosa, esclarecendo a situação, mas do contexto posso, muito resumidamente, dar uma ideia do que se passa no concreto.

O problema que os senhores estivadores propõem é a negociação duma garantia salarial que pressupõe o seguinte:

- Para os portos de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, S. Roque do Pico, Velas de S. Jorge e Horta, devia ser garantido um salário diário da respectiva categoria profissional vezes 75% desses 30 dias;

- Para os portos das Flores, Graciosa, Praia da Vitória e Vila do Porto, a garantia salarial consistirá na diferença entre a totalidade das referidas remunerações pelos trabalhadores.

Esta garantia salarial pretendida, a ser concedida do modo como os estivadores pretendem, acarretaria um encargo adicional de 127.000 contos à massa salarial actualmente em vigor.

Deve-se dizer que isso contemplaria um número de 819 estivadores, segundo os últimos números que temos disponíveis, enquanto eu penso que a necessidade desses trabalhadores nos portos

dos Açores não deve chegar à metade.

A proposta do Governo Regional, foi a de que:

"1- A garantia salarial teria como base a média dos dias de trabalho nos últimos dois anos, sendo o resultado arredondado por excesso vezes 75% dos proventos auferidos pelo trabalho normal e extraordinário, excluindo todos e quaisquer subsídios.

2- Fixação prévia do contingente para cada porto, tomando como base a indicação dos trabalhadores por cada porto, e, nas ilhas em que tal prática não fosse possível e em que se pratique o sistema à tonelada, o cálculo seria feito pela massa salarial angariada a borbo."

Portanto, a divergência circunscreve-se à diferença entre a proposta dos estivadores que aponta para uma garantia salarial abrangendo 819 trabalhadores, segundo os últimos dados disponíveis, que acarretaria uma sobrecarga de 127.000 contos e a do Governo que teria por base a média dos dias de trabalho nos últimos dois anos, arredondada por excesso vezes 75%, o que daria também um encargo, para o governo Regional, da ordem, aproximadamente, entre os 10 e os 20.000 contos.

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer aqui um intervalo. Suspendemos os nossos trabalhos, voltamos às 18.00 horas para os retomar.

(Eram 17,45 horas)

Presidente: Vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 18.15 horas)

Dou agora a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Nuno Bettencourt.

Deputado Nuno Bettencourt (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

A minha intervenção hoje, vou tentar o possível para que seja muito calma, muito serena e até recorreria à imagem do cordeiro - símbolo da paz - que também, quando cresce, se transforma no carneiro - símbolo da guerra -. São os tais mistérios insondáveis da natureza humana. É evidente que o cordeiro tem um certo receio também de ser devorado pelo leão que ontem foi posto à solta, mas vou evitar que isso aconteça.

Hoje proponho-me, em primeira linha, falar, embora em traços muito gerais - seria uma apreciação na generalidade - do Plano e do Orçamento, e claro que não poderia ir muito mais longe já que estou a começar. Já agora permitam-me, perante esta Assembleia - da bancada da oposição e da bancada da maioria, que são, efectivamente, já alunos que têm muitos anos de aprendizagem e eu estou a aprender muito com eles - afirmar que sou um pouco caloiro nessas coisas.

Nunca me propus dar lições, antes pelo

contrário, tentei recebê-las. Apenas tentei, efectivamente dar a chicotada que eu entendi dever dar. Isso é da minha inteira responsabilidade, nem admito que haja quem quer que seja que entenda dever opôr-se-lhe, ou fazer críticas para além do que está, neste momento e no momento em que eu falo, e ultrapassar esses mesmos limites porque julgo que é, efectivamente, abusivo.

Ontem realmente disse e não me arrependo do que disse. O tom é que efectivamente representa uma maneira de ser, um estilo. Eu vos digo as coisas com veemência, não costumo prepará-las nem premeditá-las e, conseqüentemente, o estilo é o homem. Contudo, quem me conhece um pouco mais a fundo sabe que eu não tenho nunca intenções de ferir, nem de ofender, e, hoje, repetiria, sem qualquer reboço, o que ontem disse.

E que, realmente - perante uma Assembleia que tem muitos anos de trabalho meritório para a Região que também lhe paga esse trabalho - e portanto não é nenhum favor, é uma obrigação - nas Comissões, nos Plenários, nos ares tormentosos da nossa Região - permita-se-me também a minha análise, e até o meu juízo crítico, de que não tem tido a dimensão política que se exige, efectivamente, a uma câmara política.

Não falei em aspectos jurídicos, nem económicos, nem financeiros, nem técnicos de qualquer ordem. Qualquer interpretação nesse sentido é nitidamente uma incapacidade de compreensão e de assimilação, mas a culpa não é minha já que, realmente, não me compete, efectivamente, saber qual o grau de cultura das pessoas que aqui se encontram e muito menos criticar esse grau - até porque sei muito bem que muitos não foram mais longe, e deviam ter ido, numa época em que não podiam fazê-lo -.

O que não me parece correcto é que fiquem, eternamente, em estado de ressentimento e de recalçamento, e tenham as atitudes que têm. Quando vêem alguém um pouco mais acima, chamam-lhes "doutores" com um ar irónico mas que, efectivamente, eu devolvo essa ironia porque eu não costumo servir-me dos dotes que porventura possa ter para meu benefício próprio. Mais do que as palavras, há o exemplo, e eu tenho dado o exemplo ao longo da minha vida profissional. Ao menos, façam-me essa justiça.

Tenho uma vida profissional longa no sector do trabalho, para onde eu fui por vocação própria, onde estive cerca de 20 anos, e que abandonei quando entendi que o departamento do trabalho - isto em 1975 - não era mais do que, uma casa como chamávamos ao Ministério do Trabalho, "uma nave de loucos", em que, efectivamente, parece que tudo se fazia, não para dignificar o trabalhador, mas para destruí-lo em nome dum pouco progresso.

Eu, então, tomei a atitude que se impunha. Fui

para o governo civil, como secretário. Analisei durante todo o ano, enfim, a actuação do Governo Regional e entendi, na altura própria, sair para o Ministério da Justiça porque podia fazê-lo, e fi-lo - acto voluntário -.

Portanto, não gosto de falar de mim, nem do meu passado, mas, já agora, também permita-se-me mais um aspecto, já que se falou, ainda ontem, em ideologia.

Presidente: Sr. Deputado, dá-me licença que o interrompa? Não lhe quero coarctar de maneira nenhuma a palavra, só que permitia-me lembrar-lhe que estamos a discutir e a apreciar o Orçamento e o Plano para 1984.

Penso que a sua intervenção, até à data, é um preâmbulo e ficaria muito bem num período de antes da ordem do dia, mas...

O Orador: Eu demonstrarei ao Sr. Presidente, se me permite - e, portanto, acho que interrompeu antes do tempo - que está, perfeitamente, integrado na óptica que eu vou dar à minha análise do Plano. Foi só para isso. E porque eu não gostaria de ser longo demais e, nesse aspecto, agradeço-lhe.

Presidente: O Sr. Deputado tem apenas 20 minutos.

O Orador: Julgo que tenho 20 minutos, não é?

Presidente: Tem, e já usou 6.

O Orador: Muito obrigado por me chamar à atenção.

Pois, é evidente que não se poderá esperar de mim mais do que muito modestamente e muito humildemente, que eu me pronuncie em termos genéricos, e, para começar, devo dizer que, realmente, apreciei muito - e com muita sinceridade o digo - as intervenções que aqui têm sido feitas - de todas as bancadas e do próprio Governo Regional -.

A primeira, na apresentação do Sr. Secretário Regional das Finanças, pareceu-me, realmente, que foi suficientemente clara, não foi repetitiva, como porventura poderia crer-se. Não tinha que repetir o que estava no Plano, como é evidente. Julgo que ^{não} tem a função de repetidor e muito menos de resumidor - chamemos-lhe assim -. Já tive ocasião de definir essa posição e, realmente, quanto a mim, tentou, e com algum êxito, exactamente pôr em evidência a dimensão política - as opções que necessariamente estão na base de qualquer plano e de qualquer orçamento -.

Dando-lhe a dimensão política - já que estamos num projecto social democrata - muito naturalmente tentou, primeiro, mostrar os meios adequados, ou não, aos objectivos e, depois, também tentar mostrar que esses mesmos objectivos e os meios adequados ao serviço desses objectivos se enquadrariam num projecto de sociedade social democrata. É legítimo, a um governante, fazer isso.

Simplesmente, o Sr. Secretário Regional das Finanças, claro que, infelizmente, não sabe fazer milagres (não é?) e, conseqüentemente, embora tenha tentado demonstrar muita coisa, é evidente que não me posso pronunciar sobre as opções, a não ser pontualmente - se foram as melhores, se foram as piores -. Não estava cá e, conseqüentemente, acredito plenamente nas decisões desta Câmara que, certamente fez as análises - tanto a maioria como a oposição - que se impunham e, as opções, julgo que são as correctas.

Portanto, eu poderia, desde já, dizer que não tenho qualquer repugnância - bem pelo contrário - dentro duma análise crítica - a possível para mim, neste momento - em aprovar, desde já, o Plano na generalidade.

Claro que, o Sr. Secretário Regional, como eu disse, não sabe fazer milagres e como é que ele há-de, realmente, demonstrar cabalmente que as opções estão de acordo com projecto social democrata se, o próprio projecto social democrata, é demasiadamente ambíguo. Eu nunca vi o projecto social democrata senão como um projecto que varia no tempo e no espaço, que é duma maneira na Suécia, é doutra maneira em Portugal - Social Democracia à Portuguesa -, pode ser doutra num terceiro mundo e é neo-liberalismo, em certa medida, pois que a criação das infraestruturas competem ao Estado. É neo-liberalismo.

E a criação de infraestruturas que permitam o uso da liberdade em plenitude e eficácia, mas sem prejuízo de entrar também (em que medida?) na parte produtiva, no sector produtivo. Intervindo? Qual o grau de intervenção?
- Economicamente: criando empresas neste caso de economia mista -?

- Usando as que já tem - e que não foi exactamente este Governo Regional que as criou -?

As que já tem - que são as empresas públicas - que caíram do céu, ao Governo Regional, ou terão caído do inferno (não sei?) mas que o Governo Regional tem usado bem... exactamente porque considera-as em grande medida, como propriedade própria, privativa, onde coloca os seus apaniguados; onde, realmente, coloca os que lhe prestaram favores e aqueles a quem lhe querera, exactamente, pedir favores um dia.

É muito cómodo a um governo ter empresas públicas que sirvam para isso.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino Viveiros): Isso é uma pergunta?

O Orador: Não... eu não estou a fazer perguntas Sr... até porque não tenho dúvidas de que não preciso de fazer perguntas para saber as respostas que hei-de dar e aquilo que devo afirmar.

Secretário Regional do Comércio e Indústria

(Natalino Viveiros): Mas... é que pode estar enganado!

O Orador: Agradecia que não me interrompessem. Falará quando quiser. Eu também não o interrompi ainda, nem tenciono interrompê-lo.

Portanto, em relação a todos esses pontos é evidente que...é reformismo? Não é reformismo? O marcelismo também era reformismo: Assim se apresentou sempre.

O marcelismo não era democracia na medida em que nós a entendemos - na medida em que não era legítimo na origem -. Tentou - e muitos o terão servido - legitimar-se no exercício. E o que acontece às ditaduras, mesmo quando não são fascistas - porque, de facto, nunca houve fascismo neste país -. É um engano de zelo. Houve regimes autoritários, mas fascismo é muito melhor e é muito pior do que isso. Em Portugal não houve, efectivamente, mas houve, realmente, um regime autoritário muito próximo.

Pois, muita gente até lá trabalhou. Eu não pertenci a uniões nacionais, nem à Acção Nacional Popular. Nunca fui proposto por nenhuma. Outros foram, estão no seu direito, não os critico, mas evidentemente que estou perfeitamente á vontade para poder fazer uma análise - sem enfeudamentos a nada, nem a ninguém -.

É claro que este Plano é do Governo Regional, como é evidente. Ele é que o apresenta. Esta Câmara aprova-o. Pois, bem vistas as coisas, esta Câmara tem dito muitas coisas e até tem - mas dito muito bem; mas, qual o significado delas no plano das coisas práticas e, exactamente, de nós - e eu considero-me povo também, que tem obrigação, porque tem um bocadinho os olhos mais abertos, mercê das circunstâncias do meu trabalho -?

O meu pai também não era rico. Eu também, evidentemente que tive de fazer muitos esforços para isso - pois, sem obrigação - mas isso para mim não é um mérito, é pôr ao serviço dos outros aquilo que eu, porventura, sei a mais do que eles no sentido dum certo altruísmo e duma certa generosidade.

Pois, o Governo Regional, evidentemente que tem dito muita coisa, mas eu pergunto - e faço um voto -: não se terão dito tantas coisas, exactamente para que tudo fique na mesma?

É um hábito que muitas vezes se tem. Diz-se muito e tudo fica na mesma. Disse-se muitas vezes - isso para quem lê um bocadinho coisas de política -: é preciso mudar qualquer coisa para que tudo fique na mesma.

Quero crer que não será assim, que o Plano sera executado, porque, realmente um plano - não é preciso dar lições a ninguém - não é de modo nenhum, uma geometria no espaço, que o Plano está bem feito. Qual a credibilidade que merece no plano de execução - e de execução

realmente correcta - que é feita pelo Governo? Que é como quem diz: qual a capacidade que este Governo tem tido de governar?

Ora, uma coisa é certa. Este Governo tem tido, como nunca outro e como nunca esta Região até agora teve, dinheiro que caiu aqui, por todas as vias e, até às vezes, na minha óptica, não foi pelas vias melhores - porque houve certas tácticas políticas que o povo açoriano, que tem a cabeça levantada, não gostaria de conhecer a fundo, porque mais vale pobre, mas vertical e com carácter -.

Pois, nunca houve tanto dinheiro aqui. No entanto, o Governo Regional permite-se dizer que tudo praticamente - embora não o diga com esta clareza toda, mas dá-o a entender - foi feito a partir do Governo Regional, esquecendo todo um passado. Quer dizer, são como que uma espécie de criadores, de trazer por casa, emitando o próprio Criador. Tudo se fez a partir do nada.

É evidente que ninguém acredita e o povo açoriano não pode acreditar nisso. O povo açoriano está bem atento. O povo açoriano sabe o que as Juntas Gerais fizeram e trabalharam, sem dinheiro. Eram uma estrutura incorrecta - sem dúvida -. Era e era preciso esta - e eu apoio inteiramente esta Autonomia e até mais que venha - mas as juntas fizeram muitíssimo!

Ainda hoje, o melhor que há nesta Região foi o que as juntas fizeram, sem dinheiro!

(Bancada do PSD e do Governo: Não apoiado!!! (veementes protestos))

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): É do trabalho de ir à régua!

O Orador: Está no seu direito, e, entretanto, eu digo exactamente, eu tenho que fazer uma correlação de objectivos e meios.

Eles não tinham meios. Eles transformaram-se numa pagadoria porque, deslealmente e desonestamente, o regime atribuiu a autonomia com uma mão e retirou-a com a outra, exactamente fazendo com que eles tivessem encargos obrigatórios, em que nada e quase nada podia ficar para efeitos de investimento.

Eu fui procurador à Junta Geral de Ponta Delgada. Muitas vezes ergui a minha voz, exactamente para dizer que não era correcta, que era um abuso de poder, e fui chamado por isso - e não ando por aí a apregoar o que fiz ou deixei de fazer - mas sei o esforço temível, constante, que foi feito para fazer algo. Isso é trabalho que foi feito.

A própria Junta Regional dos Açores - e eu sou testemunha, porque estava lá - fez muitíssimo, naquele ano em que estive. Lançou, verdadeiramente os alicerces do que o Governo Regional fez. E, eu vejo aqui alguns que foram vogais lá e que sabem, tão bem como eu, que assim foi.

Portanto, o Governo Regional fez. Ninguém

lhe retirou mérito. Agora não retire o mérito aos outros porque isso não é correcto.

Agora, já que tivemos tantas imagens da agro-pecuária, permita-se-me dizer que entrámos no período das vacas magras. As vacas gordas acabaram, e agora é que vamos ver quem é que sabe governar.

É evidente que vejo ali um Sr. Secretário, em constantes à partes, que tem um sector - um sector muito importante - que é o do Comércio e Indústria, e todos nós reconhecemos a sua alta competência, a sua estatura, o seu nível, a sua alta estatura intelectual, moral, profissional. Ninguém tem dúvidas disso.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino Viveiros): Não é comparável à sua!

O Orador: Sem dúvida nenhuma. Disso não temos dúvidas.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino Viveiros): E a que eu conheço e é apreciável, e à sua não a conheço sequer!

O Orador: Sem dúvida nenhuma. O Sr. não conhece nada. O Sr. não sabe nada... não conhece nada.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino Viveiros): Eu não me conheço por ser ignorante!

O Orador: Mas o Sr. faz favor...

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino Viveiros): E um facho! Fascista!!

O Orador: Faz favor, não me interrompa!

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino Viveiros): E um fascista!!!

O Orador: O Sr. é menos do que fascista. O Sr. é um incompetente!

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino Viveiros): E... seu fascista!!!

O Orador: Percebe. A incompetência é que é o pecado mortal de tudo isto!

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino Viveiros): O Sr. é um autoritário!

O Orador: O Sr. nem sequer está à altura, se fosse para aulas minhas, de saber o que é fascismo, portanto, se faz favor, não me interrompa!

Presidente: Sr. Secretário e Sr. Deputado, vamos com calma.

O Orador: Eu pedia ao Sr. Presidente que dissesse a este Sr. Secretário que não me interrompa, que eu não lho consinto!

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino Viveiros): Eu não interrompo ninguém!

O Orador: Não lho consinto!!!

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino Viveiros): Eu não interrompo ninguém!!

O Orador: Eu conheço-o bem! e, em S. Miguel, toda a gente o conhece!!

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino Viveiros): Conhece o quê... conhece

é quê...? Essa é boa agora...!

O Orador: Bom... acabou!

Em conclusão, eu tenho que concluir e com toda a frontalidade, que este Governo Regional não tem governado bem.

Deputado Vasco Garcia (PSD): Não apoiado!

O Orador: E digo mais, que entendo, e é aqui que o digo, que na prática - porque não na teoria - tem sido uma ditadura, embora moderada.

(Bancada do PSD: Não apoiado!! (veementes protestos))

O Orador: Uma ditadura que tem legitimidade na origem e tem oposição que até lhe dá muito jeito, para lhe dar a imagem de democracia.

(Veementes protestos da bancada do PSD)

O Orador: Os Srs. têm o direito de falarem quando quiserem - eu também tenho - e têm o direito de apoiar, ou não apoiar, mas o melhor é calarem-se!

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): E um preço da democracia...!

O Orador: Ora, a Assembleia Regional é evidente, como já disse e dentro da óptica que entendi, que teria o papel de vigilância sobre este Governo e, portanto, teria que chamar a si uma dinamização da sua função política.

Portanto, tenho as minhas opiniões e digo-as abertamente e não tenho receio de as dizer no local próprio. Creio que não acontece aos senhores!

Esta Assembleia - a maior parte, porque a verdade é que eu não quero ofender ninguém, e sei que há aqui muitos e bons, mas só aqueles que, porventura, são os que estão sempre a defender o Governo Regional a todo o custo (resta saber porquê)- evidentemente que tem problemas muito graves porque não tínhamos experiência e, muitas vezes, quanto a mim, sem culpa dela, tem agido um pouco também como assembleia, diria, de ilhas, porque, efectivamente a realidade, primeira e natural, entre nós é a ilha. Não o censuro, como é evidente. E natural.

Para que fosse verdadeiramente uma Assembleia Regional tinha-se que criar o espírito de região. Isso ainda é uma longa caminhada e, aí nesse campo, também ninguém pode ser culpado porque falta toda uma vivência anterior que, realmente, tem que estar agora a ser ultrapassada, dia a dia, e esse esforço eu então reconheço que tem sido feito no melhor sentido.

Mesmo o próprio Orçamento, nesta altura, é um orçamento que tem de ser deficitário, como é evidente, e conta-se já muito, exactamente com a Base das Lajes que já é parte fundamental do Orçamento e que, ainda por cima, pela sua natureza, não me parece a mais adequada porque, queiramos ou não queiramos, cheira muito a luta,

a guerra, o conflito e a verdade é que o preço é demasiadamente caro e a nossa intervenção em eventuais preparativos de guerra é evidente.

Pois, necessitamos, estamos no pacto, mas, num plano puramente humano que também fica bem a esta Câmara, seria bem melhor que não precisássemos disso, ou precisássemos a título acessório. E dos tais males que não está também nas nossas mãos, afastar.

Portanto, o aparelho do poder, que nós temos cá, está a sair muito caro à Região, demasiadamente caro à Região. Eu até diria sem querer também fazer ironia - que o nosso povo, além doutras calamidades naturais, tem mais esta, e, nessa medida, seria o mais infeliz deste país. E que tem que suportar dois aparelhos de poder: o de cá e o de lá.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): E o CDS!

O Orador: Isto quando o aparelho do poder não cumpre a função que tem como aparelho, que é servir o interesse geral a todo o custo e não servir-se a si próprio!

Ora, eu desejaria - porque não me queria prolongar mais - terminar fazendo votos muito sinceros de que este Plano possa ser verdadeiramente realizado, para que o povo que vê de fora estas conversas todas, esta produção de palavras a todo o custo, este aparelho de poder tão caro - quando, afinal, no fundo, acaba por verificar que tudo fica na mesma, embora as muitas palavras estejam ditas, ou, se não fica na mesma, são aspectos meramente quantitativos (qualitativos não são) - não veja, neste Plano, mais um aeroplano a cruzar os mares tormentosos dos Açores.

Quanto a perguntas concretas...

Presidente: Desculpe, Sr. Deputado, terminou o seu tempo, depois poderá fazer as perguntas, como todos.

O Orador: Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo pela atenção concedida. Então, farei as perguntas noutra ocasião.

Presidente: O Sr. Deputado Vasco Garcia inscreveu-se para?

Deputado Vasco Garcia (PSD): Para um protesto.

Presidente: Tem a palavra.

Deputado Vasco Garcia (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se não fosse tão triste, eu teria ficado siderado. Na realidade o Sr. Deputado do CDS vem-nos aqui fazer um labéu, acusatório de coisas terríveis. "O governo Regional diz que fez tudo, e não fez nada", como se não lhe bastasse ele olhar à volta e ver toda a obra que foi feita, desde 1976 até agora.

E evidente que tudo, tudo, não se fez,

nem era possível, e muitas coisas até não terão sido feitas no melhor sentido, mas isso, até mesmo aqui na Bancada do PSD, é evidente que se diz.

Portanto, nós não aceitamos quaisquer lições de ordem política do Sr. Deputado do CDS nesse aspecto, visto que a obra, e todo o povo açoriano está aí para ver, está à vista. Mas vamos ainda mais longe.

O Sr. Deputado do CDS diz que as Juntas Gerais fizeram muito; as Juntas Gerais fizeram tudo; o muito de bom que há foram eles que fizeram.

Bom, eu também não vou dizer que as Juntas Gerais o que fizeram foi tudo mau. Também vivi nos Açores nessa altura e, aliás, vivi um período importante da minha vida - precisamente aquele em que nós começamos a formar as nossas ideias acerca do mundo que nos rodeia - e devo-lhe dizer que também sei, perfeitamente, como todos nós, que há uma ou outra coisa, que foram feitas, de importante pelas Juntas Gerais, mas há uma coisa que o Sr. mesmo acabou de confirmar, é que as Juntas Gerais eram uma correia de transmissão dum poder que estava fora dos Açores, enquanto que este Governo, bem ou mal, é um governo de açorianos para açorianos!

(Bancada do PSD: Mutio bem! Muito bem!)

O Orador: Mas há ainda outras coisas, Sr. Deputado do CDS.

O Sr. falou aqui em vacas gordas e vacas magras. Pois, não há dúvida nenhuma que houve um tempo de vacas gordas e que nós estamos a entrar num tempo de vacas magras. É uma infelicidade deste país que, realmente, agradece isso e várias considerações e a várias situações.

Mas, infelizmente para o Sr. Deputado do CDS e para o partido que ele representa, nós mesmo no tempo das vacas magras, havemos de ter a capacidade para saber governar e levar a barca a bom porto, para evitar que pessoas como o Sr. e os seus correligionários venham ocupar um lugar que de direito nunca lhes há-de pertencer.

(Bancada do PSD e Governo: Muito bem!)

O Orador: E ainda vou mais longe.

No fundo, a análise do discurso político do Sr. Deputado do CDS é pura e, simplesmente uma imagem saudosista.

O Sr. gostaria que os Açores voltassem ao 24 de Abril, mas pode ter a certeza que, enquanto nós existirmos e enquanto o Povo dos Açores se manifestar livremente, isso nunca há-de acontecer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Bancada do PSD e Governo: Muito bem! (Palmas))

Presidente: O Sr. Deputado pede a palavra para?

Deputado Nuno Bettencourt (CDS): Sr. Presidente, para um reforço de esclarecimento.

Presidente: E um protesto que o Sr. Deputado deseja fazer.

Deputado Nuno Bettencourt (CDS): Em certa medida, mas sempre com intenção de reforçar o esclarecimento.

Presidente: Está bem. tem a palavra para um protesto com essa intenção.

O Orador: Ora, o Sr. Deputado Vasco Garcia cai, como aliás todos os seus colegas que têm falado, exactamente para me dar réplica, também no tal julgamento, de intenções.

A primeira rectificação que lhe faço é que, exactamente, eu estou aqui - já o disse mais do que uma vez e nem lhe permito que diga outra coisa, porque eu é que sei de mim - e sou deputado independente e não represento partido nenhum.

(Contestação da Bancada do PSD e do Governo)

O Orador: Estou nesta posição e já o disse.

Quanto ao Sr. Deputado saber muita coisa, eu sou açoriano, vivi cá muitos anos e estive cá sete anos seguidos na década de 60. Não lhe vou contar a minha história, nem preciso que o Sr. ma conte. Simplesmente o Sr. fala em 24 de Abril.

Toda a gente sabe que este Nuno Bettencourt que aqui está, enquanto cá esteve, naquela década, foi chamado comunista e foi chamado em relatórios escritos, exactamente porque era Delegado do Trabalho. Claro que não tem aqui é ninguém que se lembre.

O Sr. não se pode lembrar porque o Sr. estava algures, mas simplesmente vem fazer aqui afirmações, como açoriano de gema que sempre aqui esteve radicado. O Sr. professor, quando muito, conheceu a Junta Regional e nada mais. Não conhece as Juntas Gerais.

Portanto o Sr. Deputado, efectivamente, faz considerações absolutamente à margem, numa defesa que é exagerada - nitidamente exagerada - porque eu verdadeiramente não quis dizer nem posso dizer, que o Governo Regional não tenha feito nada porque fez. Está à vista.

Simplesmente, qualquer governo o faria - foi o que eu disse - perante todo o dinheiro que lhe foi concedido. E quando eu fiz o confronto com as Juntas Gerais, foi porque elas não tiveram nada e fizeram e este Governo Regional teve muitíssimo mais - incomparavelmente mais e agora gostava que se confrontasse o que fez, como o dinheiro que teve, e o que fizeram as Juntas Gerais, com o dinheiro que tiveram.

O 24 de Abril talvez lhe calhe bem a si, que eu não conheço a sua história. Não pertenci a uniões nacionais, à ANP, a legiões portuguesas e fui considerado comunista por defender, a todo o custo, os trabalhadores. Estive em Braga,

onde me choquei com presidentes de câmara, amigos de ministros, que me quiseram exactamente devorar e esmagar e não conseguiram.

Portanto, não lhe permito que fale de mim - o Sr. não me conhece - nem fale no 24 de Abril porque eu não falei nisso. O meu saudosismo, ou o que o Sr. diz, apenas resulta de eu frontalmente dizer o que penso e de dizer que, realmente, também se fez - porque aí daquele que pensa que tudo foi feito agora -!

Ainda no outro dia ouvi, acerca da Universidade - e há pouco não tive tempo e escapou-me - uma afirmação injusta - e o Sr. lá pertence - querendo-se, exactamente, ajuizar uma universidade que acaba de nascer, que ainda tem apenas sete anos de vida, fazendo-se já o juízo da existência completa e, sobretudo, um juízo de valor que é incorrecto, pondo-se-lhe o rótulo de clássica, como se isso fosse uma vergonha; de tradição, como se a tradição não tivesse algo de vivo e o que é vivo deve continuar a existir. Se não conservamos, apenas conseguimos destruir; é o que fizeram muito, em larga escala, por esse país fora, e aqui vamos sentir os efeitos.

Não se produziu, não se progrediu, destruiu-se apenas e quase apenas. Apenas se deixaram ficar sectores produtivos que foram destruídos - sectores que não interessam -.

Eu não me permitiria nunca, contudo, falar do Sr. - dissesse o Sr. o que dissesse - como um saudosista, ou que estava querendo voltar ao 24 de Abril. Isso são afirmações gratuitas. Isso é demagogia. Isso é política barata e essa realmente o Sr. pode fazer à vontade, mas, a mim, não me toca.

De resto, o Sr. Deputado Vasco Garcia, como homem de universidade, devia ter uma capacidade de análise e de investigação um pouco melhor. Investigue primeiro e fale depois. E, para já, é tudo.

Presidente: Bom, também tinha pedido a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Desejava saber para que é que deseja usar da palavra.

Secretário Regional das Finanças (Alvaro Dâmaso): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Pedi a palavra para um protesto veemente, e para alguns esclarecimentos.

Presidente: Tem cinco minutos, no máximo, para o protesto e para o esclarecimento.

Secretário Regional das Finanças (Alvaro Dâmaso): Muito obrigado pelo tempo que me dá, espero não usá-lo, nem é meu hábito exceder tempo que me dão.

Presidente: Tem a palavra.

O Orador: Em primeiro lugar para um protesto porque fiquei à espera que o Sr. Deputado do CDS falasse, efectivamente, do Plano e do Orçamen-

to.

O Sr. Deputado do CDS não falou, nem do Plano, nem do Orçamento. O Sr. Deputado do CDS falou de si próprio, deu o seu "curriculum vitae". Ficamos a conhecê-lo e daí até as objecções e observações que vieram da Bancada do PSD já até este momento.

Do Sr. Deputado do CDS ficamos a saber várias coisas, através desse "curriculum". Ficamos a conhecer a história dos carneiros e dos cordeiros. Ficamos a conhecer também que o Sr. Deputado do CDS não quer dar lições a ninguém. Ficamos a saber que o Sr. Deputado não recebe lições de ninguém. Ficamos a saber que o Sr. Deputado do CDS está acima do nível das pessoas que aqui estão dentro. Entre outras coisas, ficamos a saber que o Sr. Deputado do CDS usa dois estilos.

Um estilo moderado, mas no fundo - e o fundo da questão é a mesma - um outro estilo desafiado no seu dizer, mas em ambos esses estilos, quanto ao fundo e quanto à forma, profundamente ofensivos, não só desta Câmara - e eu nesta Câmara estou por direito e a esta Câmara pertence também porque foi eleito como deputado - mas mais ainda ao povo desta Região que lutou, ao longo desses anos, para conseguir fundos de financiamento a que tinha direito e que o Sr. Deputado vem dizer agora que não tem.

Foi o povo desta Região que lutou por ela. Foram os órgãos de Governo Próprio que lutaram firmemente, sem desfalecimentos, por haver essas fontes de financiamento. Essas fontes de financiamento produziram receitas, essas receitas foram aplicadas nas despesas, com luta, Sr. Deputado - com luta de braços mesmo - luta essa que continuamos a manter neste momento e que havemos de continuar a manter enquanto formos, efectivamente, deputados a servir o povo desta Região.

E isso que continuaremos a fazer. Não nos demitiremos nunca da nossa função. Não nos demitiremos nunca de realizar as despesas necessárias aos investimentos de que esse povo carece. E isso que faremos.

(Bancada do PSD: Muito bem!)

O Orador: Quanto ao Plano e à minha intervenção, Sr. Deputado, agradeço realmente o elogio que fez, mas dispensável em função daquilo que o Sr. Deputado disse a seguir.

O Sr. Deputado usou a técnica do elogio para, depois, usar um discurso palavroso, sem sentido, sem nada de concreto. O Sr. Deputado ficou pela generalidade.

Eu esperei - e acredite que eu esperei sinceramente, que o Sr. Deputado trouxesse aqui, a esta Câmara, um discurso de fundo, um discurso com questões concretas, um debate essencial; e o Sr. Deputado trouxe a esta Câmara generalidades, futilidades, tentando pôr em confronto o projecto Social Democrata com um projecto que não existiu.

No entanto quanto ao projecto social democrata, agradeço-lhe o seguinte: o facto de ter sublinhado, quanto a esse projecto, a sua inserção nos meios que referi e as medidas adequadas que o mesmo propõe para cada um desses meios. Agradeço essa referência Sr. Deputado.

Que o Governo efectivamente, tem tido dinheiro? Pois, tem. Que o Governo há-de continuar a lutar por esse dinheiro? Pois, concerteza que lutará, mas o Sr. Deputado disse que o Governo não tinha feito nada - tenho-o aqui registado e o registo magnético desta Assembleia há-de comprová-lo -. O Governo fez e está à vista, como já disse ali o Sr. Deputado do PSD.

Sr. Deputado, não lhe compete ser juiz desta Câmara. O Sr. Deputado do CDS desde a sua primeira intervenção que tem sido o juiz - pretendeu ser a consciência - do trabalho desta Câmara.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Nuno Bettencourt deseja usar da palavra para?

Deputado Nuno Bettencourt (CDS): Para reforço de esclarecimento...

Presidente: É um contraprotesto.

Deputado Nuno Bettencourt (CDS): ... que possa então assumir a forma de protesto.

Presidente: Não, Sr. Deputado, peço desculpa mas não há a figura regimental de reforço de esclarecimento.

O Orador: Então protesto... protesto.

Presidente: Sr. Deputado, calma porque estou a dirigir os trabalhos e...

O Orador: Ora, ouvi muito atentamente o Sr. Secretário das Finanças que fez uma intervenção serena, mas evidentemente que exagerando pontos que apenas tinham um certo papel no contexto.

E, quando eu, efectivamente, tive que dizer algo de mim, pois é evidente que até nem errei muito porque mesmo dizendo o que disse, que foi muito pouco, mesmo assim arrisquei-me e depois esse risco concretizou-se - a ouvir que era um saudosista de 24 de Abril.

Ora, é evidente que, nesses termos, quando sabemos que há uma maioria que até tem bastantes deputados, que apenas se propôs, efectivamente sem conhecer as pessoas - e eu não posso evidentemente fazê-los conhecer-me se não disser, um pouco, alguma coisa de mim - esse é que é o verdadeiro significado, que não apresentar "curriculum" aqui a esta Câmara porque não tenho obrigação de o fazer, nem me interessa sequer que esta Câmara o conheça.

Mas, no fundo, acertei porque, verdadeiramente, o primeiro ataque veio exactamente para dizer que eu era um saudosista, representativo dum certo sector social, etc., etc.. Portanto tive razão.

Quanto ao Sr. Secretário das Finanças, é evidente que eu logo à partida lhe disse que não me considerava tão autorizado - depois de três ou quatro dias nesta Câmara, aonde eu acabo de chegar, sem ter dados anteriores, nem informativos nem vivência, nem coisa nenhuma - nem me permitia a ousadia, de fazer uma crítica cerrada, de pormenor, pontual, ao Plano. Fiz o que estava ao meu alcance e logo o disse, muito modesta e humildemente.

Quanto ao Governo Regional nada ter feito, é um confronto com a ideia de que tudo fez e nada foi feito até agora. E a réplica, tacho a tacho, porque quando o Governo Regional considerar, na prática, nas palavras, nos planos, que não partiu do nada e que muito estava feito e não entender que é ele o dono da Autonomia, nem o dono da Região, e quando eu lhe reconheci

a possibilidade que teve, que foi a maior, de conseguir dinheiro, é evidente que o dinheiro foi para ser gasto, bem ou mal - eu não sei, não estou ainda há muito tempo para saber se foi bem ou mal -.

Eu sei perfeitamente que há projectos que não sei qual vai ser o fim deles. Já aqui se pôs a questão da geotermia. Qual o fim da geotermia? Já houve uma explicação cabal para saber se isso não é um furo enorme; se não há aí um projecto verdadeiramente bem feito?

Eu estou a ver o lavar de roupa suja - questiúnculas pessoais que se geraram há anos -? Não sei. Eu vejo aqui uma marina na Horta, que está na minha frente, pois, eu olho para aquilo e fico sem saber se valeria a pena gastar quinhentos ou seiscentos mil contos naquilo. Eu vejo o Hospital da Horta que vai custar um milhão e não sei se a Horta precisava dum hospital dum milhão de contos.

O dinheiro faz falta à Região. Mesmo na Horta, poderia ser melhor usado. Eu não sei as opções que tiveram na base disso.

Eu sei, um pouco, que numa altura não se entendia que a Horta necessitasse dum hospital deses, mas, no entanto, optou-se. Foi a melhor opção política?

É evidente que eu não vou entrar em pormenores que foram, perfeitamente, exaustivamente tratados, e eu tenho estado aqui desde a primeira hora, sem perder um minuto, tenho ouvido e até tenho evitado intervir mais, porque entendo que o tempo é escasso e que todos têm que falar.

Ouvi o Sr. Secretário do Trabalho com muito gosto, um sector onde eu estou perfeitamente à vontade, onde eu poderia fazer perguntas - como: porque é que não há colónias de férias? Porque é que a segurança social não é com ele e já não está ligada ao trabalho? (que é uma óptica minha) - Podia apresentar mil e um questões - mas isso é que era presunção e pretenciosismo da minha parte -.

Eu limitei-me, muito modestamente, ao papel que poderia ter agora. Se ataquei, pois, corriji-ri na devida altura, mas eu venho de fora, onde só se ouve dizer que tudo quanto se fez foi o Governo Regional, tudo quanto há de bom foi o Governo Regional; tudo quanto há de mau foi a conjuntura; foi a estrutura internacional e nacional. Este é o slogan que se ouve lá fora e é nisto que o povo não acredita. Portanto, eu tentei apenas dizer isso.

Quanto a ser o representante de qualquer partido, repito, os Srs. dirão o que entenderem mas eu não represento nenhum partido. Represento a minha própria consciência. Não pretendi, nem pretendo, ser fiscal desta Câmara e muito menos crítico, mas proponho-me, exactamente, contribuir

para que ela trabalhe, para que ela se dinamize, e para isso já estou a estabelecer uma luta muito grande, em que vejo muita gente a olhar para mim, e eu aqui sozinho numa bancada, exactamente à espera do primeiro ponto em falso para atacarem e dispararem.

Mas, eu já estou habituado a essas lutas e, graças a Deus, tenho sobrevivido.

Presidente: Bom, de facto, parece que o Sr. Deputado conseguiu os seus intentos porque há mais inscrições.

O Sr. Deputado Pacheco de Almeida tinha pedido a palavra. Tem a palavra.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu agradeço que me tenha dado a oportunidade de deixar aqui um esclarecimento e um protesto.

Esclarecimento, no pressuposto de que o Sr. Dr. Nuno Bettencourt irá apreender - e espero que o faça a partir de hoje - que na Bancada do Partido Social Democrata está um conjunto de deputados que não são serventuários do Governo; que não são objecto de benesses por parte do governo; mas que não se dissociam da política social democrata que se implementa nesta Região.

Por muito que custe ao Sr. Deputado, até porque não representa nada, nem ninguém, segundo a sua própria expressão - representa a sua consciência que é uma coisa abstracta que eu me abstenho de tentar entender (seria um insucesso) - não conseguirá entender nunca mais uma realidade que é esta: um projecto como a Autonomia que se prossegue nesta Região.

Implementa-se com o esforço conjugado de duas forças de governo: esta Câmara e o Governo da Região, e nós aqui somos os representantes de quem nos elegeu e nos conferiu a responsabilidade de verificar se aquilo que, ano a ano, se faz aprovar nesta Casa - que é o Plano que no ano seguinte irá permitir a execução duma fatia do nosso projecto - corresponde, ou não, aos anseios do povo que nos escolheu.

O Sr. Deputado não deve ter merecido a escolha de ninguém - pelo que percebo - mas, de qualquer maneira e mesmo dando de barato que ninguém o escolheu a si, pedir-lhe-ia, um esforço de entendimento no sentido perceber que quando nós nesta Bancada aparecemos a protestar ou dar esclarecimentos, é porque esses esclarecimentos se dirigem não só a si, mas às pessoas que, ouvindo o que aqui se passa, possam ficar no menos bom entendimento daquilo que o Sr. Deputado diz.

Se aquilo que o Sr. Deputado diz apenas tivesse eco nesta Câmara não merecia resposta da nossa parte. Da minha parte, nem merecia que eu o ouvisse - tão grandes são as enormidade que têm tombado debaixo desta Casa.

O Sr. Deputado, de facto, não está enquadrado em nada que seja espírito parlamentar. É um ser extraterrestre,...

(Risos da Bancada do PSD e do Governo)

O Orador: ...acabado de aqui chegar, que nada entendeu disto e receio muito que não chegue a entender. Tenho pena, porque nós nos sentíamos enriquecidos se o seu contributo tivesse sido de reflexão profunda - por muito crítica que pudesse ser - mas não foi.

Foi um conjunto de divagações, por onde passaram referências, que entendemos, ao salazarismo e ao marcelismo, como as deixou. Foram referências a pessoas, e ofensivas, depois não quer que se lhe refiram a si e não o farei - não está no meu espírito -. São, depois, um saudar para ofender, que já todos percebemos - a saudação que se traz com uma mão para com a outra trazer a ofensa, e elas são visíveis -. E, enfim, é o esconder-se sob uma falsa modéstia, um comportamento que eu não consigo classificar de político e que quem o ouve, sim, fará dele um julgamento político.

O Sr. Deputado presta um excelente serviço a esta Região porque, de facto, afasta o CDS cada vez mais do poder; e isso, de facto, é um excelente serviço prestado a uma sociedade que se quer ver caminhar para uma justiça social que nunca deve ter passado à porta do entendimento do Sr. Deputado.

(Bancada do PSD e do Governo: Muito bem! (Palmas))

Presidente: Sr. Deputado, tem a palavra para contraprotestar.

Deputado Nuno Bettencourt (CDS): Ora, realmente, eu cada vez que ouço falar o Sr. Pacheco de Almeida - e que é a segunda - fico encantado porque é realmente um conjunto logicamente ordenado o que ele diz.

Começou por dizer que não sabia o que era a consciência. É natural que não saiba, quer dizer, tem revelado que não sabe o que é consciência.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): A sua consciência!

O Orador: Depois, diz que estou aqui em representação do CDS para que ele vá para o poder. Ora, eu não sei se o CDS quer ir para o poder e a verdade é que me estou nas tintas para que o CDS queira ou não, ir para o poder.

(Risos de toda a Câmara)

O Orador: Já mais de uma vez o disse, mas o Sr. Deputado não quer entender.

De forma que junta toda uma série de coisas que afinal são palavras, mas eu digo ao Sr. Deputado que realmente vou tentar aprender muito. Vou estar muito atento, mas que não me ofende quem quer. Não é o Sr. Pacheco de Almeida que me ofende.

Pois, mesmo que fosse "Conselheiro Pacheco", nessa altura eu dar-lhe-ia o relevo necessário e nada mais.

Ele pode dizer o que disse, está no seu papel de advogado do Governo a tempo inteiro e certamente que está por bom preço. Está no seu direito e eu estou no meu direito de continuar a dizer que não sou pago por ninguém e estou a falar da minha consciência.

Se ele não sabe o que é consciência, é profundamente lamentável. Talvez seja melhor ir para um tratadinho de psicologia básica, para saber o que é a consciência.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Talvez psiquiatria!

(Risos da Bancada do PSD)

O Orador: Sim...talvez psiquiatria.

Presidente: Tinha ainda pedido a palavra - não sei se a deseja usar - o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria. Tem a palavra, e pelo período máximo de cinco minutos.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino Viveiros): Sr. Presidente, eu vou procurar não usar os cinco minutos, aliás, costuma-sedizer aqui que os primeiros são os últimos e os últimos são os primeiros. Eu tinha pedido a palavra em primeiro lugar. Foi tão cedo que, de facto, a Mesa não registou, e, depois de todos os protestos que aqui foram feitos, penso que pouco já me resta.

E porque não sei se o Sr. Deputado Nuno Bettencourt ainda axiste nesta Câmara. Se fosse eu, talvez já me tivesse ido embora.

Mas, gostaria aqui, de facto, de protestar veementemente, não contra o Sr. Dr. Nuno Bettencourt, mas contra o Sr. Deputado do CDS, por ter produzido palavras que julgo injuriosas contra a minha pessoa.

Eu não vou sequer avaliar, porque não me dou ao trabalho tão pouco de o fazer, qual é a autoridade moral; qual é sequer a estatura do Sr. Deputado!

E peço, pelo menos, que o Sr. utilize os mesmos termos para comigo e não venha trazer a esta Câmara injúrias, impróprias desta Casa e que mais poderiam ser produzidas no manicómio onde o Sr. se devia encontrar!

Deputado Vasco Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto - Sr. Presidente e Srs. Deputados - eu só espero uma coisa. É, que o Sr. aprenda, ao sair desta Casa após o seu mandato, a respeitar mais as pessoas.

O Sr. procura encobertar-se numa capa de ignorância para, à boa maneira que o seu partido faz, lançar confusões, trazer para aqui suposições que, ao fim e ao cabo, são difíceis, nos cinco minutos que nós temos ^{para} tentar desbotá-las, para confundir necessariamente, a opinião pública.

Mas, estou certo que esta opinião pública

como não esteve com o Sr., quando em outras alturas, através dos órgãos de comunicação social, procurava arrebanhá-las em rebelião contra os órgãos instituídos desta Região, em colaboração até com outras pessoas doutros partidos, mas servindo causas inconfessáveis, estas pessoas que não estavam consigo, não estiveram durante os actos eleitorais e não estarão agora com as suas diabruras!

E, só espero que o Sr. ao sair daqui, saia mais educado porque a sua estatura e o seu canudo, afinal de nada lhe serviram!

O Sr. respeite a pessoa humana para que o Sr. seja respeitado!!

(Bancada do PSD: Muito bem! (Palmas))

Presidente: O Sr. Deputado Nuno Bettencourt pede a palavra para?

Deputado Nuno Bettencourt (CDS): Sr. Presidente, agora é que é mesmo um protesto!

Eu tinha prometido a mim próprio, mas não se pode prometer, que nunca responderia ao Sr. Secretário do Comércio e Indústria.

Ele acaba de falar de injúrias minhas, mas ele é que acaba de as proferir do princípio ao fim, naquele tom evidentemente de quem quer crescer mas não cresce.

Pois, eu retribuía dizendo exactamente:

- Se ele tivesse vergonha, é que já há muito tempo tinha saído da Secretaria do Comércio e Indústria!

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino Viveiros): (Contestação inaudível).

O Orador: Isso é simples!

Agora, quanto ao resto, eu não me dou ao trabalho de criticar as palavras do Sr. que o povo açoriano, e sobretudo micalense, sabe muito bem quem é. E eu não digo, mas, simplesmente ele é que fez afirmações.

Eu é que digo que, se ele tivesse vergonha, há muito tempo tinha ido para fora do Governo porque ele está a ser o verdadeiro cancro do Governo Regional!!

(Bancada do PSD e Governo: Não apoiado!)

Presidente: Vamos fazer um ponto de ordem - já dou a palavra ao Sr. Deputado Carlos César -. Penso que todos temos direito à palavra, não é minha intenção coarctá-la, mas devemos evitar, tanto quanto possível, o que também é do Regimento e penso que da conveniência cívica das pessoas, enveredarmos por caminhos de índole pessoal e que não nos levam a lado algum, antes pelo contrário.

Portanto, feita esta pausa, dou a palavra ao Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente,, Srs. Deputado, Srs. Membros do Governo:

O grupo Parlamentar do meu partido e eu também não fazemos parte deste "Show do Tony Silva",...

(Risos de toda a Câmara)

O Orador:... onde a palavra de ordem é aplaudir e rir, e, estamos um pouco à margem desta polémica, porque nem somos responsáveis por um passado que já lá vai e que condenamos, nem somos os autores exclusivos do presente que construímos.

Por isso, da nossa parte, há evidentemente uma condenação geral, quando o debate se extravasa de um conteúdo programático e útil à Região, quando à Região é-lhe dado ouvir através dos Órgãos da Comunicação Social, que transmitem em directo, o espectáculo indecoroso dado pelos diversos intervenientes e actores, consubstanciados no deputado...que é eleito pelo CDS e em alguns intervenientes do Partido social Democrata e do Governo.

Não penso que no cômputo geral - se também é permitido falar em consciências porque eu também tenho a minha definição, mas também não sei qual é a adoptada pelos Srs. - que, na vossa própria consciência, qualquer dos intervenientes sinta que esse debate na generalidade tenha alguma utilidade, ou dele se possa extrair algum espectáculo construtivo, ou alguma lição.

A lição que eu concluí, e que pelos vistos nós todos usamos aqui no nosso Grupo Parlamentar, é que há alturas em que mais vale a pena estar calado, porque são os outros que assumem essas coisas. E digo-o com bastante frontalidade.

Todavia, houve, na intervenção do Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria - intervenção com a qual eu fiquei até, por vezes, sensibilizado porque também o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria não pode ser o bode expiatório das falhas deste Governo (isto é verdade e é necessário que o diga) - uma acusação, que suponho que é verdadeira porque eu lembro-me disso ter acontecido, em relação ao Sr. Deputado que foi eleito pela lista do CDS - penso que esta é a melhor fórmula - de envolvimento num programa, ao que julgo, radiodifundido (não é assim?), nomeadamente sobre a independência dos Açores.

Não sei se neste programa estava o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria, mas disse-nos que estariam envolvidos, nesse programa, representantes doutros partidos.

Como estas coisas são todas ditas assim...e, embora nós tenhamos certa paz de consciência neste aspecto, era no mínimo razoável que o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria precisasse essa sua afirmação.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho para interpelar a Mesa.

Deputado Borges de Carvalho (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Creio que o espectáculo foi, de facto, completado pela última intervenção a que acabámos de assistir, e, portanto, nos termos regimentais, eu requeiro que se volte à discussão da Ordem do Dia, porquanto creio que a Assembleia foi convocada para esse efeito e não para outros.

Presidente: É um requerimento. O requerimento não tem discussão. Ponho o requerimento à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, com o requerimento apresentado, fazem o favor de permanecer como se encontram.

Secretário: O requerimento foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Portanto, prosseguindo nos trabalhos da discussão do Plano e do Orçamento, eu dou agora a palavra ao Sr. Secretário Regional da Administração Pública.

Secretário Regional da Administração Pública (Botelho Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No que respeita à Secretaria Regional da Administração Pública podemos considerar que é modesta a sua participação no Plano, isto atendendo a que representa 27% do total do mesmo Plano.

Contudo julgo envolver acções que revestem certa importância no contexto geral e que são merecedoras de um pouco de atenção.

Dois programas absorvem 91% da totalidade das verbas. São eles os investimentos intermunicipais e o apoio aos Serviços de Incêndio e Protecção Civil. Pareceria pois, que sobre eles nos deveríamos debruçar mais atentamente.

Contudo, passemos à análise, embora sucinta dos vários programas e/ou projectos que incumbem à Secretaria.

Com o programa Apoio aos Serviços sociais do Funcionalismo, pretende-se a melhoria das condições sociais do mesmo funcionalismo.

É de todos conhecida a desigualdade existente entre os trabalhadores dos sectores privados e público relativamente aos funcionários públicos.

Desigualdades que se situam no âmbito de regalias sociais e de remuneração. Aqui respondo a parte das questões postas pelo Sr. Deputado Melo Alves.

Estas desigualdades são causa do abandono do serviço público por parte dos melhores funcionários, aliciados pelas regalias que encontram nos outros sectores.

Há que atenuar, ao mínimo a sua saída e aliciar novos ingressos - para isso contribuirá este programa que integra dois projectos:

Um projecto de cantinas e refeitórios:

- Quanto a Ponta Delgada e com o desaparecimento da OSTRAP, que não soube manter-se, criou-se um vazio neste campo. Em vias de vingar uma nova associação de funcionários para este fim, julgamos virá a ser considerada em condições

de merecer o apoio do Governo. A verba inscrita destina-se a participar a montagem e o arranque do respectivo refeitório.

- Na Horta foi já adquirido um imóvel destinado à instalação dum refeitório. Torna-se agora necessário levar a cabo obras de adaptação no referido edifício.

Quanto a creches sabemos que funcionam de forma que podemos classificar de razoável, os serviços sociais de Angra do Heroísmo. Foi adquirido recentemente um imóvel destinado a creche. Aguarda-se a conclusão de projecto para se dar início à obra de adaptação.

Seguidamente e dentro do Programa 13 - Formação Profissional, há um projecto que interessa à Administração Pública que é a formação de pessoal dos Bombeiros e do Serviço de Protecção Civil. Escusado será dizer que uma associação de bombeiros voluntários só será eficiente se dispuser de meios humanos e materiais minimamente necessários.

E igualmente verdade que não basta dispôr de meios humanos - é preciso que estejam instruídos de molde a operarem o equipamento, tirando dele o máximo rendimento.

Assim, a necessidade das acções de formação, é importantíssima e elas têm de continuar a ser levadas a cabo.

Por outro lado também o Serviço de Protecção Civil necessitará de meios humanos com a preparação necessária à consecução dos fins a que o mesmo serviço se propõe.

Por outro lado, há que levar a cabo programas de sensibilização e esclarecimento das populações sobre problemas relacionados com a protecção civil.

No que respeita ao apoio aos Serviços de Incêndio e Protecção Civil sabemos que apenas se dispõe a nível regional de Associações de Bombeiros Voluntários, já que não existem, nem se vislumbra possibilidade de existirem, corpos de bombeiros municipais, isto, porque, como sabem, as Câmaras não dispõem de meios financeiros para tal.

Têm as associações existentes, sido apoiadas no que respeita a instalações, quer participando obras novas, quer participando reparações e, é nossa intenção continuar a fazê-lo, dado o seu óbvio interesse.

Também se tem ^{feito} um esforço considerável no sentido de dotar tais associações com meios materiais modernos e eficientes, adequados às características dos Concelhos que servem.

Quanto a instalações posso informá-los rapidamente da situação actual:

Assim, em S. Miguel, temos o quartel do Nordeste em fase adiantada de construção. Deve ser concluído em 1984; na Povoação foram inicia-

das, há dias, as obras do novo quartel; na Ribeira Grande, as obras de ampliação foram concluídas; e, finalmente, prevêem-se obras no quartel de Ponta Delgada para adaptação das zona das garagens.

- No que diz respeito à Terceira, foram concluídas este ano obras de construção de garagens.

- No que se refere a S. Jorge e à Calheta, o quartel está em estado adiantado de construção, e pensa-se que será concluído em 84; quanto às Velas, aguarda-se o início das obras; e, aqui, posso responder ao Sr. Deputado António Silveira. Como sabe, verificou-se uma desmotivação da Associação de Bombeiros das Velas, quanto à construção do seu quartel, situação que só muito recentemente foi ultrapassada, mau grado as insistências da Secretaria, e foi ultrapassada com a nomeação de nova direcção. Na altura em que tal aconteceu já estava elaborada a presente proposta de plano, e, dada a indefinição, apenas se consideraram 2.000 contos, isto, para não encerrar o mesmo projecto. (Digamos que servirá para um arranque inicial).

- Relativamente ao Pico, o quartel da Madalena é concluído ainda no corrente ano; e, quanto ao de S. Roque, estão no início os trabalhos de construção.

- Finalmente, quanto ao Faial, vão ser levadas a cabo obras de ampliação do seu quartel que serão iniciadas em breve.

No que respeita a equipamento, também se tem feito um grande esforço neste sentido.

No que diz respeito à Protecção Civil, em fase de instalação e planeamento, é natural que a verba apresentada no Plano se apresente não desagregada.

Prevê-se desde já a necessidade da aquisição de material que há que manter em condições de funcionamento ou utilização.

Para apoio de funcionamento e utilização, em casos de necessidade, o Serviço De Protecção Civil conta com as instalações das Associações de Bombeiros Voluntários nas sedes de Concelho.

Ainda dentro deste programa, e finalmente, temos o projecto de apoio a organizações com interesse para a Protecção Civil, neste caso, as Associações de Radioamadores, de Banda do Cidadão, Estações de Rádio e outras organizações com interesse, e que, pela sua conduta, sejam merecedoras do mesmo apoio.

Passemos ao Programa - Investigação e Estudos. Deste incumbe à SRAP o projecto de estudos para a modernização da Administração Pública.

A Administração Pública não se quer uma máquina pesada, deve possuir capacidade de resposta rápida face a exigências do exterior. Há que:

- Racionalizar os quadros de pessoal;

- Seleccionar pessoal a recrutar;
- Valorizar recursos humanos;
- Lançar mão da informática.

Neste sentido têm sido elaborados os diplomas que foram aprovados por esta Câmara.

Durante todo este ano, tem decorrido, em colaboração com a Universidade dos Açores, um inquérito aos recursos humanos, que recai sobre as administrações regional e local e ainda os serviços dependentes do Governo Central.

Lançando mão da informática foram recolhidos inúmeros dados sobre cada funcionário, que constituirão valioso arquivo, em especial no âmbito da administração do pessoal.

O inquérito ficará concluído no próximo mês de Dezembro, e, aqui, poderei responder a duas perguntas, sobre o número de funcionários, feitas pelos Srs. Deputados Melo Alves e Roberto Amaral.

O Sr. Deputado Roberto Amaral, que não está presente, perguntou se se mantinham os dez mil quatrocentos e tantos funcionários. Já o fiz várias vezes, mas, em primeiro lugar, gostaria de esclarecer mais uma vez que atirar só com o número 10.400 funcionários é pouco. É preciso ver onde recai o principal peso desse número. O peso essencial, recai em pessoal operário e auxiliar que herdámos do anterior.

Mas, pelas razões indicadas e porque ainda não está pronto o inquérito aos recursos humanos, que está a ser feito, eu não posso fornecer o número exacto de funcionários em 83. Posso, contudo, dizer que, tendo em conta dados já disponíveis, se verifica tendência para ligeira diminuição relativamente aos últimos números publicados.

Como atrás referi, a melhoria da administração passa também pelo aumento de conhecimentos dos seus funcionários ou agentes. Para tal, acções de formação que atinjam as administrações regional e local e que têm sido levadas a cabo. Para tal também, o Projecto de Modernização da Administração Pública, no seu aspecto de formação.

Também, desde há algum tempo, as Juntas de Freguesia nos solicitam apoio para a aquisição de algum material e equipamento, dada a sua carência de verbas. Ainda no corrente ano se abriu o projecto para acudir a tais situações para 84 e para o mesmo fim estão inscritos 2.800 contos.

Finalmente temos o Programa - Investimentos Intermunicipais. O Governo tem auxiliado as Câmaras nas obras de abastecimento de água, bonificando os juros relativos a empréstimos contraídos junto da Caixa Geral de Depósitos.

A referida bonificação, que até há pouco variava entre 10 e 14%, foi, recentemente, elevada para 19%.

A Caixa Geral de Depósitos pratica, neste caso, um juro de 28%, cabendo às Câmaras apenas 9%, dada a bonificação referida. De salientar que esta bonificação é substancialmente superior à praticada pelo Governo Central, em idênticas circunstâncias.

Finalmente, aproveito para responder a uma pergunta do Sr. Deputado Borges de Carvalho.

Temos consciência da existência da necessidade de investimentos no âmbito do abastecimento de água, que, mesmo com bonificação, estão fora das possibilidades das nossas Câmaras Municipais.

O assunto já foi estudado e ponderado. Julga-se que tais obras poderão ser consideradas como investimentos de interesse regional, dadas as suas proporções. Aí intervirá, então, o Governo, participando as mesmas obras, lado a lado com os Municípios.

Prevê-se a possibilidade de tal procedimento no decorrer do próximo Plano a Médio Prazo.

Muito obrigado.

(Palmas do Governo e da Bancada do PSD)

Presidente: Sra. Deputada Conceição Bettencourt pede a palavra para?

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Para dirigir umas quantas perguntas de esclarecimento ao Sr. Secretário Regional da Administração Pública.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho um ligeiríssimo preâmbulo para apenas poder enquadrar a pergunta. Eu vou dizê-las todas e o Sr. Secretário concerteza fará o favor de as anotar.

Desde, pelo menos, o sismo de 1 de Janeiro de 1980 se fez sentir a necessidade, mais que evidente e comprovada, da existência dum serviço regional de protecção civil.

Essa exigência foi trazida em lei pelo Decreto Legislativo Regional, mas verifica-se que desde Fevereiro de 1982, já lá vão praticamente dois anos, o Governo Regional, pela Secretaria Regional da Administração Pública, se tem mostrado incapaz de organizar esse serviço.

Pergunta-se:

- Para quando, portanto, uma autêntica lei orgânica do Serviço Regional de Protecção Civil?

- Para além de alguns prospectos sobre como fugir, ou não fugir, a pé, ou de carro, de fechar ou não as torneiras do gaz, como pensa o Sr. Secretário estruturar, a nível Região, esse serviço, e como coordená-lo com outros serviços, associações ou organizações afins ou complementares?

A páginas 108 do Anexo do Plano, lê-se o desenvolvimento do Projecto nº17.1 - Instalações

e Equipamento para Associações de Bombeiros e Serviços de Incêndios -. Nesse desenvolvimento constata-se que são inúmeras acções a desenvolver em algumas ilhas, sem que se defina em qualquer parte, quer no Anexo, quer no Plano, um esboço de organização e coordenação. Isto é: uma mera intenção de pelo menos considerar um serviço regional de incêndios.

- Como pensa o Sr. Secretário proceder à elaboração da respectiva lei orgânica, ou não está nas cogitações do Governo Regional dar a esses serviços, como factor aglutinador uma acção comum, muito especialmente tendo em vista o seu papel adjuvante do Serviço Regional de Incêndios, uma estrutura unificada a nível de direcção?

Sendo certo que se encontram já aprovados por esta Assembleia novos incentivos à fixação de técnicos nesta Região, como explica o Sr. Secretário o êxodo que se verifica na Administração Pública?

- Será que não lhes é distribuído trabalho sobre que dêem o seu parecer e se sintam dispensáveis?

- Será que, permanecendo ou intensificando-se até a necessidade dos seus pareceres, esses não lhes são solicitados por desinteresse e desconhecimento, de quem de direito, dessa necessidade?

Encontrando-se desfalcada de técnicos, a Secretaria Regional da Administração Pública, por qualquer das razões atrás referidas, ou não, e/ou ainda porque o Governo Regional não regulamentou atempadamente os diplomas que desde 1980 sucessivamente criaram incentivos à fixação, mormente no que respeita a carreiras profissionais, como pensa o Sr. Secretário poder exercer a inspecção administrativa que se nos antolha cada vez mais necessária?

- Deixando acumular infracções?

- Não dispondo de pessoal competente, como eventual desculpa para essa acumulação?

E para finalizar: em que dados estatísticos se fundamenta o Sr. Secretário Regional da Administração Pública - uma vez que diz desconhecer o número exacto de funcionários - para aduzir e acrescentar que a tendência é para diminuir?

- De que indicadores parte, uma vez que diz desconhecer qual é o seu número?

Presidente: Não havendo mais inscrições, dou a palavra, para responder, ao Sr. Secretário Regional da Administração Pública.

Secretário Regional da Administração Pública (Botelho Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada:

A sua primeira pergunta é sobre o Serviço Regional de Protecção Civil. Ora, o Director deste serviço tomou posse em Janeiro do corrente

ano. Há um diploma que cria o Serviço Regional de Protecção Civil na Região e só agora é que foi regulamentado.

Pergunta também como se coordenará as acções do Serviço Regional de Protecção Civil com as de outros serviços que interessam à mesma área. É óbvio que este serviço tem que se apoiar, fundamentalmente, nos Bombeiros Voluntários, nas Forças Armadas, nas Forças Policiais, Guarda Fiscal e noutros serviços ainda, que também têm interesse na mesma área.

Tudo isto está a ser planeado. Tudo isto está a ser regulamentado. É uma coisa que, evidentemente, tem que ser muito bem pensada e muito bem planeada.

Todo este trabalho se tem processado durante este ano. Creio que já atingimos algumas metas que eram necessárias atingir e estou convencido que, em breve prazo, ele começará a tomar forma.

A sua segunda pergunta era sobre o esboço de coordenação, lei orgânica e quanto aos bombeiros voluntários. Também foi aprovado, já há algum tempo e foi mandado para publicação no Jornal Oficial, - só que ainda não foi publicado - um diploma sobre "Inspeção Regional de Bombeiros Voluntários", onde realmente se articula toda a acção dos bombeiros.

A sua terceira pergunta é sobre incentivos à fixação de pessoal na Região. Ora, o diploma foi, este ano, - não me recordo bem em qual sessão - trazido a esta Câmara e foi aqui aprovado. Portanto, neste momento, está-se na fase de regulamentar o mesmo diploma.

Finalmente, perguntou-me de que dados é que eu dispunha para poder afirmar que havia uma ligeira tendência para a diminuição do número de funcionários regionais. Pois, eu, como disse, não tenho dados definitivos, portanto não posso dar números precisos. É claro que nós temos recebido informações da Universidade dos Açores, que está a proceder ao trabalho, e donde se verifica a tendência que eu referi para ligeira diminuição do número dos mesmos funcionários.

Presidente: A Sra. Deputada pede a palavra para?

Deputada Conceição Bettencourt (PS): E para completar, enfim, as minhas dúvidas. Quanto a mim, não foram aqui algumas coisas respondidas.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Era, primeiro, sobre a criação duma inspecção administrativa, correlacionada com o êxodo, que se está a verificar, de técnicos da Administração Pública, desmotivados - ou por não terem que fazer, ou porque não lhes é dado que fazer, ou por as suas carreiras não estarem devidamente regulamentadas -.

Era precisamente este, o aspecto, e porque razão essas carreiras não estão ainda regulamenta-

das?

Porque razão, portanto, safram esses técnicos e, daí, como pensa o Sr. Secretário Regional que possa ser criada uma inspecção administrativa que não se faz dum dia para o outro, que pressupõe uma estadia, uma prática dos serviços administrativos?

Um funcionário, embora com preparo académico que, eventualmente terá, não se faz com menos de 2 ou 3 anos de prática de serviço. Quer dizer, está a ver-se a Administração Pública desfalcada dos técnicos que havia-talvez dos mais competentes - por motivos que desejaríamos saber, e porque razão essa inspecção, como consequência natural até disso, não é criada e esses técnicos não tenham os incentivos profissionais, até por orgulho próprio, de produzirem qualquer coisa de útil, para que fiquem e adquirem experiência para serem o futuro corpo duma inspecção administrativa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Pública para responder.

Sec. Reg. 1.ª Ad. Pública (Botelho Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pöfs, respondendo à pergunta da Sra. Deputada Conceição Bettencourt, direi que, na realidade, está criada a inspecção administrativa. Ela está criada. Os seus quadros é que não estão providos.

Realmente, nota-se uma falta de técnicos. Nós pensamos, realmente, desenvolver esse serviço. Agora estabelecemos uma prioridade para as actividades da Secretaria e, como não se pode fazer tudo ao mesmo tempo, lá chegaremos.

Muito obrigado.

Presidente: Vou dar agora a palavra ao Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

As preocupações do Governo, no sector da saúde, têm envolvido no tempo, à medida que se vão ultrapassando as várias etapas claramente programadas.

Falou-se aqui, debateu-se, preocupamo-nos com a orgânica do sector a nível central, com a orgânica da Direcção Regional de Saúde, que está pública, que tem vindo a ser preenchida em termos de quadros e que começa a corresponder às solicitações que lhe são postas, a um nível que me parece bastante aceitável.

Por outro lado, falou-se também aqui, durante alguns anos, na preocupação que era para todos nós as carências de pessoal no sector da saúde. E carências de pessoal a todos os níveis:

- Carências de pessoal a nível técnico auxiliar;

- Carências de pessoal a nível de pessoal de enfermagem;

- Carências de pessoal a nível de pessoal médico, quer fossem clínicos gerais, quer fossem

médicos da carreira hospitalar - médicos especialistas -.

Embora carências que se tenham atenuado, são carências que ainda temos, mas, por alguns números que vos posso dar, penso que também as preocupações que tivemos e as acções que desenvolvemos na sequência dessas preocupações têm dado os seus resultados. Senão vejamos:

- Em 1981, existiam nas escolas de enfermagem da Região 77 alunos;

- em 1982, 105 alunos;

- em 1983, 140 alunos;

Em 1984, vão existir 174 alunos.

Penso, portanto, que a progressão é óbvia. Praticamente, mais do que se duplicou, em termos da frequência nas escolas de enfermagem, o que nos permite, efectivamente, um certo optimismo neste aspecto.

Claro que me dirão, nomeadamente das bancadas da oposição, eventualmente e tendo em conta o tipo de argumentação por vezes expandida, de que, como é bom, se deverá a outros factores que não à acção do Governo. Bom, se fosse mau, seria concerteza por culpa do Governo.

Penso que, "o seu a seu dono", neste caso, a melhoria se deve também à acção do Governo.

Em termos de técnicos auxiliares, nomeadamente técnicos auxiliares de diagnóstico e terapéutica, existem neste momento, a frequentar cursos, nesta área, 71 alunos que são bolseiros da Região e que têm compromissos com a Região, de aqui desenvolverem a sua actividade, finda a sua formação. Desenvolvemos mesmo alguns cursos na própria Região, os primeiros dos quais acabam em Julho de 1984, a nível de técnicos auxiliares de laboratório e de raios X. E um problema que, portanto, a muito curto prazo, começa também a estar resolvido.

E eu refiro-me, com especial incidência, também a este aspecto porque é cada vez mais importante que se dê o lugar de relevo que merece a este nível profissional - o nível profissional de mais reduzida formação, figura afinal que existe em todos, ou quase todos, os países da Europa -. Cada vez mais temos que dar a importância que merece à formação longa, à formação Universitária, mas essa não é a única formação e os serviços de saúde não podem funcionar exclusivamente com profissionais com essa formação longa.

Posso vos dar, por exemplo, uma referência à questão da estomatologia. Um médico estomatologista da carreira hospitalar demora, pelo menos, na sua formação, os 6 anos de curso de medicina mais, pelos menos, 2 anos de internato geral, mais o tempo que aguarda para entrar na especialidade, mais cinco anos para fazer a sua especialidade. Isto é, acaba a sua formação, pelo menos, 13 anos depois de a iniciar para, em muitos

casos, ir fazer trabalho que, na maioria dos países da Europa, cabe a odontologistas - na Europa, nos Estados Unidos e no Canadá -.

E, portanto, uma tendência que nós temos que inverter: esta de utilizarmos profissionais amplamente formados, profundamente formados, para fazer trabalho que profissionais com um nível profissional de mais reduzida formação poderiam desenvolver.

Outro problema que a Região teve, que a preocupou e preocupa, foi a questão a nível de médicos especialistas da carreira hospitalar.

Neste momento, a Região tem 23 bolseiros em várias áreas da carreira médica hospitalar. O que também nos dá perspectivas, não no imediato mas, pelo menos, no prazo de 3 ou 4 anos, de ter resposta na maior parte das áreas em que somos, neste momento, mais carentes. Não pode é, depois de termos esses profissionais em actuação, ficar tudo na mesma, concerteza que terá que haver melhor capacidade de resposta.

Só por modéstia, eu não classificaria estes resultados, nesta área da formação, como espectaculares. Não estamos acomodados. Não estamos satisfeitos, mas penso que é um trabalho cujos resultados não podem deixar de ser reconhecidos.

Por outro lado, deu-se uma especial incidência à resolução da situação profissional daqueles que trabalham no sector da saúde, e penso que, de uma forma geral, se terá que admitir que todos eles estão integrados nos seus quadros e que não há problemas desse tipo para resolver neste momento.

Outra questão que nos preocupou e que ainda preocupa é a questão do equipamento e das instalações.

O nosso equipamento era mau e reduzido. As nossas instalações tinham grandes deficiências e havia que fazer alguma coisa. Alguma coisa que vem sendo feito, mas que não vem sendo feito a título de remendo, em termos de remendo, como eventualmente, por vezes, se gostaria que se fizesse.

Começou por se definir que o que era essencial que tivéssemos era uma carta sanitária da Região. E, uma carta sanitária da Região, não é só saber que no Concelho da Calheta, existe um centro de saúde que tem muito más condições físicas. E preciso também saber - e foi isso que nós fizemos - quais são as condições físicas desse estabelecimento, desse edifício; se ele pode ser aproveitado; se não pode ser aproveitado; o que é que ele tem dentro; que profissionais lá trabalham; para, daí, passarmos para uma projecção daquilo que seria desejável, em termos de instalações; em termos de equipamento; e em termos de profissionais a lá trabalhar.

E um trabalho que, neste momento, está praticamente feito. Estamos na fase final da

elaboração de projectos onde as situações, nomeadamente de instalações, eram mais periclitantes. Nesse caso, posso-me referir, por exemplo, aos casos do concelho da Calheta - que já referi - de Vila do Porto; do Nordeste; de S. Roque do Pico e, a nível hospitalar o novo hospital da Horta está em conclusão. Em relação ao Hospital de Ponta Delgada, estão a ser dados passos decisivos para que também, com cabeça, tronco e membros, possamos decidir o que é que se pode fazer em relação àquela ediffcio.

A este respeito, aproveitaria para, desde já, responder a duas questões que me foram postas por dois Srs. Deputados da Bancada do PSD.

Realmente, em relação ao Sr. Deputado António Silveira, gostaria de lhe dizer que o Centro de Saúde da Calheta tem o projecto pronto no 1º trimestre de 84 e que, portanto, nessa altura ficaremos em condições de iniciar a obra, seguidos os trâmites que nestes casos são habituais.

Quanto ao Sr. Deputado Renato Moura e ao Hospital da Horta, dir-lhe-ia que tem sido o grande investimento do sector da saúde neste Plano, como aliás desde o Plano a Médio Prazo se reconhecia que seria. Hospital que também, como referi, estará pronto a relativamente curto prazo.

Esse Hospital da Horta que não tem um aumento decisivo em número de camas em relação àquilo que existia - aumentará cerca de uma dezena de camas - vai ter internamentos essencialmente nas áreas de medicina, cirurgia, obstetrícia e pediatria. Vai ter, depois, uma área de serviços em relação a otorrino e a estomatologia, e, como sectores de apoio, terá as análises clínicas e o raio X.

Claro que, para isto, são precisos profissionais. Profissionais que, nalguns casos, o Hospital da Horta já os tem, noutros casos, que precisará de os vir a ter. Como fixá-los?

- Penso que uma das acções importantes que o Governo decidiu foi, exactamente, o construir um bloco de habitação em terrenos contíguos ao do Hospital e que, portanto, vai concerteza contribuir para facilitar a resolução desse problema.

Por outro lado, temos também tido preocupações com a melhoria da gestão financeira do sector. O plano de contas do sector da saúde, específico está já em vigor na Região e vai funcionando. Em termos de prestações indirectas de saúde temos também actuado, regulamentando várias situações, como por exemplo, a deslocação dos doentes, como estamos neste momento a regulamentar os esquemas de reembolso e as situações em que ele é aceitável.

Mas, deixemos, um pouco, o passado para trás porque, mesmo quando as coisas não estão resolvidas em tudo aquilo que vos referi, existem

perspectivas para que elas sejam resolvidas, e gostaria agora de vos falar doutras preocupações que serão afinal o cerne das preocupações da Secretaria Regional em 1984.

Em primeiro lugar, temos que partir dum conceito de saúde, que penso que tem que ser cada vez mais lato e dinâmico: o entendimento, afinal, de que a saúde é, acima de tudo, uma questão cultural, não uma estrutura técnica.

Na verdade, estão implicados nos cuidados de saúde, não só, nem talvez principalmente, os cuidados específicos fornecidos no domínio da prevenção e do tratamento, mas também toda a comunidade.

Nas estruturas de desenvolvimento que se criam; na protecção ecológica que se pratica; na indústria que se tem; na educação que se ministra; na riqueza que se produz e se distribui; aí está o sector da saúde.

A par daquele princípio fundamental que precisa de ir sendo assumido, divulgado e assimilado, daremos especial atenção, neste próximo ano, à organização do sector. Orientaremos o nosso trabalho de acordo com os seguintes parâmetros:

- O sector da saúde deverá ter um órgão central que, cada vez mais, tem que ser um neurónio em termos de saúde, e não um músculo.

- A nível central, dão-se as coordenadas políticas, elabora-se a legislação necessária para que sejam atingidos os grandes objectivos definidos, apoia-se e orienta-se técnico-normativamente os serviços, planeia-se. A Direcção Regional de Saúde vai estando preparada para esse efeito e vem-no fazendo.

- A nível das várias ilhas, existirão estruturas planeadoras da oferta e administradoras do seu orçamento. Seguir-se-á um conjunto de serviços que se pretendem descentralizados, mas articulados, prestadores de cuidados.

- Evitaremos, a todo o transe, misturar gestão, execução, preparação de pessoal, análise de resultados, elaboração de programas, e cometer todas essas tarefas a uma enorme direcção regional. Seria garantir a ineficácia do sistema, o bloqueio da informação, a irresponsabilidade dos profissionais.

- Combateremos, tanto quanto pudermos, a apetência, que parece existir em administrações de raiz francesa, para criar divisórias separadoras, muros de isolamento que perpetuam o serviço de instituições, mesmo quando não se sabe para que servem. O Governo saberá resistir à tendência para a auto-perpetuação e engrandecimento de material das estruturas, nomeadamente no sector da saúde.

E para nós fundamental, portanto, a separação, dos órgãos de execução, dos órgãos de estudo, planeamento e apoio técnico-normativo, como opção

necessária à humanização e personalização do sistema - a cada um, a sua responsabilidade -.

E, se para a gestão que se quer cada vez mais adequada, é indispensável o conhecimento profundo da realidade, para o que vamos dispor dos mecanismos adequados, falamos de informação para a gestão, por exemplo. Quem não está informado segue a reboque dos acontecimentos.

Creemos, portanto, ter condições para uma escolha livre entre alternativas de acção, de acordo com o princípio da melhor adequação dos meios aos fins. Como? Dispondo de dados que são indispensáveis para esse efeito.

Por outro lado, é indispensável ir acentuando, em todos, o conhecimento de conceitos que por vezes estão um pouco arredados nestas coisas do sector da saúde, como os de custo/eficácia e custo/eficiência, que se consubstanciam na procura de realização do máximo de objectivos, de entre aqueles em que se consignam os fins do sistema, e, paralelamente, fazê-lo ao mínimo custo possível.

No sector de saúde, os indicadores de eficácia são, habitualmente, indicadores físicos e os de custo/eficiência são medidos em unidades monetárias e usam custos médios que também vão estando ao nosso dispor.

Todos aqueles que tenham um mínimo de responsabilidade de gestão no sector de saúde, têm que conhecer, vão ter que conhecer, o que fazem, como fazem e quanto fazem. E, a este respeito, gostaria de vos dar alguns exemplos da importância dos indicadores. E vamos recorrer, já que estamos no Faial, a indicadores, por exemplo, do Faial, do Pico e das Flores, deste 1º trimestre de 83, em relação, por exemplo a número de consultas.

Nós tivemos no 1º trimestre de 83 - Janeiro, Fevereiro e Março, portanto -:

- No Faial 8.106 consultas, asseguradas pelos serviços de saúde e pelos profissionais que lhes estão afectos;

- No Pico 3081 consultas;

- Nas flores 894 consultas.

Não era, essencialmente, a este número que eu me queria referir, mas a um outro aspecto. Queria dizer que, destas 8.106 consultas, resultou, no Faial, a passagem de receitas relativas a 30.866 medicamentos, o que dá uma média de 3,8 medicamentos per cápita; que no Pico as 3.081 consultas deram origem a 33.268 medicamentos, o que corresponderá a 10,8 medicamentos per cápita, por consulta, e, nas Flores, esse número é de 5.616, o que corresponderá a 6,3 medicamentos per cápita.

Em termos de custos, isso representará que cada pessoa que no Faial foi a uma consulta, em média claro, custou, em termos de comparticipações, 1.221\$00; que no Pico custou 3.900\$00;

que nas Flores custou 1.700\$00.

Bom, só quando nós tivermos estes números - e começamo-los a ter - em relação a toda a Região; quando eles foram do conhecimento dos responsáveis pela gestão de cada uma das unidades de saúde; quando estes elementos tiverem importância para esses responsáveis; aí sim, será possível que utilizemos melhor aquilo que temos. Aí sim, será possível que aquilo que gastamos - que afinal é de todos nós - seja, efectivamente, um gasto razoável, seja, efectivamente, um gasto possível.

Se adicionarmos a cada uma destas consultas, não só o que resultou delas em medicamentos, mas também o que resultou delas em deslocação de doentes e em análises, teremos que cada doente que no Faial, nas Flores, ou no Pico, resolveu ou teve que ir a uma consulta médica, no 1º trimestre de 1983, custou à Região 2.586\$00. Não considere aqui os internamentos que possam ter existido. Não considere aqui os raios X que também possam ter sido tirados. Não considere aqui alguns custos hospitalares que possam ter existido, como não contabilizei os custos dos equipamentos, os custos dos profissionais, os custos, portanto, de toda uma estrutura que é preciso ter a funcionar -.

Gostaria também, por outro lado, e um pouco na sequência disto, de vos ler um extracto, enfim, de forma tão rápida quanto possível, de uma obra, recentemente publicada, intitulada "A Saúde em Perigo no Ano 2.000". que toca um pouco neste problema e que diz:

"Peste, cólera, difteria, tuberculose, varíola, febre tifóide, tudo nomes que no início do século teriam assustado qualquer um, mas que hoje já não querem dizer grande coisa para a maioria das populações europeias.

Se as terríveis calamidades de antigamente já não provocam grandes temores, impõe-se a constatação inquietante de que uma série de doenças modernas ameaça a nossa saúde. Progridem subrepticamente e as suas manifestações são mais difusas, pelo que conhecemos menos as causas e sentimos cada vez mais os seus efeitos.

Essas novas doenças são: os cancros provocados pelo ambiente, a mortalidade imputável ao tabagismo, ao alcoolismo, aos acidentes de estradas, ao abuso de medicamentos, à droga, à doença mental, à indiferença ao problema da terceira idade e à tendência geral de confiar totalmente a saúde aos cuidados de profissionais.

Acontece que reagimos muito pouco às causas dessas doenças modernas (...). Tais como o abuso de medicamentos, o alcoolismo e outras toxicomanias, as doenças de transmissão sexual, o tabagismo e algumas doenças mentais estão entre aquela lista.

O abuso dos medicamentos no tratamento

das doenças ilustra os exageros da medicina e não passa, muitas vezes, dum paliativo que não combate as raízes do mal".

De trabalhos que temos tido também oportunidade de consultar, resulta que hoje é possível fazer o diagnóstico da maioria das doenças, da maioria das situações de saúde de determinados indivíduos, com base apenas na observação. Entre 85 e 90% dos diagnósticos são possíveis ^{apenas} com base na observação.

Temos, portanto, que concluir que se está a sobrevalorizar o recuso às análises; que se está a sobrevalorizar o recurso às radiografias e a outros meios complementares de diagnóstico.

Portanto, o que está em causa não é reduzir a qualidade de resposta dada à população. O que está em causa é aproveitar aquilo que temos - que não é muito bom, que não é muito, mas que é alguma coisa - e em relação ao qual, efectivamente, nós poderemos tirar mais. Por isso, daí, a grande preocupação que vos referia de, no próximo ano, organizar, para aproveitar melhor.

Claro que estes resultados que vos referia são também, portanto, - e por isso vos dizia que é preciso organizar - resultado, mas não só, das estruturas em que se integram hoje os profissionais. Assim é legítimo que se pergunte: Bom...mas, qual a solução? Como vamos organizar os serviços?

Penso que, em primeiro lugar, eles vão ser organizados em função da sua vocação, do tipo de cuidados que prestam. Assim teremos, por um lado, os cuidados primários à responsabilidade dos centros de saúde e que terão base conceitual, e, por outro lado, os cuidados diferenciados com base nos hospitais de Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada.

os serviços prestadores não podem deixar de trabalhar articulados entre si. Terão os seus quadros de pessoal definidos segundo as suas funções e os hospitais complementar-se-ão entre si.

Esta ideia dos hospitais complementar-se-ão entre si tem, por vezes, causado algum desassossego. É porque se diz que se vai procurar fazer um maior desenvolvimento de determinadas áreas num hospital em desfavor dos outros.

Bom, efectivamente é possível que assim aconteça em relação a algumas especialidades que só se justifiquem em que exista um só serviço na Região. Eu penso que essas situações vão ser muito raras.

Em segundo lugar, é possível - e aqui é que está a ideia da complementaridade, essencialmente para mim - que, mesmo tendo três serviços numa mesma área, na Terceira: no Hospital de Angra; em S. Miguel: no Hospital de Ponta Delgada; no Faial: no Hospital da Horta; cada um destes serviços seja mais preparado para responder

a determinadas questões da sua própria área de intervenção. Até pelos profissionais que lá estão, pela apetência que tiverem por determinadas questões mais específicas, isso é possível fazer e, portanto é escusado, em determinadas situações, fazermos o complemento com hospitais centrais - com hospitais sediados no Continente - se o podermos fazer dentro de nós.

Por outro lado, parece indispensável - e é uma área a que, penso que também no ano de 84, poderá ser dada especial atenção - fazer deslocar os médicos especialistas dos hospitais às várias ilhas e não fazer com os doentes das várias ilhas, que não têm hospitais, se desloquem a esses hospitais, porque isso tem custos sociais; porque isso tem custos financeiros.

Portanto, para maior facilidade de exemplo, recorrendo-me ao Hospital de Angra, é fundamental que os médicos especialistas do Hospital de Angra considerem os doentes do foro da sua especialidade também à sua responsabilidade; essa área geográfica, também à sua responsabilidade; e que lá se desloquem, e não fazer com que os doentes se desloquem à Terceira, com todos os custos, como referi há pouco, sociais e financeiros e traduzidos, afinal, em todos os sectores da vida económico-social da Região.

Por outro lado, é indispensável uma articulação posterior porque mesmo quando os serviços de saúde da Região corresponderem a todas as situações a que possam corresponder, haverá sempre certos cuidados de saúde que não se justificará a sua prestação na Região e, portanto, teremos que articular com unidades de saúde do Continente. Neste caso está já celebrado um acordo com o actual Ministério da Saúde - portanto, recentemente - em que é prevista, exactamente, a possibilidade de fazer deslocar médicos especialistas desses hospitais centrais à Região, e aqui fazerem todo o trabalho que podem fazer. A título de exemplo também, posso-vos dizer que uma equipe que, na área de neurologia, se deslocou à Região, em relação a 90 doentes cuja saída da Região já se previa, acabaram por, em termos de resposta, encontrarem-na 80 e apenas 10 se deslocaram.

Mas quando se fala nesta divisão entre cuidados primários e cuidados diferenciados, por vezes, e eu próprio tive essa necessidade, é fundamental que nós nos debruçemos sobre a seguinte questão:

- Afinal, o que é que são cuidados primários?

Os cuidados primários são, afinal, os cuidados essenciais, fundados em métodos de técnicas práticas, cientificamente comprovadas e **socialmente aceitáveis** - e este aspecto, para mim, é fundamental - tornados acessíveis a todos os indivíduos e famílias da comunidade, com a sua

participação e a um custo que a comunidade possa assumir em espírito de auto-responsabilidade.

São, assim, um conjunto de actividades; por uma lado, um nível de prestação de cuidados, por outro, uma estratégia, uma organização, e uma filosofia, em termos de prestação de cuidados de saúde.

A Admissão deste conceito traz como consequências, quanto ao âmago do sector, que nós teremos que passar a olhar para a doença para fazermos incisão na saúde; do conceito de cura para o conceito de prevenção e prestação de cuidados.

No que respeita ao conteúdo, teremos que passar do conceito de tratamento para o de promoção de saúde, de episódio para cuidados continuados; de problemas específicos para cuidados globais.

No que respeita aos profissionais, teremos que passar, nos cuidados primários, de médicos especialistas para clínicos gerais; de apenas médicos para também outros profissionais e de prática individualista para um trabalho em grupo.

No que respeita à responsabilidade, finalmente, teremos que passar de apenas sector de saúde para colaboração inter-sectorial; do domínio dos prestadores para a participação da comunidade; da recepção passiva para a autoresponsabilização.

A rede de serviços baseada no centro de saúde, como já se referiu, deverá garantir fácil acessibilidade, rapidez de atendimento, garantia de continuidade de cuidados.

Os médicos de saúde pública farão a interpretação de saúde pública dos trabalhadores clínicos gerais que existirão na Região numa base de 1 para 1.500 utentes.

Procurar-se-á, assim, assegurar uma acção personalizada, em que se reconquista o acto médico privado, o médico conselheiro pessoal, a família medicamente protegida.

Assim, toda a população da área de influência do centro de saúde tem o seu médico assistente, e fugiremos ao malfadado, embora já muito útil no passado, médico da Caixa.

A par da rede de cuidados primários, existe a de cuidados hospitalares, onde se prestam os cuidados de especialidade, a nível de internamento, consulta externa e urgência.

Todo o sector tem que funcionar como um todo, como, afinal, sistema que é.

Da adopção dos princípios que referi resultam várias consequências e advêm vários corolários dos quais distingo apenas:

-O sector da saúde organizar-se-á, portanto, em, termos de pirâmide, em que haverá uma maior capacidade de resposta em termos quantitativos na sua base, fazendo com que um doente, para que chegue aos cuidados mais onerosos e mais

especializados, tenha que passar antes pelo seu médico assistente de clínica geral, para que não aconteçam situações de auto-diagnóstico, como hoje acontecem, em que o indivíduo resolve ir ao oftalmologista porque lhe doí a cabeça e porque ouviu dizer que uma das razões para doer a cabeça pode ser, efectivamente, a necessidade de óculos.

Presidente: Sr. Secretário Regional, eu parei o cronómetro, faltam cinco minutos, mas como penso que deve falar de segurança social, queria preveni-lo para que não esgotasse o seu tempo. Pode prosseguir.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Por outro lado, como corolário, resulta que é cimentada a relação personalizada médico/doente e é garantido o princípio da continuidade de cuidados, para o que é preciso que também haja um melhor método de referência; que haja fichas clínicas de confiança; o que não existe hoje em dia.

Substituir-se-á, assim, a medicina rápida, em que há muitos actos mas menos qualidade, por uma medicina mais lenta, em que há menos actos mas maior qualidade.

Só com a adopção gradual deste conjunto de medidas, aproveitaremos, realmente, na íntegra, o que temos a todos os níveis - a nível de equipamento, a nível de instalações, a nível de pessoal -.

Claro que, no que vos acabo de referir, está bem patente uma opção pela manutenção e aperfeiçoamento duma rede pública de saúde, admitindo a convenção quando a sua capacidade de resposta foi insuficiente naquela rede e aberta à existência do sector privado.

Continuaremos, de forma convicta, o que está encetado e estou certo que os resultados continuarão a ser obtidos como vêm sendo, com prudência, passo a passo, mas com tenacidade.

E porque efectivamente está à minha responsabilidade o Sector da Segurança Social - eu peço desculpa por me ter entusiasmado demasiado com o Sector da Saúde, mas é aliciante - eu gostaria também de vos dizer algumas coisas.

O Sector da Segurança Social, neste momento, está organizado, tendo em conta as características próprias da Região. É um sector de fácil acesso aos utentes e tem dado como resultado, o fácil acesso, efectivamente, uma melhor cobertura da população açoriana. Há rapidez de processamento. Todas as prestações que podem ser processadas no próprio dia, em que são solicitadas, são - não. Todas as prestações que são de pagamento periódico são pagas no período a que dizem respeito. Há um controle à fuga e à fraude, embora ainda o melhor controle às mesmas seja a consciência social de todos, de que isto é de todos - aquilo que nós pagamos e aquilo que nós gastamos, nós gastamos aquilo que paga -

mos -.

Entramos, portanto, numa fase agora de consolidação e aperfeiçoamento, em que vamos manter um esquema articulado a nível de prestações pecuniárias, com a acção social e com os equipamentos colectivos inter-relacionados entre si, e em que respondamos, tanto quanto possível, às necessidades da população açoriana.

Em termos de esquema de prestações, temos afinal o sistema europeu - de quantitativo mais baixo, mas europeu -. Penso que não há grandes mudanças a fazer aí, salvo a admissão de que efectivamente tem que haver, rapidamente, uma aproximação do regime social dos rurais ao regime geral, quanto ao que penso poder apresentar uma proposta nesse sentido durante o próximo ano, eventualmente na primeira sessão da Assembleia, sobre este assunto.

O sector recebeu a informática. Ela está instalada, está a começar a trabalhar, foi um longo e árduo trabalho para a instalar, neste momento ela funciona e começamos a obter resultados da sua instalação. Só para vos falar da complexidade, não para vos referir a importância do sector, é o maior equipamento de informática instalado na Região, porque efectivamente tem que trabalhar com toda a população da Região e numa multiplicidade de operações.

Manteremos os investimentos que temos feito em equipamentos sociais, em que privilegiaremos o financiamento às instituições privadas, sem medo de quem colhe os loiros - se é o Estado, se são as instituições privadas -. Quem colhe, afinal, os loiros é a população açoriana.

Continuaremos também a fazer investimentos a nível dos polivalentes e, neste caso, gostaria de responder ao Sr. Deputado Renato Moura, quanto aos polivalentes nas Flores, de que eles têm merecido toda a nossa atenção e, se efectivamente ainda não há nenhum em construção, é porque também ainda não há nenhum projecto pronto, e neste caso a responsabilidade é das Casas do Povo - as primeiras interessadas afinal em que essas coisas se façam -.

A nível de instituições privadas manteremos, portanto, a acção que vos vinha referindo, mas gostaria de fazer aqui mais uma vez uma chamada de atenção.

Presidente: Sr. Secretário, falta um minuto para terminar a sua intervenção.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

E a de que continuaremos a bater-nos pela existência de equipamentos abertos, ou seja, o internamento de qualquer utente - seja criança, seja jovem, seja idoso - é a última alternativa. Portanto, em termos de equipamentos abertos, surgem-nos os cenários de convívio, os centros de dia. Haja criatividade, que nos surgem uma grande quantidade de respostas que nós poderemos

utilizar. E, a este respeito, gostaria também de vos ler um pequeno exerto daquela mesma obra que vos lihá bocadinho e que diz:

"Os Novos Párias

Várias sociedades industrializadas que poderiam aprender muito com as do Sul da Região (isto refere-se à Europa) cometeram um erro trágico em transformar os seus idosos numa nova classe de desherdados. Essas pessoas são os novos párias do século XX.

São colocados em estabelecimentos para que custem o mínimo possível e não têm outras perspectivas além da morte".

Seria isto que nós não gostaríamos que acontecesse na Região Autónoma dos Açores.

E por isso que nos batemos contra a criação, praticamente sem critério, para que muitas vezes nos gostariam de empurrar, de estruturas de internamento.

E por isso que, só como última alternativa, é que o faremos e procuraremos que haja a maior humanização de cuidados possível nesses estabelecimentos.

A solidariedade não poder ser uma palavra vã. Os laços familiares têm-se que manter. As famílias têm que assumir a sua responsabilidade. Não podemos ser nós a alimentar o comodismo. Não podemos ser nós a assumir o que os outros não queiram assumir. Não podemos ser nós a contribuir para a destruição desses laços que tão importantes são e que felizmente ainda se mantêm na nossa Região.

Como conclusão, gostaria de dizer que a acção que temos desenvolvido, baseada num conhecimento profundo da realidade, dá os seus resultados. Tem dado os seus resultados. Queiramos ver esses resultados!

Muito obrigado.

(Bancada do PSD e Governo: Muito bem! (Palmas))

Presidente: Há vários Srs. Deputados inscritos para fazerem perguntas ao Sr. Secretário dos Assuntos Sociais. Eu dou já a palavra ao Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu desejava colocar algumas questões ao Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais e começaria precisamente por colocar a primeira no contexto da sua intervenção.

O Sr. Secretário Regional, a determinado passo do seu discurso, referiu uma circunstância, que devo dizer que registei com muito agrado, que é, justamente, o esforço que a Secretária irá encetar para que, no futuro, os especialistas dos hospitais, distritais ou centrais como se queiram chamar, se desloquem às outras ilhas.

Eu gostava de saber, face ao conhecimento que há de certa relutância de alguns médicos

especialistas efectuarem essas deslocações para fora, enfim, do seu mundo profissional, quais, efectivamente, os incentivos, ou esforço concreto, da Secretaria nesse sentido? Esta era a primeira pergunta.

Em segundo lugar, gostaria de saber qual o esforço que a Secretaria, no âmbito da Direcção Regional para a Emigração, está a efectuar no que se prende com o actual desconto que o Governo dos Estados Unidos pretende efectuar aos reformados fora do País, que creio eu, salvo erro, que é de 15% sobre o montante da sua reforma.

Em terceiro lugar, gostaria de colocar uma questão, já não directamente relacionada com a sua intervenção mas no contexto do âmbito de apresentação do Plano. Essa questão é a seguinte.

Já no Plano de 1983 constava inscrita uma verba de 2.000 contos para a construção duma casa para religiosas em Sta. Cruz da Graciosa.

Numa recente visita que nós fizemos àquela ilha, constatámos "in loco" da necessidade dessa construção numa dupla perspectiva: libertar determinadas instalações do Hospital que são ocupadas pelas próprias religiosas e, enfim, dar maior dignidade à instalação das mesmas.

Neste momento, vejo que essa verba passou de 2.000 para 3.500 contos no Plano. No decurso de 83, nada foi executado. Porque motivo? E, efectivamente, se há intenção de dar início à referida obra no decurso do próximo ano?

Finalmente, gostava de pôr uma questão que já foi levantada aqui pelo meu colega de bancada em relação a diversas Secretarias. No caso concreto, se o Sr. Secretário tem possibilidade de nos informar qual o montante das despesas correntes da sua Secretaria.

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Manuel Goulart.

Deputado Manuel Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

O Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais focou, na sua intervenção, socorrendo-se para isso até dum extracto duma revista ou jornal que não me apercebi, de que há um consumo excessivo de medicamentos e que esse consumo realmente é prejudicial. Eu acho que sim também, embora não seja técnico de saúde, mas ^{como} cidadão comum reconheço-o e tenho a noção de que isso é uma realidade.

Realmente não é com paliativos que se resolvem os males, mas sim com medidas de fundo. Os medicamentos poderão resolver uma situação passageira mas nunca constituirão uma medida de fundo.

Por isso eu gostaria de saber, dado que

não apreendi isso da sua intervenção, o que se pensa fazer no sector da medicina preventiva porque, segundo julgo ter-me apercebido através do que li do Plano e da sua intervenção, a nossa medicina estará orientada no sentido da medicina curativa. Como o principal remédio para evitar o mal é preveni-lo, eu gostaria, realmente, de saber o que se pensa fazer nesse campo.

Uma outra questão que lhe gostaria de pôr é relacionada com o Hospital da Horta. Hospital que está num ritmo de construção bastante bom que, segundo julgo saber, prevê-se a sua conclusão para Março ou Abril do próximo ano, e a pergunta que eu aqui gostava de pôr, muito concretamente era a seguinte:

- Se a verba atribuída no Projecto 7.2. para apetrechamento do novo Hospital da Horta - e aqui não quero afirmar se é muito ou pouco, dado que os números realmente não são muito pequenos - é a suficiente para apetrechar convenientemente o novo hospital e se essa verba foi estabelecida de acordo com a Comissão Instaladora desse mesmo hospital e com os projectos apresentados por essa mesma Comissão Instaladora?

Presidente: Para formular também perguntas de esclarecimento ao Sr. Secretário, tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (Ind.): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Como o Sr. Secretário referiu, e muito bem, a saúde não é apenas uma questão técnica, é sobretudo uma questão cultural.

Porém, como é do conhecimento também do Sr. Secretário, está-se a fornecer às populações, em muitos sítios da Região, água imprópria para consumo, com gravíssimas consequências imediatas e a prazo para toda a saúde pública.

Incompreensivelmente, nada se refere sobre este magno problema. Pergunto:

- Qual o ponto da situação nos Açores, neste momento e sobre esta matéria?

- Para quando a resolução deste primário problema, bem como os meios que vão ser utilizados para tal?

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Martins de Freitas.

Deputado Martins de Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para fazer uma pergunta ao Sr. Secretário dos Assuntos Sociais.

No Programa a Médio Prazo 80/84, apontava-se para o Pico que o investimento principal na ilha seria o novo Hospital de S. Roque, cujo projecto - dizia-se então, no mesmo - está elaborado, concentrando-se os cuidados a nível de centro de saúde/hospital com as seguintes verbas:

- Em 1981: 24.000 contos;

- Em 1982: 16.000 contos;
- Em 1983: 16.000 contos;
- E, em 1984: 26.000 contos.

No Plano para 84 está incluída uma verba de 4.000 contos, não se tendo gasto as previstas nos anos anteriores e nestes.

Gostaria que o Sr. Secretário me informasse o que se passa com o hospital, centro de saúde ou hospital de ilha, cujos terrenos já foram adquiridos e providenciou-se para o abastecimento de água:

Pela população do Pico tenho, bem como os meus colegas, sido assediado com perguntas sobre o que se passa com aquela unidade hospitalar. Também sabemos que o projecto ainda não está concluído.

- Se vai ser realidade, quando e quais as valências do mesmo?

- A verba, incluída para o ano de 1984, é só simbólica?

- Será que vai a concurso para o próximo ano?

Faço estas perguntas, sabendo e compreendendo as prioridades dos centros de Nordeste, Sta. Maria e Calheta.

Presidente: Ainda para pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Garcia.

Deputado Vasco Garcia (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na exposição do Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais, chamou-me especialmente a atenção o problema das doenças relacionadas com o ambiente e, particularmente, portanto, os cancros provocados pelo ambiente.

A pergunta que eu punha ao Sr. Secretário Regional era se na realidade o Centro de Oncologia dos Açores possui alguns dados, já relativamente a este aspecto muito especial da epidemiologia, e se, realmente, nos podia, portanto, esclarecer um pouco sobre esse assunto.

Aí, há tempo, eu tive ocasião, no uso das minhas funções de professor universitário, de dar uma conferência na Terceira sobre ecologia médica e reparei muito na receptividade das pessoas ligadas à profissão médica sobre este assunto.

Portanto, outra questão que gostaria de pôr, relacionada com a primeira, é se, no aspecto mais geral da epidemiologia biogeoquímica-das doenças do ambiente - havia algum plano, alguma ideia, da parte da Secretaria Regional, do desenvolvimento de alguns estudos, enfim naquilo que é possível. Nós sabemos que não se trata, assim, de coisa tão simples.

Por último, relativamente à sobrevalorização dos meios complementares de diagnóstico, eu pediria ao Sr. Secretário Regional, caso fosse possível, que me dissesse qual será a ideia básica da Secretaria tendente, enfim, pelo menos

a minimizar esta super utilização, com os seus efeitos negativos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Dou agora a palavra, para formular os seus pedidos de esclarecimento, ao Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Digamos que eu teria uma cascata de perguntas para fazer ao Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais, temo, no entanto, que os cinco minutos sejam tão pouco para que eu consiga levar a bom porto esta minha pretensão.

Ouvi o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais intervir na defesa do Plano para 1984 e que considero que, obviamente, poderá ser integrado numa perspectiva de médio prazo, ou seja, o compromisso que o Governo assumiu com o Parlamento para a concretização de determinados objectivos, limitados no tempo de 4 anos.

Fiquei, no entanto, com a ideia de que o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais estava a fazer uma intervenção para um plano a médio ou a longo prazo, no campo da saúde, mas, porque os compromissos não são de longo prazo, são de médio prazo - e o médio prazo significa 4 anos - em função desses dados, é que eu vou pôr algumas questões ao Sr. Secretário Regional.

Da sua intervenção e na sequência da minha intervenção, continuo na dúvida de saber se o Governo atribui prioridade à medicina curativa ou convencional, ou se atribui prioridade à medicina preventiva e, nesse caso, quais as ideias e os projectos concretos que tem para concretizar tal objectivo.

Não o ouvi referir-se à situação dos serviços médico-sociais que eu levantei, no caso concreto do Hospital de Ponta Delgada, no corte de fornecimento e atribuição de radiografias e outros meio de análise clínica, à situação das farmácias e à perspectiva de rotura financeira dos serviços médico-sociais.

Em relação ao Plano de Médio Prazo e o Plano para 84, no que diz respeito, por exemplo, à construção de moradias com vista à fixação, de pessoal médico e de enfermagem, eu gostaria que o Sr. Secretário Regional me dissesse, concretamente, ao longo destes 4 anos, o que é que o Governo, de facto, conseguiu fazer em função dos objectivos que se tinha proposto.

No caso de S. Miguel, no Plano a Médio Prazo, previa-se a verba de 3.000 contos em 82 e 2.000 contos em 1983, e já não se previa mais nada para 1984. O que queria dizer que, concretamente em 83, esses objectivos estariam concluídos, quanto à construção de moradias, na Ilha de S. Miguel, para a fixação de pessoal

da área da saúde.

No Plano para 82 aparece 3.000 contos, para o ano de 83 os 2.000 contos previstos, no entanto, para 84, quando já nada se previa no Plano a Médio Prazo, surge, para a construção de habitação para religiosas na Povoação, 3.000 contos.

Gostaria que o Governo dissesse o que é que fez, de facto, na Ilha de S. Miguel quanto a este objectivo.

Na Ilha Terceira previa-se, no Plano a Médio Prazo para 83 e 84, respectivamente 4.000 e 5.000 contos. Aparece, para alojamento na Praia da Vitória, a verba de 5.000 contos em 1984.

Na Ilha Graciosa, previa-se, no Plano a Médio Prazo, em 82: 3.000 contos e em 83 a verba de 3.000 contos. No Plano para 82 previa-se a verba de 3.000 contos, em 83 a verba de 2.000 contos, para religiosas enfermeiras do Hospital de Sta. Cruz e, quando já nada se previa, no Plano a Médio Prazo, em 84, volta a surgir a verba de 3.500 contos para residência de religiosas e enfermeiros do Hospital de Sta. Cruz. Quando lá passei, verifiquei que este projecto não foi concluído.

na Ilha de S. Jorge, previa-se, no Plano a Médio Prazo, em 82: 3.000 contos e em 83 3.000 contos. No Plano para 82 aparece a verba de 3.000 contos, em 83, para religiosas e enfermeiros das Velas, 1.500 contos, para 84, quando no Plano a Médio Prazo, já nada era previsto, aparece agora a verba de 3.000 contos, também em relação ao Hospital das Velas.

Gostaria de saber o que é que o Governo fez ao longo deste tempo.

Na Ilha do Pico, previa-se no Plano a Médio Prazo, em 1982; 3.000 contos. Em 82 aparece 2.000 contos, para 83, em alojamentos na Lajes que já não estavam previstos no Plano a Médio Prazo, no Plano Anual aparecem 1.500 contos e, quando já nada previa no Plano a Médio Prazo para 84, aparecem agora 3.000 contos.

Gostaria também de saber o que é que aí foi feito.

Em Sta. Maria, não se previa, no Plano a Médio Prazo, acções deste género.

Para o Faial, previa-se 30.000 contos em 83 e 9.000 contos em 84. Julgo que aqui foi feito.

Com respeito à construção de terminais e centros de saúde, gostaria que o Sr. Secretário Regional - e não ^{vou} aqui expender todos os elementos que tenho porque o tempo é curto - me dissesse, concretamente, em cada ilha, em função do Plano a Médio Prazo e dos Planos anuais de 81, 82 e 83, o que é que o Governo conseguiu, de facto, construir neste campo.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Basta ler os relatórios anuais que são presente à Assembleia, Sr. Deputado!

O Orador: Sr. Presidente, se não se importa, eu continuava.

Depois, gostaria que o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais me informasse qual é na Região a situação sanitária dos estabelecimentos comerciais, subdivididos por concelho.

Posso informá-lo, por exemplo, que no Concelho de Angra do Heroísmo, neste momento, cerca de 400 estabelecimentos comerciais de porta aberta, porque como tal, não possuem alvará sanitário.

Gostaria que o Sr. Secretário me desse informações em relação aos restantes Concelhos do Arquipélago.

Gostaria também de saber, em função e na área da saúde obviamente, em relação aos estabelecimentos comerciais, em princípio com incidência naqueles que se dedicam aos géneros alimentícios, qual a situação dos trabalhadores em relação ao boletim de sanidade.

Devo informá-lo, por exemplo, que numa visita que efectuei, recentemente, ao Hospital de Ponta Delgada, na própria cozinha do Hospital de Ponta Delgada, as cozinheiras e auxiliares de cozinha não possuíam boletim de sanidade.

Gostaria de saber qual a situação nos restantes hospitais e nos restantes estabelecimentos comerciais da Região.

Presidente: Sr. Deputado, Ultrapassou o seu tempo.

O Orador: Pronto, eu já calculava. A cascata não chegou ao fim, ficará para próxima ocasião.

Muito obrigado.

Presidente: Bem era muito grande a cascata.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Mário Silveira para formular perguntas ao Sr. Secretário.

Deputado Mário Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

E para perguntar ali ao Sr. Secretário dos Assuntos Sociais cuja exposição ouvi com muita atenção e na qual nois demonstrou que em diversas ilhas da Região há diferentes importâncias de dinheiro gastas por doente, de ilha para ilha - algumas delas em que se atinge quase o dobro, dumas ilhas para as outras -.

Gostaria que o Sr. me informasse se a Secretaria Regional tem alguns dados que nos possa fornecer, sobre se existem, realmente, em determinadas ilhas, doentes que são mais doentes do que nas outras ilhas, ou, em caso contrário, quais as medidas que a Secretaria Regional tem, neste momento, previstas para evitar tais situações, uma vez que a exposição do Sr. Secretário

também nos demonstrou que o uso e abuso dos medicamentos pode ser prejudicial à saúde.

Nesse campo, gostaria de saber se há ilhas que no lugar de estarem a fazer a cura, estão a ficar mais doentes, ou se haverá ilhas que, realmente, têm necessidade de tomarem tanta quantia de medicamentos.

Era só, muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais Srs. Deputados inscritos, dou a palavra ao Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais para responder.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

E com muito gosto que responde às perguntas que me foram postas, até porque a sensibilidade e o conhecimento de causa postas na maior parte das perguntas são um ponto de passagem importante, naquele aspecto a que me referia quando disse que gostaria de ver o sector da saúde encaminhado dentro dum conceito mais lato, onde a participação de cada um de nós é fundamental e a participação dos Srs. Deputados vale bem o seu peso específico neste aspecto.

Quanto às perguntas que o Sr. Deputado Carlos Mendonça me fez, nós vimos tendo em conta, há muito tempo, a importância que seria deslocar médicos especialistas às ilhas. Evitaria a deslocação das pessoas a outras ilhas. Evitaria os custos que isso implica. Evitaria os custos sociais para as pessoas e evitaria os reflexos na própria economia da ilha - daquelas pessoas que têm que sair e que afinal deixam de estar presentes no seu local de trabalho, durante alguns dias em que normalmente depois essa deslocação se traduz -.

Temos procurando reduzir essas deslocações, mas, o que é certo, é que elas ainda se mantêm.

Como fazer os especialistas irem às ilhas? Até agora tem sido possível chegar a acordo com alguns deles que têm considerado as situações oferecidas por nós razoáveis. Tem sido sempre tudo feito numa base de acordo, portanto, em que há vontade e interesse de ambas as partes. Neste momento, tenho em preparação um diploma, que submeterei à consideração do Governo a breve prazo, em que procuraria, por um lado, criar esquemas perfeitamente definidos que não dependessem da negociação caso a caso para estas situações, que procurassem, nomeadamente, compensar os médicos especialistas do sacrifício que teriam que fazer, porque terão que abandonar o seu consultório - porque todos eles desenvolvem medicina privada - e, portanto, isso traz prejuízos pessoais a esse nível.

No entanto, isso feito, penso que tendencialmente teremos que caminhar nesse sentido e seria um princípio que eu gostaria muito de ver considerado num futuro estatuto hospitalar da Região

- que também gostaria muito de ter capacidade para o fazer em 1984 e tentá-lo-emos - ou seja do considerar que, assim como o médico tem que dar consulta externa do edifício do seu Hospital em Angra do Heroísmo, tem que dar consulta externa, periodicamente, no edifício dos centros de saúde em cada uma das ilhas.

Quanto à emigração e àquele aspecto que referiu do desconto aos reformados, eu tive já oportunidade, por mais de uma vez, de suscitar o problema à Sra. Secretária de Estado da Emigração que se mostrou conhecedora dele; que me disse que iria desenvolver as diligências a nível diplomático que fossem possíveis e convenientes; embora também gostasse de atenuar um pouco aquilo que se tem apresentado á opinião pública.

O que acontece é que, efectivamente, é deduzida uma percentagem na pensão daquele que viver no estrangeiro, tendo ganho o direito à sua pensão nos Estados Unidos, mas que é reembolsada se for, no final do ano, apresentada uma declaração de rendimentos. Portanto isto atenua um pouco as coisas, embora seja sempre maçador e limitador do uso daquilo que, afinal, se ganhou tão justamente o direito a ter.

Quanto às casas de religiosas - e esta pergunta apareceu várias vezes - foi referido visivelmente, efectivamente nada foi executado em 83, que nada foi executado em 1983. Esteve-se a trabalhar no projecto destinado a essa casa.

A construção dessa casa tem, essencialmente, dois efeitos. Por um lado, o Centro de Saúde da Graciosa tem limitações em termos de espaço e, portanto, necessitaria duma ampliação. Não faz sentido fazê-la se há lá uma área ainda disponível. Por outro lado, todos reconhecemos que, apesar até do espírito de dedicação que essas religiosas sempre têm demonstrado, é obrigar demais: fazer com que as pessoas trabalhem e vivam exactamente no mesmo dia, 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano, no mesmo local.

Portanto, nós procuraríamos colocar uma habitação numa área próxima do Hospital mas que seria a residência das religiosas, onde elas teriam direito àquilo que também merecem - a alguma privacidade e a algum descanso -.

Quanto à questão que me é posta àcerca das despesas correntes, eu tenho, efectivamente, uma razoável memória e poder-vos-ia dizer que, em termos de despesas correntes, o que está previsto no Orçamento, que também foi distribuído e está aqui à discussão nesta Câmara, para a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais uma verba de 2.273.000 contos, dos quais, cerca de 150.000 contos são para despesas de funcionamento da Secretaria Regional e dos seus órgãos centrais, sendo o restante, depois, dirigido ao Serviço Regional de Saúde - portanto a todos os estabele-

cimentos de saúde oficiais, e tudo aquilo que aos hospitais, aos serviços médico-sociais, se faz no sector da saúde - aos hospitais concelhios, a todas as estruturas do sector da saúde, em prospecções variáveis -.

Posso, por exemplo, dizer que nos hospitais, a componente mais forte, em termos de custos, é a componente de pessoal que nos ^{custa} cerca de 70% daquilo que gastamos nos hospitais nas despesas correntes.

Já na área dos serviços médico-sociais não é isso que acontece. O que é mais forte é o relacionamento com o exterior: o pagamento dos medicamentos, das radiografias e das análises, e terei muito prazer, em relação ao Sr. Deputado, em dar uma fotografia completa.

Claro que nestes números não estão os do Orçamento da Segurança Social que aparece delimitado dentro do Orçamento da Segurança Social Nacional, aparecendo depois anexo ao Orçamento Geral do Estado, apresentando um valor também, mais ou menos desta grandeza, ou seja, 2.300.000 contos.

Quanto à pergunta feita pelo Deputado Manuel Goulart - o que fazer para que este consumo excessivo tenha um fim -? Bom, em primeiro lugar, ter um sistema diferente nesta Região. Eliminarmos este esquema de médico de Caixa. Temos um médico responsável por 1.500 habitantes que estão, claramente, identificados numa lista; em relação aos quais, o médico deve ter uma ficha de todas as situações que lhe passaram pela mão, conhecendo profundamente o doente, sabendo, portanto, o que é o doente, o que é aquele utente ao longo de meses e de anos, se possível.

Por outro lado, é também um aspecto cultural. Enfim, as pessoas têm muito a sensação de que precisam tomar medicamentos para reobterem saúde ou para manterem saúde.

Posso-vos contar um pequeno episódio que presenciei à porta do Hospital Concelhio da Praia da Vitória, em que uma mãe conversando com outra lhe perguntava:

- Mas, porque é que está aqui?

(ela respondeu:)

- Estou aqui porque o meu filho está doente.

- Então, e veio ao médico?

- Ah, pois, Sim.

- Então, quem foi o médico?

- Foi... (Fulano).

- O que é que o médico receitou?

- Ah, não me receitou nada. Olha disse que eu tivesse cuidado com a alimentação, que tivesse cuidado com não sei o quê.

- Ah, já me tinham dito que, realmente, esse médico não era grande coisa".

Portanto, nós entramos, efectivamente, depois num círculo vicioso, em que há um esquema de auto-defesa dos médicos e em que há uma exigên-

cia da população. É uma questão em que, a partir dos bancos da escola, a partir dos nossos filhos, a partir de toda uma possível capacidade de actuação, nós teremos que ir actuando.

Quanto ao que fazer em termos de medicina preventiva - o que é que vai ser feito em termos de medicina preventiva -? Pois, Srs. Deputados, tudo aquilo que vos disse, em termos de organização dos serviços, assenta nessa grande importância: a medicina preventiva.

Os centros de saúde e a sua existência são a admissão da importância da área dos cuidados primários, em que a prevenção se inclui como parte fundamental.

Portanto, em termos de pirâmide como vos referi há pouco, os centros de saúde estarão na base da pirâmide e têm que ter, dentro da sua actuação, uma actividade fundamental a nível de prevenção.

O que vamos fazer para termos, portanto, maior atenção à prevenção nesta Região? Pois, vamos ter os centros de saúde. Vamos ter clínicos gerais dentro dos centros de saúde. Vamos ter médicos de família que saibam falar com as pessoas; que lhes saibam ensinar a comer; que lhes saibam ensinar a beber; que lhes saibam ensinar cuidados de higiene pessoal; que lhes saibam, afinal, acompanhar dentro dum termo mais lato do que só a preocupação de identificar um mal, qualquer que ele seja.

Por outro lado, em relação ao Hospital da Horta e a verbas de apetrechamento, não podemos deixar de considerar - espero - que há uma série de equipamento no actual Hospital da Horta que obviamente vai ser aproveitado no novo. Portanto não se vai equipar de novo o Hospital da Horta. Todo o equipamento que puder ser aproveitado, vai ser aproveitado, e, só, efectivamente, naquelas áreas onde não puder ser aproveitado é que não o será.

Disse-vos há pouco que o Hospital da Horta actual tem menos cerca de 10 camas que o futuro. Portanto há uma série de material que, efectivamente, nós vamos poder aproveitar desta estrutura.

Claro que esta estrutura é um pré-fabricado extremamente limitado, principalmente em zonas de actividade comum - as cozinhas, as lavandarias, etc. - e portanto é natural que seja preciso um reforço de equipamento. Esse estudo tem sido feito com a colaboração da Direcção Geral de Construções Hospitalares. Tivemos, durante todo este tempo, a colaboração importante dum médico da Horta e agora, com a recente nomeação da Comissão Instaladora, penso que ainda estaremos em melhores condições para que tudo seja bem pensado e bem conduzido.

A Comissão Instaladora não foi ouvida, como tal, como órgão, embora alguns dos seus

elementos o tenham sido, porque não existia.

Quanto à questão posta pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro em relação à água imprópria para consumo, devo-lhe dizer que tem sido um investimento importante, na área do sector da saúde, o resultante dum acordo de cooperação que temos com a Universidade dos Açores para o levantamento da situação da água nos Açores.

Tem sido feito investimento de apoio ao investimento da própria universidade. Tem sido feitos alguns gastos a nível de despesas correntes e tem sido feito, quase que nascente por nascente, um levantamento da situação da água nos Açores.

Efectivamente, os resultados são maus. Desses maus resultados, as Câmaras Municipais têm conhecimento. Os resultados são maus porque as canalizações são velhas, os esquemas de captação nem sempre são os melhores porque têm havido problemas na preservação das nascentes e, enfim, uma série de problemas deste tipo.

Como eu dizia, o problema tem sido posto à Câmaras Municipais. Penso que cabe aos profissionais de saúde e à Direcção Regional de Saúde - e ela tem-no feito, quando tem oportunidade para isso - chamar a atenção para a situação da água nos Açores não é a melhor. Penso, agora, que também, daqui para a frente, a responsabilidade do investimento e de tratar esse assunto será, efectivamente, das Câmaras Municipais ou de qualquer outro novo esquema que se venha a estabelecer, em termos de Governo, como há pouco o Sr. Secretário Regional da Administração Pública se referia.

E já uma questão de abastecimento. Os tratamentos têm-se feito á responsabilidade dos delegados de saúde. Continuar-se-ão a fazer mas, em termos de melhoria da rede, é uma questão que nos ultrapassa. Temos feito aquilo que nos compete que é levantar a situação e alertar os órgãos competentes.

Em termos de S. Roque do Pico e respondendo ao Sr. Deputado Martins de Freitas, gostaria de dizer que se teve que mandar, efectivamente, elaborar um projecto para o Hospital de S. Roque.

Nós tivemos grandes esperanças, e daí ter havido aqui um certo descompasso, em projectos tipo que nos diziam existir a nível nacional. Só que, depois de muito tempo aguardarmos esses projectos tipo, quando eles nos chegaram à mãos, chegámos à conclusão que eles eram perfeitamente inadequados para aquilo que nós pretendíamos - sobredimensionados, ou subdimensionados - tendo em conta, portanto, a nossa dimensão e realidade ilha; não tendo em conta aquilo que nós gostaríamos nesses hospitais.

Assim, teve-se que caminhar para a elaboração dum projecto para cada uma das unidades e, efectivamente, uma unidade para cada um dos Concelho

que eu vos referia há pouco, tem diferenças. Portanto, esses projectos só agora é que vêm estando prontos. A empresa que nos tem feito os projectos tem cumprido prazos e espero que em 84 eles nos sejam entregues e a gente passe a ter a possibilidade de avançar com a obras.

Um obra não começa quando se põe a primeira pedra. Uma obra começa quando se fazem diligências para escolher os terrenos; quando se compram os terrenos, quando se fazem os projectos, quando se fazem os estudos. Isso está feito. Os trabalhos preparatórios estão praticamente no fim e, portanto, espero que, efectivamente, agora tenhamos as condições para fazer a tal obra tão necessária.

Quais as valências que vamos ter? Bom em S. Roque do Pico, nós teremos um centro de saúde de cuidados primários, e, portanto, as valências próprias da área dos cuidados primários. Eu tive a preocupação de fazer uma definição daquilo que entendíamos por cuidados primários.

Quanto ao Sr. Deputado Vasco Garcia, efectivamente cada vez é mais reconhecida, e não pode deixar de ser assim, a influência do ambiente, a influência daquilo que comemos, a influência daquilo que bebemos, na nossa própria saúde. É lógico que assim seja. E, afinal, o meio em que estamos integrados.

O Centro de Oncologia tem, como uma das suas principais responsabilidades, o levantamento estatístico das situações oncológicas verificadas na Região. Tem-no feito, por vezes com uma alguma complicação e dificuldade, porque, efectivamente, enfim, há uma certa - não queria dizer resistências, mas - desabitação dos médicos comunicarem, por exemplo, as situações que verificam. Isto não se verifica só neste caso da oncologia. Verifica-se também, por exemplo, nas doenças da comunicação obrigatória.

Como sabem, há uma série de doenças que são de comunicação obrigatória para qualquer médico. Muitas vezes nós somos confrontados com notícias de que existe um certo centro duma determinada doença de comunicação obrigatória, como, por exemplo, a hepatite, e não houve nenhuma comunicação obrigatória a chegar à Direcção Regional de Saúde. Isto são questões fundamentais que temos que ir ultrapassando, em que temos que contar, efectivamente, com toda a colaboração dos profissionais para preservação da saúde de toda uma população.

Bom, neste caso, o Centro de Oncologia, com algumas dificuldades, tem feito o levantamento estatístico que lhe é possível de acordo com a comunicação que lhe é feita. Tem, aliás, uma área que se dedica, especificamente, a esta questão.

Quanto ao plano de estudos para ir alertando os profissionais para estes aspectos, enfim, ou devo-lhe dizer que efectivamente, neste momen-

to, não tem nada programado. E, aliás, uma questão acerca da qual gostaria de trocar impressões consigo e, em relação à qual, poderemos, depois, programar qualquer tipo de actividade - até porque não sei muito bem, neste caso para quem me poderia virar -.

Quanto às questões postas pelo Sr. Deputado José Manuel Bettencourt, eu devo-lhe dizer que, com grande pena minha, não lhe tinha respondido a uma ou outra questão que ele tinha posto há pouco, embora pense que, de forma geral, todas elas foram respondidas durante a intervenção, como lhe dizia. E olhe que eu não a modifiquei especialmente para esse fim.

Mas, ainda bem que temos as mesmas preocupações e ainda bem que, a este nível, há uma consonância afinal de opiniões, entre aquilo que é fundamental fazer-se; entre aquilo que o Governo vem fazendo e aquilo que o Partido Socialista, pela boca do Sr. Deputado José Manuel Bettencourt, entende que deve ser feito, porque, quanto mais de fundo for a maré, melhores resultados obteremos concerteza.

Bom, e quanto à intervenção do Sr. Deputado José Manuel Bettencourt, eu direi que a minha intervenção não foi de longo prazo. Revelará, sim, uma preocupação para que cada passo que se dê se integre num objectivo mais lato. Enfim, não gostaria nunca - seria a pior acusação que me fariam - de que a actuação da Secretária Regional dos Assuntos Sociais fosse uma actuação de pôr remendos.

Temos posto os remendos necessários mas aquilo que, efectivamente, gostaríamos de fazer é mudar o sistema. E isso que temos tentado fazer.

Portanto, todas as medidas que se tomam tem que se integrar num pano de fundo e eu tenho que revelar qual é o pano de fundo, para, depois, tentar revelar as várias etapas. Foi isso que eu tentei fazer.

Não vai ser dada, obviamente, prioridade à medicina curativa. Em Portugal a grande tradição é, efectivamente, a medicina curativa. Existem, praticamente, consultas de cuidados primários já há 30 anos - desde 1940 e tal que apareceram os primeiros tipos de actuação deste género - mas, agora, penso que com centros de saúde e com o grande número de clínicos gerais que, efectivamente, vamos ter, penso que finalmente vamos tendo médicos nesta Região e que vai ser possível dar uma resposta a nível daquilo que hoje se considera tão importante - e o é - a nível de preservação da saúde e não de tratamento da doença.

Quanto à situação financeira dos serviços médico-sociais, ela resulta, em parte, da sua própria natureza. Enfim, os serviços médico-

-sociais são uns serviços que foram transplantados do Continente para a Região, seguindo o mesmo modelo, o que nos tem criado problemas, não só no caso dos serviços médico-sociais, como doutros serviços. Conseguimos dar a volta a essa situação no que se relaciona com Caixas de Previdência. Penso que também conseguiremos dar a volta a essa situação no que se relaciona com os serviços médico-sociais.

A situação financeira resultá, afinal, daquilo que eu vos dizia há pouco: de gastos que estão acima de qualquer possibilidade de previsão a vários níveis, que, efectivamente, depois nos causam problemas, por um lado, de tesouraria e orçamentais, por outro.

Eu sei que as entidades que, depois, são sujeitas a atrasos, não têm culpa nenhuma. Tenho procurado explicar-lhes a situação. Espero que ela vá melhorando. Afinal, embora tenhamos tido, neste fim de ano, algumas dificuldades, a situação não é tão má como isso. Até temos, ao longo de todos estes anos, satisfeito pontualmente - mais pontualmente do que, por exemplo, no Continente tem sido possível fazer - esses pagamentos.

Em relação a uma série de perguntas que o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt me faz, enfim, eu lamento não ter aqui um computador, no qual pudesse carregar e me pudessem sair vários dados e elementos que fossem transcritos aqui ao lado numa máquina que estaria ao meu lado, e eu entregava isso, por escrito, ao Sr. Deputado.

Efectivamente, eu não sei qual a situação sanitária, por concelho, dos vários estabelecimentos comerciais desta Região. Não sei, nem quero saber, nem posso saber.

O que eu quero que aconteça - e por isso me batalharei - é que cada um assuma as suas responsabilidades, e, portanto, se é preciso e se a lei assim o estabelece, que determinadas entidades tenham licenciamento sanitário, bom, que os delegados de saúde assumam cada vez mais as suas responsabilidades e que façam a fiscalização sanitária necessária; que os técnicos auxiliares desta Região paguem, efectivamente, aquilo que custaram à Região na sua formação e que, do seu trabalho, se vejam resultados - e nós começamos a ter muitos técnicos sanitários nesta Região -.

Nomeadamente, o caso que referiu quanto ao atestado de sanidade duma trabalhadora nas cozinhas do Hospital de Ponta Delgada, que o próprio hospital assuma essa responsabilidade e encaminhe a mesma, senão nós transformaremos aquela Direcção Regional num grande mundo e teremos que ter um Secretário Regional super homem e posso-vos garantir que ele não é super homem.

(Bancada do PSD: Muito bem!)

Quanto à questão do projecto de moradias nesta Região para profissionais de saúde, foi havendo ao longo dos tempos, efectivamente, alguma inflexão neste projecto. Acho que isso é natural - que ao longo de 4 anos, haja inflexões, não de fundo, mas de opção -.

Acabámos por optar, em muitos casos, pelo aluguer e não pela construção de raiz e temos casas até em colaboração com as autarquias, o que obtivemos por todas essas ilhas. Em algumas ilhas, onde isso se manifestou impossível construirmos.

Construímos no Pico. Adquirimos casas que já estavam construídas e, portanto, não houve propriamente uma construção. Isso aconteceu, por exemplo, na Praia da Vitória e em S. Jorge. Portanto, há uma série de actuações deste tipo.

Por outro lado, as autarquias, como dizia há pouco, colaboraram connosco e deram-nos casas. Os próprios estabelecimentos de saúde locais procuraram resolver essa situação e é preciso que também agora, a partir dum determinado momento, essa situação seja olhada também pelos próprios profissionais.

O regulamento do serviço médico à periferia, porque era um regime transitório, previa a obrigatoriedade de lhes serem fornecidas casas. O serviço médico à periferia acabou e, portanto, agora, enfim, qualquer um dos Srs. Deputados que quer casa faz pela vida e procura-a. Penso que os médicos também devem fazer pela vida e procurá-la.

Quanto às casas para religiosas - e aí é que está a tal inflexão e isso é muito importante - é a explicação que eu dei ao Sr. Deputado Carlos Mendonça: por um lado, de uma reacção de procurar rentabilizar melhor o serviço de alguns edifícios hospitalares, e, por outro lado, também procurar criar situações mais humanas para pessoas que muito têm dado nessas estruturas hospitalares - e estou-me a referir às religiosas -.

Quanto ao que foi dito em relação aos centros de saúde, penso que também já resultou da resposta que dei, por exemplo, aos Srs. Deputados António Silveira e Martins de Freitas. Portanto não me referiria mais a essa questão, em termos de projectos e tudo aquilo por que se passou.

Ainda em relação ao Sr. Deputado José Manuel Bettencourt, porque apresentou duas questões que posso ter deixado sem resposta por que tive que apressar a minha intervenção na área da segurança social, eu gostaria de dizer que não foi só a descentralização que resultou bem na área da segurança social.

A descentralização terá sido talvez o mais espectacular e aquilo que mais terá surpreendido

as pessoas que se confrontaram com esta nova situação, mas a implantação da informática foi fundamental, o trabalho que se tem feito no combate à fuga e à fraude foi fundamental, o criar a rede de resposta mais rápida em cima do acontecimento foi fundamental.

Nós, infelizmente, não podemos pagar mais a nível de algumas prestações mas, ao menos, aquilo que se pague, que se pague a tempo e isso tem-se feito. Gostaria de dizer que, apesar de tudo, temos o melhor índice de cobrança de receitas a nível nacional. E na Região Autónoma dos Açores que existe melhor índice de cobrança de receitas.

Por outro lado, gostaria também de referir que as situações de fraude serão combatidas impiedosamente. Utilizando as palavras do Sr. Deputado, nós seremos, efectivamente, intransigentes com os parasitas, mais, aí também gostaria de dizer que, felizmente, o nível de parasitas na Região Autónoma dos Açores será inferior ao de outras regiões deste País porque, efectivamente, também o nível de dívidas na Região Autónoma dos Açores é bastante mais baixo do que no conjunto nacional.

Quanto ao Sr. Deputado Mário Silveira e aos números do Pico que referi na minha intervenção, eu poder-lhe-ei dizer, como disse também no decorrer da intervenção, que isso resulta por um lado, das estruturas que efectivamente, são inadequadas. Há uma mistura muito grande de actividades. Nunca se sabe bem onde é que o profissional deve estar e onde é que a actividade deve ser desenvolvida.

E por isso que nós nos temos batalhado pela integração no centro de saúde de todas as actividades: as que cabem aos serviços médico-sociais; as que cabem aos hospitais concelhios; as que cabem a delegação de saúde; as que cabem aos serviços materno-infantis; as que cabem aos serviços de luta anti-tuberculose; porque resulta daqui uma dispersão terrível.

Por outro lado, não há sistema de preferência de utentes e só para acabar eu poderia dar-lhes um novo exemplo, também numa situação verdadeira passada, recentemente, na Terceira.

"Um determinado doente foi a um determinado médico e apresentou-se no consultório do médico com três envelopes, contendo análises clínicas.

Vendo qual era o médico que estava à sua frente disse:

- Bom. Sr. doutor...Sr. doutor...bom. é este envelope.

E entregou-lhe um dos envelopes de análises clínicas.

O médico viu as análises que, enfim, eram aquelas análises corriqueiras - da urina tipo 2, da análise do sangue etc. - e, findo isso, disse:

- Bom, a senhora, já agora, mostre-me essas

outras análises que podem ter algum elemento complementar que, para mim, possa ser importante".

As análises tinham sido tiradas em resultado de consultas com um ou dois dias de intervalo e eram exactamente as mesmas que o médico que tinha visto as primeiras análises tinha prescrito.

Isto de que é que resulta? Resulta da existência do tal médico de família. Resulta da não existência de tal referência do doente que, efectivamente, existe muito pouco, e nós temos que ter um maior acompanhamento de cada um dos utentes do serviço de saúde.

No caso do Pico, há ali qualquer coisa que, efectivamente, pela simples leitura dos números, se verifica que não está bem. Uma das coisas que, eventualmente, pode acontecer é, por exemplo, serem passadas receitas dos serviços médico-sociais fora das consultas oficiais.

E por isso que nós estamos a trabalhar num maior controlo do receituário médico para que uma receita seja, praticamente, um cheque que está controlado e para que não possa andar, como em algumas unidades de saúde desta Região andam, nos bolsos das enfermeiras ou, pior que isso nos bolsos das serventes que passam receitas.

E isto, espero que tenha esclarecido os Srs. Deputados. Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado José Manuel Bettencourt pede a palavra para?

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, para prestar uns esclarecimentos na sequência dos prestados pelos Sr. Secretário.

Presidente: O Sr. Deputado deseja prestar esclarecimentos?

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Penso que tem sido uma figura regimental utilizada. Ou, então, pediria esclarecimentos aos esclarecimentos do Sr. Secretário Regional.

Presidente: Bom, tem 5 minutos para pedir. E uma figura regimental, se os Srs. Deputados não fizeram outro requerimento. Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais, surpreendeu-me, de facto, a sua afirmação, quando diz que não quer saber do estado sanitário dos estabelecimentos comerciais na Região Autónoma dos Açores.

Julgo que é grave porque, como responsável máximo pelo Sector da Saúde e tendo toda uma hierarquia que tem que funcionar, obviamente que poderemos depreender que esse seu desinteresse não tem, depois, qualquer consequência nas instruções em relação aos agentes que têm que intervir nessa matéria - e, de facto, não estão a intervir.

Quando lhe apresento factos concretos, em que no Concelho de Angra do Heroísmo cerca de 400 estabelecimentos comerciais, neste momento, não possuem alvará sanitário e desconfio que os empregados desses estabelecimentos possuam,

tão pouco, boletim de sanidade, parece-me que é uma situação grave. É uma situação que, no Sector da Saúde, não pode ser, de forma alguma, descurada.

Parece-me ser grave, por exemplo, também - porque esse interesse pode englobar outras áreas - a circunstância de, neste momento, na Ilha Terceira existir um único consultório, privado obviamente, de radiologia, em que os utentes do serviço de saúde, ao se deslocarem ao Hospital de Angra do Heroísmo, para marcarem qualquer exame radiológico, lhes é normalmente marcado com três meses de distância, que para resolverem o seu problema se têm que deslocar a esse consultório particular cujo médico lhes exige o pagamento antecipado do exame radiológico - alguns casos de radiografias de 7 contos -.

Perante essas situações, em função de pessoas que não têm os 7 contos para pagar e se não os tiverem não fazem, neste momento, a radiografia, eu pergunto que recurso é que foi feito ao Serviço Regional de Saúde, quando se fala em convenções e a obrigatoriedade provisória dessas convenções. Será que não vale a pena também tentarmos resolver essas situações?

No caso concreto da propaganda que tem sido radiodifundida, por exemplo, e na imprensa escrita, do Instituto Regional de Oncologia em que se alerta, e bem, que as pessoas ao sentirem qualquer anomalia se dirijam de imediato ao seu médico assistente para que, posteriormente, o centro possa agir, devo-lhe dizer que - se isso lhe interessa para alguma coisa - ainda ontem, fui informado que ao Centro Regional de Oncologia chegará em Janeiro uma médica genecologista para efectuar exames a pessoas que estão inscritas, pelo menos há três meses. E neste momento, ainda ontem se estavam a fazer inscrições no Centro Regional de Oncologia com vista à vinda dum médico especialista em dermatologia que não se sabia, ainda ontem, quando é que viria aos Açores para efectuar os exames.

Portanto, penso que são situações de facto. São situações graves que não vale a pena esgrimir com a palavra das boas intenções. Há que, de facto, nos preocuparmos para a tentativa de resolução dessas mesmas situações e desses graves problemas.

Presidente: O Sr. Deputado pediu um esclarecimento e deu um esclarecimento. Bom, para responder, e para terminarmos uma vez que já passa da hora regimental, dou a palavra ao Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Dada a tendência nomeadamente do Sr. Deputado José Manuel Bettencourt, para dramatizar certas situações, obviamente que eu tenho que

procurar desdramatizá-las e reduzir à realidade, aquilo que elas são. Não é só uma questão de boas intenções, é uma questão de responder a questões dramaticamente postas com factos, e é mais uma vez isso que eu faço.

Eu não estou desinteressado da situação sanitária dos estabelecimentos comerciais, dos estabelecimentos industriais, ou dos profissionais que aí trabalham, na Região Autónoma dos Açores. O que eu não posso é, humanamente, responder à pergunta, muito concretamente, que o Sr. Deputado me fez: "se sabe quantos estabelecimentos, nesta Região, existem sem licenciamento?"

- Não sei, Sr. Deputado, nem quero saber, porque não posso, nem quero tentar saber.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Devia! Devia!

O Orador: Alertado para o facto pelo Sr. Deputado José Manuel Bettencourt, de que, efectivamente, vivemos uma situação menos regular nessa matéria e porque não gosto de conviver com situações irregulares desse tipo, obviamente que vou pedir responsabilidades a quem as deve ter e as tem, e obviamente que vou pedir para que, se não se tem dado atenção a esse aspecto, se passe a dar atenção, mas também gostaria de dizer que tem sido graças ao esforço de formação da Secretária Regional dos Assuntos Sociais que a gente, neste momento, nos Açores, temos, salvo erro, 4 médicos de saúde pública. São nitidamente insuficientes. Devíamos ter 1 por 10.000 habitantes. Portanto ainda faltam alguns, que estão muito mais sensibilizados para esses aspectos. Mantemos o nosso esforço de formação e, portanto, também esperemos que venhamos a resolver esse problema, até porque, depois, os outros profissionais de saúde, por vezes, não estão muito sensibilizados para essa questão. Talvez seja dessa falta de sensibilização e não de irresponsabilidades que resulta a situação anómala que referi.

Não vou deixar de a observar. Agora pode estar certo que nunca nesta Câmara lhe vou dizer que existem 20 em Angra, 50 na Praia, 30 nas Velas, 10 no Corvo. Bom, é impossível.

Quanto ao consultório privado de radiologia e à questão dos anúncios da oncologia, se eu conseguisse resolver os problemas com a facilidade com que os Srs. Deputados da Bancada do Partido Socialista me interrompem e falam, bom, não haveria problemas nesta Região. Isto seria um mar de rosas em todos os sectores.

Não consigo. Realmente a proficiência verbal dos Srs. Deputados ultrapassa largamente a capacidade de realização da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais.

Quanto à questão das esperas por consultas, aqui a questão está levantada e é de fácil resposta. Isso marca as pessoas. Normalmente

essas situações não são situações de urgência porque, quando surgem situações de urgência, essas pessoas deslocam-se para o Continente e não esperam três meses, nem quatro, nem cinco, e muitos são aqueles que se deslocam para o Continente com um peso financeiro e um peso social muito grande.

Já que tanto falaram em números, são 300.000 contos por ano. Tem o seu peso financeiro. Tem o seu peso social.

O que acontece em relação a esses casos é que se efectivamente nós temos um único radiologista para servir toda uma população e os serviços internos do Hospital, obviamente que ele não chega para as encomendas. Se esse mesmo médico, depois, tem um consultório privado onde actua, na sociedade em que nós vivemos isso é permitido. É o que ele faz.

Gostaria muito de ter maior capacidade nos serviços públicos. Aliás disse daquela tribuna que reafirmava a nossa opção de ter uma rede pública de saúde, e penso que essa afirmação, em termos de princípios, é muito importante.

Portanto, espero que nós venhamos a ter os radiologistas necessários, dentro daquela formação que vos falei há pouco, e posso-vos dizer que, neste momento, há bolsseiros da Região a especializarem-se em radiologia. Esperamos com esses vir a dar uma resposta mais cabal do que aquela que temos dado.

De qualquer forma, às situações de urgência, às situações de hospitalização, às situações que exigem uma actuação imediata, a radiologia responde e, quando não temos capacidade na região, a pessoa sai da Região.

Quanto ao Centro de Oncologias isso insere-se num programa de trazer à Região médicos especialistas das várias áreas, especialmente sensibilizados para cada uma das especialidades: O caso da obstetra, o caso do dermatologista. Há muitas inscrições, sim senhor, óptimo - ainda bem que as há! O trabalho daqueles que cá vêm será mais rentável. Isso resulta também da velha situação de não termos essa gente cá, mas estou certo que, mais uma vez, perante as situações de emergência, seriam encontradas respostas.

Eu gostava de dizer ao Sr. Deputado que eu não escondi, nem na minha intervenção, nem nas respostas que tenho dado, as muitas dificuldades que tenho.

Pretendi foi dar uma imagem que me parece que é real de que não tem sido só boas intenções; que há resultados práticos.

Às vezes, costuma-se dizer que os números são aborrecidos, mas, por outro lado, os números são eloquentes. Eu dei-vos números e penso que eles dizem muito.

Estou certo que se em vez de, efectivamente, estar sentado na bancada do Partido Socialista que, no caso, é oposição, o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt, estivesse sentado na bancada da posição, e, portanto, olhasse talvez com uns olhos mais realistas para a actividade do Governo; se este Governo fosse da cor do Partido do Sr. Deputado; em vez de apontar todas estas dificuldades, veria a acção meritória, em alguns casos muito rápida, que tem sido desenvolvida.

Muito obrigado.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS):

A minha função é essa.

Presidente: Srs. Deputados, chegámos ao fim dos nossos trabalhos. Retomá-los-emos amanhã às 10.00 horas com a mesma Ordem do dia.

Muito boa noite. Até amanhã.

(Eram 21.00 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão:

PS - Manuel Goulart, José Manuel Bettencourt).

(Deputados que faltaram à Sessão: **PSD -**

Alvaro Monjardino, Cinelândia Sousa, Altino de Melo, José Maria Cabral, José de Freitas Silva; **PS -** António Pimentel, Martins Mota).

DOCUMENTOS QUE ENTRARAM DURANTE A SESSÃO

Requerimento

- Considerando que em Junho de 1982 c. urcu em funcionamento na Ilha do Pico o novo gerador de 1.000 KVA que na altura, segundo informação dos responsáveis, era o suficiente para assegurar o fornecimento de energia à ilha até á instalação de um novo grupo da mesma potência prevista para 1984;

- Considerando que cerca de um ano após a entrada ao serviço daquele gerador, o mesmo teve problemas o que tem originado sucessivos cortes de energia;

- Considerando que presentemente a Ilha do Pico está novamente com o mesmo gerador parado, sofrendo as consequências óbvias de uma situação que só será resolvida com a recepção de material sobresselente solicitado à fábrica;

- Considerando ainda que foram dispendidos milhares de contos no cabo submarino Pico-Faial e que esta ilha está dotada de máquinas a trabalhar em sub-carga, uma vez que os mesmos tinham sido dimensionados para apoio ao Pico enquanto no Pico não for construída uma central hidroelétrica.

Requere-se ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis que o Departamento competente do Governo Regional informe:

- Quais as causas das avarias verificadas no gerador instalado no Pico, bem como que medidas foram ou serão tomadas perante o responsável ou responsáveis da situação?

- Que futuro terá o cabo submarino, presentemente inútil, instalado no canal que separa o Pico do Faial?

- Que medidas serão tomadas a curto prazo para de futuro permitir que os Picoenses beneficiem de energia eléctrica permanente ou quando muito com curtas e compreensíveis interrupções.

Sala das Sessões, 28 de Novembro de 1983.

Os Deputados dos PSD: Mário Freitas, Fernando Dutra e Mário Silveira.

Resposta a um requerimento do Sr. Deputado Manuel da Costa Melo, provida da Secretaria Regional da Educação e Cultura, através da Presidência do Governo Regional, sobre o "Lar da Nordela, em Ponta Delgada".

Em resposta ao requerimento do Sr. Deputado do Partido Social Democrata, Manuel da Costa Melo, de 13 de Junho de 1983, cumpre-me informar V. Exa., o seguinte:

1. Tem-se conhecimento da existência de várias anomalias na Residência Nordela.

Está a decorrer um processo de inquérito para pôr cobro às mesmas.

2. Considera-se que a questão de rede protec-

tora encontrará solução desde que as anomalias mais importantes estejam corrigidas.

Com os melhores cumprimentos e a mais elevada consideração.

O Secretário Regional da Educação e Cultura:
José Guilherme Reis Leite.

Resposta a um requerimento dos Srs. Deputados Mário Freitas, Fernando Dutra e Mário Silveira, sobre Fortaleza Construída na Ilha do Pico, provinda da Secretaria Regional da Educação e Cultura, através da Presidência do Governo.

Em resposta ao requerimento dos Srs. Deputados do Partido Social Democrata Mário Freitas, Fernando Dutra e Mário Silveira, referente à Fortaleza de Sta. Catarina ou Castelo de Santo António, classificado como de interesse público pelo Decreto 95/78 - Diário da República de 12 de Setembro, informo V. Exa. do seguinte:

1. Esteve inscrito em vários dos planos anuais uma verba para obras de recuperação desta fortaleza, mas as sucessivas tentativas para lançar a obra foram infrutíferas por não haver na ilha do Pico empreiteiros interessados. Acresce que com a ajuda da SRES se tentou motivar um empreiteiro a aceitar a obra, mas por essa via ter-se-ia que dispender uma verba de quatro mil contos, o que ultrapassava os cálculos feitos.

2. É intenção da SREC, conjuntamente com a SRES proceder, dentro do mais curto espaço de tempo possível, a obras de consolidação das ruínas existentes de forma a evitar a continuação da sua degradação.

Com os melhores cumprimentos e alta consideração.

O Secretário Regional da Educação e Cultura:
José Guilherme Reis Leite.

Resposta, ao requerimento nº 206 do Sr. Deputado Manuel Goulart, sobre o Castelo de S. Sebastião, na Baía de Porto Pim, da Secretaria Regional da Educação e Cultura, através da Presidência do Governo.

Em resposta ao requerimento nº 206 do Sr. Deputado Manuel Goulart, informo V. Exa. que o Castelo de S. Sebastião na Baía de Porto Pim na ilha do Faial está protegido pelo Decreto 1/80/A de 31 de Janeiro e como tal será devidamente atendida a sua recuperação dentro do plano da zona protegida do Monte da Guia. Considero contudo, que o estado de conservação do Castelo está longe de ser alarmante e que não foi possível até agora, por exiguidade de verba, atender às obras necessárias, havendo para mais outros edifícios classificados em muito pior estado de conservação.

Com os melhores cumprimentos e a minha mais elevada consideração.

O Secretário Regional da Educação e Cultura:
José Guilherme Reis Leite.

Relatório da Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros, a que se refere o artigo 33º do Regimento da Assembleia Regional dos Açores.

(Ante-Período Legislativo de Novembro de 1983)

Capítulo I

1. A Comissão é composta dos seguintes elementos:

a) **Do Partido Social Democrata:**

Senhores Deputados Carlos Bettencourt, José Ribeiro, Carlos Teixeira e Jorge Castanheira.

b) **Do Partido Socialista:**

Senhores Deputados José Manuel Bettencourt e Carlos César. Este último foi substituído por Emílio Porto.

2. **A Mesa mantém a seguinte composição:**

- **Presidente:** Carlos Teixeira

- **Relator:** Jorge Cruz

- **Secretário:** José Ribeiro

3. A Comissão reuniu em plenário com todos os seus membros, nos dias 8, 14, e 15 e nos dias 9, 10 e 11 com as Comissões Conjuntas dos Assuntos Sociais, Administrativos e Internacionais na cidade de Ponta Delgada.

4. O Senhor Deputado José Manuel Bettencourt faltou às reuniões nos dias 8, 14 e 15, justificando a sua falta, por se encontrar integrado na Comissão dos Assuntos Sociais.

5. O Sr. Deputado Emílio Porto, fez-se substituir nos dias 14 e 15 pelo Senhor Deputado Jesuino Facha.

Capítulo II

Exercício da competência a que se refere a alínea b) do artigo 31º do Regimento da Assembleia Regional dos Açores.

1. A Comissão apreciou e emitiu parecer sobre as seguintes propostas de Decreto Legislativo Regional:

a) Regulamentação de Exploração de Pedreiras, que havia baixado novamente à Comissão.

2. Foi também emitido parecer sobre as Propostas de Resolução, apresentadas pelo Governo:

a) Plano para 1984 e

b) Orçamento para 1984.

3. A Comissão mantém em carteira, para emitir parecer a Proposta de Decreto Legislativo Regional que visa definir a Zona Regional de Pesca.

Cidade da Horta, 18 de Novembro de 1983.

O Presidente: Carlos Teixeira.

O Relator: Jorge Cruz.

O Redactor de 2ª classe: Eduardp Elias
da Silva.